



UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Nívea Vasconcelos de Almeida Sá

**UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA DISCIPLINA HISTÓRIA
DA EDUCAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE
DE SOROCABA - UNISO**

Sorocaba/SP

2005

Nívea Vasconcelos de Almeida Sá

**UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA DISCIPLINA HISTÓRIA
DA EDUCAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE
DE SOROCABA - UNISO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira

Co-Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

Sorocaba/SP

2005

Nívea Vasconcelos de Almeida Sá

**Uma contribuição para a história da disciplina História da educação
no curso de Pedagogia da Universidade de Sorocaba-UNISO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes Professores:

Prof. Dr. Wilson Sandano (Presidente)UNISO

Profa. Dra. Maria Helena Bittencourt Granjo
(examinador) - UNISANTOS

Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti
(examinador) - UNISO

Sorocaba, 09 de dezembro de 2005

Dedico este trabalho aos meus pais, já falecidos, a quem devo tudo o que sou e que de onde estão, olham por mim e com certeza acreditam na minha vitória em mais esta empreitada.

Ao meu marido Lucas, grande amor da minha vida, meu querido companheiro e amigo que esteve sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis...
Sempre soube demonstrar seu amor e carinho e soube proferir palavras de apoio e de calma nos momentos em que mais precisei.
Minha paixão, que torce, vibra e se alegra com as minhas conquistas.
Meu eterno amor...

Aos meus filhos, Yuri e Ivan, razão maior da minha luta, meus adorados filhos, que conseguem transformar tristeza em alegria, cansaço em energia e vontade de sempre lutar por um mundo melhor por eles e para eles.

Agradecimentos

Não existe momento mais glorioso na vida do que sentir que os obstáculos foram transpostos e que a tarefa que nos impusemos está concluída e os objetivos alcançados.

É um sentimento difícil de expressar em palavras, porém, sentimento maior é descobrir nesses momentos que existem pessoas amigas que estão dispostas a ajudá-lo quando você mais precisa.

Gostaria de deixar registrado aqui o meu agradecimento a essas pessoas, pois essa conclusão só foi possível graças à intervenção delas.

Agradeço ao meu marido por acompanhar, participar e ajudar muito em todas as etapas até o último momento deste trabalho. Agradeço pela força que sempre chegou no momento certo. Por compreender minhas ausências e meu “stress” durante todo esse trabalho.

Agradeço aos meus filhos a compreensão pelas ausências e toda a ajuda que me dispensaram durante esse percurso.

Agradeço à Paula Binder, “anjo loiro”, a ajuda carinhosa e a paciência nas missões impossíveis que lhe foram delegadas.

Ao Marcos Vinícius e Rita de “Fátima” a amizade incondicional.

Ao professor Luiz Carlos Barreira pela consideração e paciência que sempre teve comigo em todos os nossos encontros e que através de sua orientação confiante não deixou que o desânimo tomasse conta de mim durante as dificuldades enfrentadas.

Aos professores participantes de minha Banca de Qualificação, Maria Helena Bittencourt Granjo e Wilson Sandano pelas valiosas contribuições que nortearam o meu trabalho.

A Charleny, secretária do Programa, que sempre me atendeu com carinho.

À Margarida Moraes, grande amiga, pela revisão cuidadosa.

RESUMO

Este trabalho versa sobre a disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, hoje Universidade de Sorocaba (UNISO).

Com a intenção de dar uma contribuição para o estudo da História das Disciplinas, mais especificamente para o estudo da disciplina História da educação no curso de Pedagogia naquela Instituição de ensino é que nos propomos a investigar como a referida disciplina se constituiu como disciplina acadêmica no curso de Pedagogia.

Esta pesquisa apresenta também os diferentes momentos do processo de construção histórica da Faculdade, destacando-se, em especial a história do curso de Pedagogia nesta Instituição de ensino, responsável pela formação de docentes implicados hoje na formação das séries iniciais do ensino fundamental e que durante muitas décadas da existência do curso na Instituição pesquisada foi também responsável pela formação de professores do ensino normal.

Para apresentar esse estudo, apresento em um primeiro momento a Instituição e estabelecimento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, para logo a seguir descrever os contornos históricos e legais da criação do curso de Pedagogia e a constituição e trajetória da disciplina História da Educação no curso.

ABSTRACT

This text intends bring to reflection the processes involved on the writing culture. It does a reflection about the importance of the writing culture to the education and describes the experience of teaching practice articulated to the student universe, to make him appropriate himself of the language, not just like a communication instrument, but also as live element of a process historical-cultural which assure to the men a critical conscience needed to its action-reflection on the world.

This study tries to investigate the importance of the relations that are established between the writing culture and scholarship, as well as analyzes the contribution of it to the research in the History of Education which object of investigation is the history of the school disciplines.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01.** Currículo pleno do curso de Pedagogia constante no Decreto-Lei nº 1.190/39. pág. 65
- Quadro 02.** Grade curricular para o curso de didática, Decreto-Lei Nº 1.190/39. pág. 65
- Quadro 03.** Currículo mínimo obrigatório proposto no Parecer CFE/CP Nº 251/62. pág. 68
- Quadro 04.** Currículo complementar de disciplinas obrigatórias Parecer CFE/CP nº 251/62 pág. 68
- Quadro 05.** Habilitações que compõem o curso de Pedagogia a partir Da reforma universitária de 1968. pág. 70
- Quadro 06.** Currículo mínimo do curso de Pedagogia a partir da LDB de 1971 – Lei nº 5692/71. pág. 72
- Quadro 07.** Estrutura curricular do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba em em 1954. pág. 89
- Quadro 08.** Disciplinas do curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba em 1954. pág. 90
- Quadro 09.** Organização curricular do curso de Pedagogia em 1954. pág. 106
- Quadro 10.** Organização curricular do curso de Pedagogia nos anos De 1959 a 1961. pág. 107
- Quadro 11.** Mapa estatístico de nº de matrículas por curso em 1958. pág. 118
- Quadro 12.** Mapa estatístico de nº de matrículas por curso em 1962. pág. 124

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 – Lei n° 251 de 04 de dezembro de 1951 – Entrega à Diocese de Sorocaba a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba.

Anexo 02 – Decreto n° 32.038 de 30 de dezembro de 1952 – Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história e letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Anexo 03 – Estatuto da Fundação Scarpa.

Anexo 04 – Lei n° 458 de 01 de dezembro de 1956 – Dispõe sobre a volta da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras Municipal de Sorocaba à responsabilidade da Municipalidade.

Anexo 05 – Convite da Sessão Acadêmica comemorativa do 350° aniversário da publicação de “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote De La Mancha”.

Anexo 06 – Regimento da Comissão de cultura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Anexo 07 – Convite do Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino de 1955.

Anexo 08 – Relação de alunos formandos da 1ª turma do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Anexo 09 – Pesquisa elaborada pela turma do curso de matemática em 1998 sobre a Biblioteca Aluísio de Almeida.

Anexo 10 – Programa da disciplina História da Educação do curso de Pedagogia – 2º ano em 1955 e 1956; 3º ano em 1956; 2º e 3º anos em 1957.

Anexo 11 – Programa da disciplina História da Educação do curso de Pedagogia – 2º e 3º anos em 1958; 2º e 3º anos em 1959; 2º e 3º anos em 1960; 2º e 3º anos em 1961; 2º e 3º anos em 1962; 2º e 3º anos em 1963; 3º e 4º anos em 1964 e 1º, 2º, 3º e 4º anos em 1965 elaborados pela Profª. Maria do Carmo Endsfieldz.

Anexo 12 – Entrevista com a Profª. Maria do Carmo Endsfieldz em 21/04/2005.

Anexo 13 – Entrevista com a aluna do curso nos anos de 1959 a 1961 Fernanda de Oliveira Dias em 20/10/2005.

Anexo 14 – Entrevista com a Profª Vânia Regina Boschetti em 14/06/2005.

Anexo 15 – Plano de Ensino do 1º semestre de 1972 da disciplina História da Educação 2ª série do curso elaborado pelo Prof. José Mota Navarro.

Anexo 16 – Plano de Ensino da 3ª série do curso de Pedagogia ref. ao ano de 1990 e a 2ª série no ano de 1991 na disciplina de História da Educação elaborado pela Profª Vânia Regina Boschetti.

Anexo 17 – Relato de história de vida da aluna da 1ª turma do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	19
UMA DENTRE AS MUITAS HISTÓRIAS DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA	
1.1 A constituição da Faculdade de Filosofia, a Igreja e o poder público, sua história.	19
1.2 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba	22
CAPÍTULO 2	45
A HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA	
2.1 Breve Histórico da Pedagogia	45
2.2 Breve Histórico do curso de Pedagogia no Brasil	53
2.2.1 A formação docente no Brasil	58
2.2.2. A criação do curso de Pedagogia no Brasil	62
2.2.3 Constituição e instituição do curso de Pedagogia no Brasil	74
2.2.4 A formação do pedagogo	79
2.3 O curso de Pedagogia na Faculdade de Sorocaba (UNISO)	83
CAPÍTULO 3	96
A HISTÓRIA EM TRÊS TEMPOS DE UMA DISCIPLINA	
3.1 A disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Universidade de Sorocaba	
3.1.1 Primeiro momento: de 1958 a 1967	110
3.1.2 Segundo momento: de 1968 a 1987	125
3.1.3 Terceiro momento: de 1987 até os dias atuais	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

1.Origem do Trabalho

Esta pesquisa diz respeito à História das disciplinas. Nela eu procuro traçar o percurso da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, hoje Universidade de Sorocaba – UNISO.

Tendo em vista a importância de se conhecer a estrutura de um curso que a rigor é o responsável pela formação de docentes implicados hoje na formação das séries iniciais do ensino fundamental e que durante muitas décadas foi também responsável pela formação de professores do ensino normal, se torna imprescindível o estudo das determinações políticas e sociais que constituíram tal campo de conhecimento.

Desde a sua criação na década de 30, o curso de pedagogia sofreu diversas regulamentações em nível nacional.

A primeira, e talvez a mais importante foi a legislação que o criou, o decreto nº 1190 de 04/04/1939, no qual institui-se a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras como padrão para as demais. Nesse momento foi criado o esquema 3+1 através do qual o curso foi dividido em dois níveis. No primeiro, cursado em três anos, o concluinte saía bacharel em pedagogia. No outro nível, de mais um ano, o aluno saía com a titulação de licenciado, podendo lecionar nas escolas normais. Esse decreto definiu, ainda, o currículo pleno que deveria ser seguido pelas outras instituições de ensino superior do país inteiro. Ao longo do trabalho veremos essa e as demais legislações que foram responsáveis pela constituição do curso ao longo de sua trajetória e como o conhecemos nos dias de hoje.

Não resta dúvida, hoje, que a legislação implica os Estados no seu dever de

propiciar uma formação inicial e continuada aos docentes e que este direito se articula a uma educação cuja qualidade social não pode ficar confinada aos limites de poucas escolas. Esta formação não pode fugir de seu compromisso básico com a docência cujo processo formativo não dispensa nem o ato investigativo da própria práxis e nem o contato com a produção intelectual qualificada da área.

Contudo, estes anseios e propostas só podem gerar novos frutos se ancorados numa visão de seus determinantes no passado e seus condicionamentos no presente.

O compromisso das políticas públicas com a formação do profissional da educação estava restrito à sua preparação técnica para o exercício da docência. Devemos considerar que a necessidade mais presente era o atendimento da demanda social em busca de sua escolaridade. Com isso, a universidade deixava à margem o desenvolvimento científico do contexto da educação brasileira, em detrimento de interesses externos.

As propostas para o ensino e a formação são inúmeras e representam anseios e necessidades. Ao profissional da educação cabe compreender as relações que se estabelecem, tendo a competência de, na ação refletir sobre a complexidade da realidade, assumindo o compromisso com a mudança do processo a partir do seu espaço educativo.

A intenção deste trabalho é investigar a trajetória histórica da disciplina História da Educação, enquanto uma disciplina constante do currículo do curso de Pedagogia na Universidade de Sorocaba, para tanto, faz-se necessário recorrer aos teóricos da pesquisa em História para fundamentar o trabalho, bem como se torna imprescindível a análise dos documentos existentes nos arquivos da Instituição, pois

como afirma Le Goff (1984, p.98) “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem”. Autores críticos como Le Goff me dão o suporte necessário para a análise minuciosa dos documentos, daqueles que já são considerados como monumentos, ou seja, daqueles que já se consagraram na memória coletiva como sendo o que contém as verdadeiras informações.

Por outro lado, é importante também conhecer o relato das realizações dos educadores, na sua atividade cotidiana, pois assim podemos conferir as práticas efetivas, as lutas de poder que antecedem a formulação das leis, a participação do Estado e assim por diante.

Para a realização da presente pesquisa, utilizamos o método histórico, que de acordo com Fachin (2001, p.38-39) “[...] compreende a passagem da descrição para a explicação de uma situação do passado, segundo paradigmas e categorias políticas, econômicas, culturais, psicológicas, sociais, entre outras”.

Segundo a autora a principal função do método histórico consiste em investigar fatos e acontecimentos ocorridos no passado para verificar possíveis projeções de sua influência na sociedade contemporânea, oferecendo ainda a possibilidade de análise da organização das sociedades e das instituições, possibilitando-nos apreender a dinâmica histórica de sua evolução, transformação e desaparecimento. Esse método examina os eventos do ponto de vista da temporalidade.

Na visão de Marconi & Lakatos (2000, p. 90-91), a importância do uso desse método se explica por ser basicamente um método de procedimento, caracterizado como sendo etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em

termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstrato, pode ser usado concomitantemente com vários outros métodos de acordo com o tipo de investigação que se deseja.

Foi utilizado também o procedimento técnico denominado “Estudo de Caso” que na visão de Fachin (2001, p. 42-43)...”É o método caracterizado por ser um estudo intensivo, levando em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado”.

Do ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa caracteriza-se como sendo aplicada, pois, segundo Silva e Menezes (2001, p. 20) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”. Neste caso, a pesquisa visa contribuir na construção da memória, levando em consideração a formação do professor, contribuindo dessa maneira na resolução de problemas tanto no processo formativo, quanto na identidade desse educador, pois como nos recorda Le Goff (1979, v. 1)) “a memória, onde cresce a história que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

2. Objetivo da Pesquisa

Investigar a trajetória histórica da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Universidade de Sorocaba, bem como de que forma esta disciplina se constituiu como uma disciplina acadêmica.

3. Desenvolvimento da Pesquisa

Este estudo iniciou com a obtenção e posterior análise de dois tipos de documentos. O primeiro refere-se aos documentos oficiais, tanto os elaborados e produzidos pela Instituição, tais como: Anais, mapas, programas, bibliografias, atas, regimentos etc, quanto as leis, Decretos-leis, Pareceres, que foram elaborados e produzidos pelo órgão governamental responsável pelas normas que regem o ensino superior.

Quanto ao primeiro tipo de documentos utilizados nesta pesquisa, os mesmos foram obtidos nos arquivos da Secretaria da Universidade de Sorocaba, no campus denominado Cidade Universitária, sede da Instituição, consistindo de:

- Mapa estatístico do curso de Pedagogia, por série, nos quais constam o número de alunos matriculados no ano de 1962;
- Mapa das aulas teóricas e práticas dos anos de 1954, 1955, 1956 e 1962;
- Planos de ensino da disciplina História da Educação de 1967 a 1993, excetuando os anos de 1971, 1988, e 1989, que não se encontravam nos arquivos;
- Programa da disciplina História da Educação dos anos de 1956 a 1965 e do ano de 1971;
- Grade curricular do curso de Pedagogia dos anos de 1954 e 1990;
- Ata constando a relação dos primeiros professores contratados para os cursos de Letras Neolatinas e Pedagogia;
- Ata de constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba com o termo de visita da Inspeção federal;
- Documento contendo o histórico de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba;

- Cópia da Lei Municipal nº 233/51 de 23/08/1951, que criou a referida Instituição;

- Cópia do Decreto nº 36.785/55 de 18/01/1955, que autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia naquela Faculdade;

- Planilha datada de 1955 com o número de freqüência à biblioteca do 2º ano de pedagogia, organizada por disciplina.

Com relação aos documentos de criação da Faculdade, bem como os programas e os planos de aula da disciplina História da Educação, especialmente os referentes ao período que vai de 1954 até 1971, encontram-se encadernados e em bom estado de conservação, porém não estão organizados. Quanto aos demais documentos, estão espalhados por caixas de papelão e prateleiras de aço sem nenhum tipo de organização.

Para uma pesquisa científica, a importância do uso deste tipo de material oficial e burocrático consiste no fato dos mesmos serem considerados fontes que podem indicar o que ocorria na história da disciplina. Emprego aqui a palavra material no mesmo sentido do historiador George Duby (1994, p. 21), ou seja:

[...] palavra “material”, brutal, operária, pois convém perfeitamente para designar a massa inerte, o enorme amontoado de palavras escritas mal extraídas das pedreiras onde os historiadores se abastecem, selecionando, recortando, ajustando, para construir em seguida o edifício cujo projeto conceberam provisoriamente.

A análise dos programas elaborados para a disciplina é importante para a minha pesquisa, porém não devo considerá-los como definitivos, pois as práticas precisam ser reconstituídas também por outros indícios, como forma de comprovação dos conteúdos registrados nos programas.

Para tanto, com o intuito de tentar resgatar essas práticas, dirigi-me para a construção do segundo tipo de documento, que originou uma outra fonte potencial

para minha pesquisa. Refiro-me aos depoimentos orais dados por pessoas que participaram da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Faculdade de Sorocaba, nos papéis de professores e aluna, cujas entrevistas tiveram também o objetivo de facilitar a compreensão e interpretação dos programas da disciplina.

4. Estrutura final da Pesquisa

A presente pesquisa está estruturada em 3 capítulos.

O primeiro capítulo intitulado Uma dentre as muitas histórias da Universidade de Sorocaba, traz duas divisões, na primeira, com o subtítulo “A constituição da Faculdade de Filosofia, a Igreja e o poder público, sua história”, relato a história da criação da Faculdade Nacional de Filosofia e na segunda, com o subtítulo “A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba”, relato a história da criação da Faculdade, procurando fazer uma análise contextualizada da Instituição.

O segundo capítulo com o título “A História do curso de Pedagogia da Universidade de Sorocaba”, conta a história do curso de Pedagogia desde a sua estruturação, este capítulo tem três subtítulos, o primeiro traz um breve histórico da Pedagogia: origem, precursores, o segundo com o subtítulo: Breve Histórico do curso de Pedagogia no Brasil, está dividido em quatro sub-itens que tratam desde a formação docente no Brasil até a formação do pedagogo, o terceiro subtítulo trata do curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, as origens, problemas enfrentados, legislação etc. O terceiro capítulo com o título A história em três tempos de uma disciplina, conta a trajetória histórica da disciplina História da Educação no currículo do curso de Pedagogia desde a criação,

divide-se em um subtítulo que trata da disciplina no currículo do curso de Pedagogia, que contém três subitens: os momentos representados por três professores que ao longo desses cinquenta anos do curso ministraram a disciplina nesta Instituição.

Finalizando, apresento alguns comentários à guisa de conclusões, que na verdade têm a intenção de levantar outras questões, pois a pesquisa não esgotou o tema, pelo contrário suscitou outros questionamentos para futuras pesquisas.

Este primeiro esboço, ainda que modesto consiste num esforço de se trazer alguns elementos a título de contribuição para uma dimensão da pesquisa historiográfica.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA

1.1 A constituição da Faculdade de Filosofia no Brasil, a Igreja e o poder público, sua história...

A primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil foi criada pela Ordem dos Beneditinos de São Paulo em 1908, representada pela figura de D. Miguel Kruse, então Abade de S. Bento, em São Paulo com o propósito de atender às expectativas de uma formação mais consistente, a fim de preencher as lacunas deixadas pela visão profissional e fins utilitaristas dos cursos existentes no país àquela ocasião. Segundo Muchail (1992):

O Exmo. e Revmo. D. Miguel Kruse, declarando solennemente installados os cursos da Faculdade, expoz os beneficios que aos estudos superiores em nosso paiz trará a primeira cadeira dos estudos universitários.(...) (p. 1)

O orador oficial do conselho diretor, Duarte de Azevedo, no discurso de abertura, faz uma espécie de percurso por diferentes áreas do saber - passando pela Física, a Matemática, a Política, o Direito, a História - a fim de evidenciar a ausência e a necessidade da Filosofia, argumentando que sua exclusão debilita as bases das ciências. (p. 2)

Embora a criação da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo fosse depositária das expectativas de formação de uma sociedade mais inteligente e culta e representasse o encerramento de uma época de profunda carência deixada pelo ensino superior ao atendimento dessa necessidade, sua existência durou pouco, pois seu fechamento se deu no período da primeira Guerra Mundial, quando, em 1917, grande parte do corpo docente formado por estrangeiros foi embora. As

portas só foram reabertas em 1922, recomeçando os cursos com uma aula inaugural proferida pelo Prof. Leonardo Van Acker, chegado de Louvain.

Segundo Muchail (1992), a partir de 1936, a Faculdade sofre ampla remodelação a fim de adequar-se às exigências das leis que regulamentam o ensino superior e pleitear, novamente, seu reconhecimento oficial. Dois decretos regem sua aprovação, ambos assinados por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema: o de nº 1.669/37, de 24 de maio de 1937, concedendo o direito a uma "inspeção preliminar" durante um período de três anos; e, finalmente, o de nº 6.526/40, de 12 de novembro de 1940, que reconhece os cursos. Passa a chamar-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e está então organizada em quatro seções: Seção de Filosofia (compreendendo o curso de Filosofia); Seção de Ciências (compreendendo os cursos de Matemática, Física, Geografia e História, Ciências Sociais); Seção de Letras (compreendendo os cursos de Letras Clássicas, Neo-latinas, Anglo-germânicas); Seção de Pedagogia (compreendendo os cursos de Pedagogia e Didática). Temos aqui o exórdio dos cursos de Pedagogia no Brasil.

Neste contexto, foi criada também a Universidade do Brasil através da Lei nº 452/37. Atendendo ao padrão federal do governo ditador, foi organizada a Faculdade Nacional de Filosofia, compreendendo quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. Os objetivos dessa faculdade, expressos no art. 10 do decreto de criação, previa a preparação de intelectuais para atividades de ordem cultural ou técnica; quadro de profissionais da educação para o ensino secundário, normal e superior e a realização de pesquisas nas áreas de Pedagogia, Literatura e Filosofia.

A Faculdade Nacional, no atendimento de suas finalidades, se transformaria, por um lado, num instituto universitário para o desenvolvimento de pesquisa puramente científica, baseado no modelo da Universidade de Berlim; por outro, num

centro de formação de profissionais da educação com influência da universidade americana. Essa proposta não se concretizou em seu objetivo, cabendo apenas a formação de profissionais secundários e normalistas.

Entre as dificuldades, podemos apontar a baixa qualidade teórica oferecida pelos Cursos, que se preocupavam apenas com a formação técnica, sem o envolvimento da pesquisa preconizada pelo padrão federal. Dessa forma, o processo de formação se pautava pelo pragmatismo prático utilitário, em que o domínio dos métodos e técnicas é concebido dissociadamente da elaboração da teoria e da pesquisa.

Sendo assim, fortaleceu - se a tendência de converter as Faculdades de Filosofia em centros de transmissão de conhecimentos, divorciados da pesquisa e da busca constante de produção de novos saberes. (BRZEZINSKY, 1996, p.42)

Ao analisarmos a história das Faculdades de Filosofia no Brasil, verificamos que, ainda em meados da década de 50, eram pouquíssimas as Faculdades de Filosofia existentes no país. A mais antiga já descrita acima hoje integrada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, data de 1908. Todas as demais datam de 1930 para cá: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Sedes Sapientiae, fundada em 1932, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, em 1934, e a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1937, também já apontada anteriormente. O número de Faculdades de Filosofia, até então, existentes no Brasil, era de trinta e duas, incluindo-se a de Sorocaba¹.

¹ Revista Paidéia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, vol. I, n. 1, pág. 92

1.2 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba

No início da década de 50, São Paulo era o estado que possuía o maior número de estabelecimentos de ensino secundário e a cada momento surgiam novos ginásios e colégios, resultando daí uma conseqüente exigência de maior número de professores licenciados por Faculdades de Filosofia, cuja formação estava, até então, nas mãos de muitos profissionais leigos, autodidatas, acarretando um evidente prejuízo para a formação intelectual dos jovens. Sorocaba acompanhava esse crescimento social e em meados da década de 50 já apresentava um grande progresso tanto econômico quanto social: tornou-se um pólo industrial, terceiro centro de maior produção do estado de São Paulo, ficando conhecida como a “Manchester Paulista”. Segundo Neves (1998, p. 15):

Como conseqüência desse progresso, estava se transformando num grande centro estudantil e universitário. Nessa época, contava com uma população em torno de 102.000 (cento e dois) mil habitantes, possuía inúmeras escolas isoladas estaduais, municipais e particulares, que atendiam a 20.210 alunos, distribuídos em: 21 (vinte e um) grupos escolares, 10 (dez) ginásios e colégios, 4 (quatro) escolas normais, 2 (duas) escolas profissionais, 2 (duas) escolas do SENAI, 1 (um) curso comercial, o Seminário Diocesano “São Carlos Barromeu”; a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem “Coração de Maria”.

Nesse contexto surge a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, sendo estruturada seguindo as diretrizes da Constituição de 1946. Sua idealização deu-se, principalmente, para resolver o problema de formação de professores para os ginásios e colégios da cidade e do interior, fornecendo o preparo científico aos professores das escolas secundárias e conseqüentemente auxiliando os estudantes na ampliação e no aprofundamento de sua formação geral.

Com esse ideal, requeria o Monsenhor Francisco Antonio Cangro em nome da Prefeitura Municipal de Sorocaba, através do processo nº 87.090/51, datado de

01/10/1951, autorização para o funcionamento da Faculdade, sendo concedida através do parecer nº 430/51, da Comissão do Ensino Superior, lido em 17/11/1951.

Assim, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, através da Lei municipal de nº 233 de 23/08/1951, a partir da mobilização das forças políticas locais e a Igreja católica, na figura de Dom José Carlos de Aguirre, primeiro Bispo de Sorocaba e outros membros do clero local, que se uniram para dotar Sorocaba de uma Faculdade de Filosofia, faltando somente a autorização de funcionamento por parte do Governo Federal.

Segundo Neves (1998, p. 19), havia um acordo de cooperação e reciprocidade entre as forças políticas e a Igreja, tanto que em 04 de dezembro de 1951, o então prefeito, Armínio Vasconcellos Leite entrega a administração da recém criada Faculdade à Diocese daquela cidade, com a justificativa de que a juventude de Sorocaba e região tivessem uma formação moral e espiritual para as lutas do magistério. Dessa data em diante, caberia à Prefeitura Municipal de Sorocaba manter o recém criado estabelecimento de ensino superior tomando sob a sua responsabilidade tudo o que se referisse ao setor financeiro conforme documentos constantes às fls. 225 e 226 e na informação de fls. 214 do verificador, e à Diocese, pelo seu Bispo Diocesano, administrá-lo.

A atuação da faculdade no período de sua criação sofre interferência da comunidade eclesial católica, que desejava uma cultura espiritualista e cristã nos conteúdos dos seus currículos. A igreja católica temia que a formação que os professores recebessem viesse a alterar as diretrizes e exigências curriculares dos ginásios católicos. Isso posto, o ensino acadêmico praticado pela faculdade deveria atender aos interesses das escolas. Os professores que ali estavam se formando

iriam atuar na rede de ensino secundário, a qual indiretamente atingiria a rede primária de todo o Estado de São Paulo.

Pode-se observar que, na sua origem, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba em um primeiro momento, foi pensada como uma Instituição Municipal e portanto, pública, porém gradativamente caminhou para as mãos da iniciativa privada, constituindo-se como primeiro passo a entrega pela prefeitura através da Lei nº 251/51 de 04/12/1951 (anexo 01) do gerenciamento da Faculdade para a Igreja Católica, representada pela Cúria Diocesana de Sorocaba.

Não foi encontrado, porém, no processo, nenhum documento expresso da outorga pela prefeitura, nas condições referidas pelo verificador, da entrega da administração da Faculdade à diocese de Sorocaba. Não dispunha de livros, fichários, onde constassem informações sobre o equipamento administrado e sobre a montagem da secretaria, constando às fls. 209/210, somente a nomeação das autoridades administrativas e em relação ao aparelhamento didático, consta às fls. 470, uma relação de material de laboratório de Geografia e Línguas Vivas e às fls. 419 uma declaração do prefeito de então, de que a prefeitura estava providenciando a aquisição de mobiliário escolar e do aparelhamento necessário aos gabinetes de Pedagogia, Geografia e História.

Isto posto, faltava ainda a nomeação de seus diretores para que o estabelecimento pudesse funcionar legalmente, O primeiro Diretor e primeiro Vice-Diretor, Mons. Francisco Antonio Cangro e Côn. André Pieroni Sobrinho, respectivamente, foram nomeados pelo Prefeito em 25 de setembro de 1951 e encaminharam ao Ministério da Educação já em 01/10/1951 o projeto para autorização de funcionamento da recém-criada Faculdade, atendendo o Decreto Lei nº 421/38 de 11 de maio de 1938, sendo protocolado sob o número 87.090/51.

Conforme o parecer 430/51, a conclusão da comissão de ensino superior foi a seguinte:²

1) Que o julgamento seja transformado em diligência para que a entidade mantenedora complete os seguintes pontos:

a) Relativamente à outorga da administração da Faculdade à Diocese de Sorocaba, mediante documento expresso dessa natureza;

b) Relativamente ao equipamento administrativo, mediante as providências já tomadas sobre a montagem da secretaria da Faculdade com o necessário material para o seu funcionamento;

c) Relativamente aos professores sob os números 01, 13, 15, 20 e 25 (neste parecer), juntando documentos acaso existentes, que permitam ao conselho apreciar a sua habilitação técnica para o exercício do magistério das disciplinas para as quais foram indicados;

2) Que seja o projeto de regimento submetido ao exame da douta Comissão de Estatutos, Regulamentos e Regimento.

Sala de sessões, 17 de dezembro de 1951.

Ass. Josué C. d’Affonseca, relator.

Cesário de Andrade A. Almeida Júnior, P. Parreiras Horta.

Para o fim de demonstrar as providências tomadas às solicitações constantes do Parecer 430/51 já citado, novo pedido foi enviado ao Conselho de Ensino Superior. Foi apresentada a Lei 251/51 de 04 de dezembro de 1951, onde a administração da Faculdade é entregue à Cúria Diocesana, juntamente com uma declaração da Prefeitura Municipal sobre a compra do material para a montagem da secretaria da Faculdade. Com relação aos professores listados sob os números 01, 13, 15, 20 e 25, estes foram substituídos, porém cabe relacionar os professores indicados no Parecer 430/51, bem como os professores indicados para substituí-los.³

1) Psicologia Educacional e Filosofia da Educação – Pe. Pedro Schumacher –

² Arquivo da Universidade de Sorocaba - UNISO

³ Arquivos da Universidade de Sorocaba - UNISO

Bacharel e licenciado em Letras Clássicas, curso de Direito Canônico e Teologia;

- 2) Filosofia – Mons. Antonio Misiara – Licenciado em Filosofia pela Faculdade Gregoriana de Roma, também em Direito Canônico e Teologia;
- 3) Filologia Românica – Ciro de Carvalho Lemos – Bacharel e Licenciado em Letras Clássicas – diploma com registro em andamento (proc. nº 51.297/51);
- 4) Língua e Literatura Latina – Dino Fausto Fontana – Licenciado em Letras Clássicas – diploma registrado;
- 5) Literatura Portuguesa e Brasileira – Carlos de Assis Pereira – Bacharel e Licenciado em Letras Clássicas – diploma registrado;
- 6) Filologia e Língua Portuguesa – João Tortello – Licenciado em Letras Clássicas - Curso de Especialização em Filologia Portuguesa;
- 7) Língua e Literatura Francesa – Teresinha Gomes – Licenciada em Línguas Neolatinas – diploma registrado. Curso de Civilização Francesa – Sorbonne;
- 8) Língua e Literatura Italiana – Pe. Tortello Augusto Nocioni – curso de Filosofia e Teologia no Instituto Pontifício Internacional Angelicum – Roma;
- 9) Língua e Literatura Espanhola – Idel Becker – Médico – diploma registrado;
- 10) História da Filosofia – Pe. João Garbolnio – Doutor em Filosofia e licenciado em Teologia;
- 11) Psicologia – Pe. Lúcio Floro Graziosi – Licenciado em Direito Canônico;
- 12) Filosofia Moral – Pe. André Pieroni – cursos completos de Filosofia, Teologia e direito Canônico no Seminário Maior da Imaculada Conceição dos Padres Seculares do Estado de São Paulo. Registro de professor de Latim e Matemática;
- 13) História Moderna e Contemporânea – José Carlos Castilho de Andrade – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – diploma registrado;

- 14) Geografia Humana – Joaquim Alfredo da Fonseca – Bacharel em Letras Clássicas – diploma registrado;
- 15) História da Antigüidade e da Idade Média – Adolpho Carlos Lindemberg – Engenheiro;
- 16) Antropologia e Etnografia – Egon Schaden – Licenciado em Filosofia pela Universidade de São Paulo – Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo;
- 17) Geografia Física e Geografia do Brasil – Alfredo Gisso – Licenciado em Geografia e História – diploma registrado;
- 18) História do Brasil – Arthur Fonseca – Bacharel em Ciências Econômicas – diploma registrado;
- 19) História da América – Orlando de Alvarenga Gáudio – Bacharel em Direito – diploma registrado – prof. Registrado em Geografia Geral e do Brasil e História Geral e do Brasil;
- 20) Biologia Geral – Lineu Matos Silveira – Médico – diploma registrado;
- 21) Didática Geral e Especial – Vera Lagoa – Licenciada em Pedagogia – diploma registrado;
- 22) Complementos de Matemática – Victor Eiseumann – Licenciado em Matemática – diploma registrado;
- 23) Sociologia – Alberto da Rocha Azevedo – Bacharel em Direito;
- 24) Administração Escolar e Educação Comparada – Antonio Gaspar Ruas – Licenciado em Pedagogia;
- 25) Estatística Educacional – Vicente Caputto Sobrinho – Diplomado em Odontologia – diploma registrado;
- 26) Religião – Mons. Francisco Antonio Cangro – Curso completo de Filosofia, Teologia e Direito Econômico;

Após apreciação favorável e a aprovação acerca da formação dos professores substitutos, as retificações providenciadas foram as seguintes: O professor de Psicologia Educacional e Filosofia da Educação Pe. Pedro Schumacher, listado como número 01, foi substituído por Dom Norberto O.S.B.; na disciplina de História Moderna e Contemporânea, o prof. José Carlos Castilho de Andrade, listado sob o nº 13, foi substituído pela professora Isabel Soares Gomes; em História da Antigüidade e da Idade Média, o professor Adolpho Carlos Lindemberg, listado sob o nº 15 foi substituído pela professora Marina Rizzi; na disciplina de Biologia Geral, o prof. Lineu Matos Silveira, listado sob nº 20, foi substituído pela professora Laís de Oliveira e finalmente na disciplina de Estatística Educacional, o prof. Vicente Caputto Sobrinho listado sob o nº 25 foi substituído pelo professor Hélio Ítalo Serafino.

Dessa forma, foi dado pela Comissão de Ensino Superior um parecer favorável à autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, tendo sido ouvida a Comissão de Estatutos, Regulamentos e Regimentos, sendo a referida autorização assinada em 22 de março de 1952 pelos conselheiros Samuel Libâneo, relator, Paulo Parreiras Horta e Cesário de Andrade.

Tendo sido voto vencido no parecer nº 49/52, o Conselheiro Almeida Júnior, não deixou de fazer a crítica, pois no seu entendimento o fato de grande número de professores não residir na sede do estabelecimento de ensino, bem como a ausência de formação superior nas disciplinas pretendidas por outros docentes, e ainda o acúmulo de cátedras verificado em outros, eram obstáculos a um ensino regular e eficiente.

O Conselheiro denunciava também a existência de escolas superiores que encaminhavam uma lista de professores para o pedido de autorização que jamais

lecionariam nessas Instituições, só figuravam para dar credibilidade aos cursos pretendidos.

Diante disso, o processo voltou à Comissão e através da Diretoria de Ensino superior, novos nomes foram apresentados substituindo os existentes na primeira lista. Para o curso de Pedagogia, a nova lista foi composta da seguinte forma:

- 1) Sociologia – Pe. João Garbolim
- 2) Psicologia Educacional – Prof^a Odette Lourenção
- 3) Complementos de Matemática – Dr. Ewaldo Couto Campelo
- 4) Estatística Educacional – Prof^a Nadyr Resende Nascimento
- 5) Administração Escolar e Educação Comparada – Prof^a Enid Castelo
Martins
- 6) Filosofia da Educação – Dom Norberto Antunes Vieira
- 7) História da Educação – Prof. José Camarinha Nascimento

Para o curso de Letras Neolatinas, as substituições propostas deixaram a lista conforme segue:

- 1) Língua e Literatura Latina – Dom Aloísio Severino Kilgus O.S.B
- 2) Língua e Literatura Portuguesa – Prof^a Elvira Josefina Reale
- 3) Literatura Portuguesa e Brasileira – Prof. João Tortello
- 4) Filologia Românica – Prof^a Ana Ferreira Leão
- 5) Língua e Literatura Francesa – Prof^a Teresinha Gomes
- 6) Língua e Literatura Italiana – Pe. Eugênio Bolzanello

7) Língua e Literatura Espanhola – Prof^a Guiomar Caron

8) Literaturas Ibero-Americanas – Prof^a Lucy Ribeiro Moura

A partir dessas mudanças, as exigências dos pareceres 430/51 e 49/52 foram consideradas satisfatoriamente atendidas e, portanto, não havia mais empecilhos à concessão da autorização, a qual foi concedida pelo relator Isaías Alves, através do parecer de nº 207/52 datado de 19 de setembro de 1952 da Comissão de Ensino Superior, para onde deveria ser encaminhado ainda o respectivo regimento.

Faltava somente o decreto presidencial concedendo essa autorização, sem a qual a Faculdade não poderia iniciar suas atividades.

Atendendo então a essa necessidade, foi sancionado o Decreto de nº 32.038/52 (anexo 02) de 30 de dezembro de 1952, assinado pelo então presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, sendo publicado no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 1953, no qual decretou-se concedida a autorização para o funcionamento de três cursos, a saber: Filosofia, Geografia e História e Letras Neolatinas.

Tendo sido omitido neste decreto o curso de Pedagogia, foi necessário outro decreto federal para a devida legalização do curso, o que ocorreu através do decreto de nº 35.785/55, datado de 18 de janeiro de 1955, o que não impediu que o curso iniciasse juntamente com o curso de Letras Neolatinas, através do vestibular de 15 de fevereiro de 1954.

Voltando um pouco ao ano de 1953, verificamos que passados dois anos de suas nomeações, o primeiro Diretor e primeiro Vice-Diretor, Mons. Francisco Antonio Cangro e Côn. André Pieroni Sobrinho, respectivamente, que haviam sido nomeados pelo Prefeito em 1951, viriam a renunciar a seus cargos por motivos políticos em setembro de 1953 e foram substituídos em dezembro do mesmo ano

pelo Monsenhor Antonio Pedro Misiara como diretor e Cônego Francisco Lyrio de Almeida, vice, sendo estes nomeados pelo então Bispo Diocesano, Dom José Carlos de Aguirre.

Embora os cursos tivessem sido autorizados, o ano de 1953 transcorreu sem que nenhum curso funcionasse, pois, por questões financeiras, não havia sido destinada, no orçamento municipal daquele ano, verba para a manutenção, bem como não havia instalações adequadas ao pleno funcionamento da Instituição. Antes mesmo de sua instalação em prédio próprio, porém, a Faculdade deu início às suas atividades pedagógicas em 15 de março de 1954, provisoriamente no prédio do Colégio e Escola Normal Municipal Dr. Getúlio Vargas, hoje conhecida como Escola Municipal de 1º e 2º graus Dr. Getúlio Vargas, situada na Avenida Dr. Eugênio Salerno, cedido pela Prefeitura Municipal em 15 de março de 1954, e podendo utilizar as bibliotecas do Seminário diocesano e a do Gabinete de Leitura Sorocabano, foi-lhe doada também pela Prefeitura, a Biblioteca Municipal. Isto porque, se não iniciasse suas atividades àquele ano, a autorização concedida pelo então Ministério de Educação e Cultura perderia a sua validade, devendo o processo de autorização ser recomeçado. Faltava agora somente a verba para a sua manutenção, que, graças ao empenho dos poderes públicos da época e de um projeto de lei do então vereador professor José Carlos Paschoal, pôde ser aprovada em quinhentos mil cruzeiros. Assim, em dezoito de dezembro de mil novecentos e cinqüenta e três, reuniu-se pela primeira vez a Congregação da Faculdade, bem como o Conselho Técnico-Administrativo com as presenças dos professores Mons. Antonio Pedro Misiara como presidente, Geraldo Madureira como secretário, Dr. Dom Beda Kruse, O.S.B, Côn. Francisco Lyrio de Almeida, José Gomes Caetano, Dr. Joseph Jacobus van den Besselaar e Dr. Júlio Garcia Morejón,

que tinha como objetivo a estruturação e organização da Faculdade. Alguns desses nomes compunham o quadro de professores do curso de Pedagogia. Nessas reuniões do CTA se discutiram e se tomaram todas as decisões sobre todos os assuntos relativos à vida universitária.

O Monsenhor Antonio Pedro Misiara enviou um ofício datado de 18 de janeiro de 1954 à Diretoria do Ensino Superior comunicando a realização de exames vestibulares somente para os cursos de Letras (autorizado pelo decreto 32.038/52) e de Pedagogia (não autorizado), não sendo mencionados neste os outros dois cursos já autorizados, a saber: Filosofia, e Geografia e História, bem como comunicava “alterações profundas e substanciais” nos cursos em andamento. Falaremos dessas alterações no capítulo reservado ao curso de Pedagogia mais adiante.

Assim, tem início em 15 de fevereiro de 1954, os primeiros exames vestibulares para os cursos de Pedagogia e Letras Neolatinas, com a inscrição de 31 candidatos, sendo 13 para o curso de Pedagogia e 18 para o curso de Letras Neolatinas. Desses, 27 efetuaram a matrícula.

Em 07 de março de 1954, no salão nobre do Instituto de Educação “Dr. Júlio Prestes de Albuquerque”, houve uma sessão solene para a inauguração da Faculdade de Filosofia, onde compareceram aos trabalhos de instalação o Governador do Estado, prof. Lucas Nogueira Garcez; o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmello de Vasconcellos Motta; representando o Ministro da Educação e o Secretário de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo, o Diretor do Ensino Superior, Dr. Jurandir Leodi; o Bispo Diocesano de Sorocaba, Dom José Carlos de Aguirre, o Prefeito Municipal, Sr. Emerenciano Prestes de Barros; o Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, Sr. Wenceslau

Corrêa de Lacerda, além de autoridades civis, militares e religiosas, tanto de Sorocaba quanto do Estado, o corpo docente e administrativo, além da população.

Segundo Neves (1998), logo após a fita simbólica ter sido desatada pelo Governador do Estado, Prof. Lucas Nogueira Garcez, e pelo Bispo Diocesano Dom José Carlos de Aguirre, o Professor Mons. Antonio Pedro Misiara presidiu a sessão solene, discursando sobre “O valor de uma Faculdade de Filosofia e o seu papel na formação moral e espiritual da mocidade brasileira”. A aula inaugural foi ministrada pelo professor Dr. Dom Beda Kruse OSP, titular da cadeira de Psicologia Educacional, tendo como tema a “Faculdade de Filosofia, fator imprescindível de Cultura”.

Com a intenção de fazer com que a Faculdade se tornasse conhecida e conscientizar toda a população do espírito e da importância da Instituição, várias atividades foram desenvolvidas. Antes mesmo de iniciar suas atividades acadêmicas, nesse mesmo local houve uma exposição de Literatura Infantil de história em quadrinhos, instalada em uma de suas salas de aula com o propósito, segundo Neves (1998, p. 29) (...) *de combater a má leitura e despertar nos pais e educadores uma orientação segura aos pequenos leitores e, de modo especial, aos adolescentes.*

Foram escritas também, uma série de matérias sobre a criação, exames vestibulares e corpo docente dos dois cursos iniciais, a saber: Letras Neo-Latinas e Pedagogia, até artigos ainda em 1954, de autoria do Prof. Ruy Afonso da Costa, que, nas palavras de Nascimento (1999 p. 29), era um “brilhante intelectual e escritor conhecido desde 1949”. Em junho daquele ano, houve uma sessão acadêmica comemorativa do 350º Aniversário da Publicação de “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote De La Mancha” (idem, 1999, p. 30), (anexo 05).

O Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia decidiu criar em agosto de 1954, a Comissão de Cultura (anexo 06), à qual se subordinariam todas as atividades culturais, os trabalhos de extensão cultural, a difusão dos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e literários.

Em abril de 1955, registraram-se atividades do Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino – CASTA – “Dia da Solidariedade” (anexo 07).

No período compreendido entre os anos de 1961 a 1964, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba funcionou uma classe experimental de Jardim de Infância, denominada Maria Montessori, cuja função era servir de laboratório às disciplinas de Didática geral e especial do curso de Pedagogia.

Segundo Neves (1998), tal empreendimento foi pensado e organizado como uma classe de inspiração montessoriana, orientada pela Prof^a Dra. Vera Lagoa, integrante do corpo docente da Faculdade, sendo supervisionada pela Prof^a Neide Grillo Rezende e dirigida pela Prof^a Rosa Paulo, ex-aluna do curso de Pedagogia. Por falta de espaço físico encerrou suas atividades, na Instituição, em 1964, sendo transferida para o Colégio Ciências e Letras de Sorocaba com todo o seu material.

Além da classe experimental, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba procurou durante toda a sua existência desenvolver atividades culturais voltadas à comunidade sorocabana. Algumas dessas atividades eram desenvolvidas extracurricularmente em forma de conferências, palestras, apresentações teatrais, concursos literários, campeonatos estudantis etc.

Como já dito anteriormente, a intensa programação cultural visou destacar a função social da faculdade, bem como as possibilidades que a Instituição poderia oferecer à sociedade.

Em função da crise econômica que a Prefeitura Municipal atravessava, a família Scarpa, representada pelos senhores Francisco Scarpa e Nicolau Scarpa Junior, pioneira na indústria sorocabana, atendendo a pedido de Dom Aguirre, passa a patrocinar o estabelecimento a partir de setembro de 1954, instituindo-se uma Fundação denominada “Fundação Scarpa”, oficializada juridicamente no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Sorocaba em 10 de setembro de 1954, sendo passada a esta a responsabilidade de manutenção e outros encargos de funcionamento, na forma de seus estatutos (anexo 03), pela Faculdade sendo, também subvencionada pela Municipalidade, conforme Lei Municipal nº 376/54 datada de 25/09/1954.

A Família Scarpa reformou o imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Sorocaba onde foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, patrocinou a montagem da biblioteca da Faculdade, construiu o prédio na Avenida General Osório, nº 35 e comprou todos os móveis e equipamentos necessários ao funcionamento da Faculdade.

Segundo Neves (1998), foi investido na Faculdade de Filosofia pela família Scarpa na forma de auxílios e subvenções, o montante de Cr\$ 3.374.032,30 (três milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trinta e dois cruzeiros e trinta centavos) e pela Prefeitura Municipal de Sorocaba na forma de subvenção, o total de Cr\$ 2.333.333,00 (dois milhões, trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três cruzeiros).

A mencionada Fundação Scarpa subvencionou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Municipal de Sorocaba até dezembro de 1956, quando, novamente, a Prefeitura Municipal de Sorocaba se propôs a assumir a responsabilidade pela Instituição no que diz respeito à questão financeira, sendo que a parte administrativa, desde a sua fundação, foi entregue às autoridades

Diocesanas, conforme Lei Municipal nº 458/56 de 01/12/1956 (anexo 04).

Gostaria de abrir um hiato nesse momento e relatar sobre a biblioteca, cuja montagem deu-se a partir desse patrocínio, pois a considero um elemento de fundamental importância na compreensão das práticas escolares, mesmo que as informações não sejam suficientes, faz-se necessário relatá-las.

1.2.1 A Biblioteca

Mesmo antes do patrocínio em 07 de agosto de 1954, pela Fundação Scarpa, foi inaugurada a biblioteca com a doação de D. Joaquina de Cunto Scarpa, em 21 de junho de 1954.

Em relação ao acervo bibliográfico do curso de Pedagogia, existem poucas informações disponíveis especificamente em relação ao curso, porém verificamos a existência do 1º livro da biblioteca com o seu termo de abertura assinado pelo Monsenhor Antonio Pedro Misiara, diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba em 1954, destinado ao registro de livros e revistas adquiridos pela Faculdade. Consta ainda neste o registro de obras de Filosofia, Sociologia, Matemática, História da Educação, Línguas, Dicionários e Enciclopédias, em várias línguas: português, francês, inglês, espanhol e italiano. Este primeiro livro de registros aberto em 1954, foi utilizado até 1959, finalizando com o nº 4271.

No livro de constituição da Faculdade em 1954, entre as páginas 85 e 102, existe uma relação do acervo da biblioteca da Faculdade de filosofia Ciências e Letras de Sorocaba onde constam 1.024 obras, dessas, 383 são de obras do curso de Pedagogia e 80 títulos ligados a História da Educação, onde encontramos os seguintes autores: Guglielmo Ferrero, Rousseau, René Hubert, Brubacher, Bréhier,

entre outros.

No livro de relatórios de 1954, página 44, consta que os alunos do curso de Pedagogia que eram 10 e os de Letras, que somavam 17, teriam feito 825 consultas à biblioteca. Esses alunos tiveram uma disciplina no primeiro ano do curso intitulada: Cultura Filosófica e História da Filosofia que foi a responsável pelas consultas e teriam consultado principalmente os seguintes autores: Karl Marx, J. Maritain e C. Werner, o que informa a orientação dada aos estudos filosóficos desde os primórdios da instituição. Não encontramos, no entanto registros em relação a disciplina de história da Educação.

Quanto aos mapas demonstrativos do movimento da biblioteca em 1955, para o 2º ano do curso de pedagogia, assinado pelo então diretor da Instituição, Monsenhor Antonio Pedro Misiara, os alunos consultaram o total de 975 obras, não existindo registro especificamente da disciplina História da Educação, conforme demonstramos:

<u>Disciplinas</u>	<u>consultas</u>
Estatística	100
Psicologia	180
Cultura Religiosa	20
Sociologia	210
Psicologia Educacional	130
Dicionários	120
<u>Assuntos diversos</u>	<u>215</u>
Total	975

Nos anos de 56 a 57 não foram localizados registros das consultas à biblioteca. No relatório relativo ao ano de 1958 elaborado pela bibliotecária Prof^a Joci Maria Silveira, consta que a biblioteca contava, em abril de 58 com 2994 livros, tendo já em dezembro do mesmo ano, 3082 livros.

No referido relatório também consta um mapa de freqüência à biblioteca e a natureza do consultado, por curso. São eles:

Pedagogia	18
Psicologia	35
Antropologia	25
Sociologia	12
Literatura	6
Filosofia	113
Diversos	30
<u>Dicionários</u>	<u>53</u>
Total	292

O que podemos concluir é que na biblioteca, desde o início, predominou uma bibliografia enciclopédica, acadêmica, intelectualista e positivista, oferecendo um rico pluralismo temático não só aos alunos de Pedagogia, quanto aos alunos dos demais cursos. Portanto, a biblioteca ofereceu desde o início de seus cursos uma bibliografia respeitável com traduções de obras de autores estrangeiros em sua grande maioria, permitindo aos alunos uma reflexão aberta aos mais variados temas em questão.

Em 1962, havia 52 alunos matriculados no curso de pedagogia. O mapa de freqüência e natureza do consultado por curso registra 879 consultas feitas pelos alunos do curso de Pedagogia.

A partir desse momento na impossibilidade de dados mais específicos do curso de Pedagogia, passo a relatar a estrutura da biblioteca e seu acervo.

Em 1981, o Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre, aprovou a proposta do Prof. Aldo Vanucchi, Diretor da Faculdade, de que a Fundação homenageasse o Monsenhor Luiz Castanho de Almeida, historiador sorocabano, falecido em fevereiro daquele ano, dando o nome de “Aluísio de Almeida”, seu pseudônimo literário, à biblioteca da instituição. Sendo baixada neste mesmo dia uma portaria nesse sentido.

No final de 83, o acervo da biblioteca contava com 23.920 volumes.

Em 94 a biblioteca completou 40 anos de existência. Após uma remodelação e crescimento de sua estrutura, passa a prestar serviços como biblioteca universitária, às atividades de pesquisa, ensino e extensão.

No relatório de 97 o acervo geral contava com 41.073 títulos de livros num total de 61.440 volumes e ainda 2.226 títulos de periódicos, além de volumes de teses, apostilas, folhetos, manuais, bibliografias, abstracts, CD-ROM's etc.

Consta nesse relatório uma observação final informando que o acervo especializado nas áreas de Ciências Humanas e Exatas está concentrado em sua maior parte no campus Trujillo.

Em 98, contava o acervo com 65.735 volumes. Em agosto desse ano, com o propósito de se conhecer melhor a biblioteca (anexo 09), os alunos do curso de Graduação em Matemática realizaram um trabalho estatístico, dentro do Programa de Avaliação Institucional da UNISO (CPAI) devidamente apoiado pelo PAIUB (Programa de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília).

Eis alguns dados relevantes ao nosso estudo. De acordo com a tabela 6 (anexo 09), onde mostra a média anual de empréstimos por aluno, para cada curso oferecido pela UNISO (contém 21 cursos), a partir de 1995, a Pedagogia ocupa as seguintes posições:

Em 1995 – Pedagogia 12,41, ficando atrás dos cursos de História 19,56; Direito 19,02; Filosofia 15,50; Matemática 13,92 e o curso de Análises de Sistemas com 12,92.

Em 1996 – Pedagogia 11,64, sendo o carro chefe de empréstimos nesse ano o curso de Direito com 19,00 seguido pelos cursos de História com 16,44; Matemática 16,8; Filosofia 14,61; Análises de Sistemas; Letras Inglês 13,31; Economia 13,21 e Geografia com 12,71.

Em 1997, o curso de Pedagogia conta com 17,10, ocupando o terceiro lugar na lista de empréstimos, sendo superado somente pelo curso de Filosofia 21,0 e o de História 20,50.

Ao analisarmos esses dados observamos que o curso de Pedagogia ao longo dos anos, tem demonstrado um crescente amadurecimento, pois as consultas dos alunos desse curso revelam uma preocupação com a atividade de reflexão e pesquisa necessárias a formação do educador.

A atualização do acervo bibliográfico tem sido constante, além da intensificação da modernização dos serviços prestados iniciada em 1998 com a implantação do Programa de informatização Pergamum, a fim de dinamizar o atendimento aos alunos, professores e comunidade, pois dentre outras funções, através desse programa, as sugestões da comunidade universitária são feitas no próprio terminal.

Hoje, a Biblioteca Aluísio de Almeida conta em seu acervo com 65.482 títulos de livros, em um total de 113.917 volumes, além de 1.749 títulos em fitas de vídeo e DVD's com 2.247 volumes, além de 1.161 títulos de periódicos correntes. Desse total, 5.240 títulos de livros e 9.464 exemplares são de Educação, além de 89 títulos e 89 exemplares de fitas de vídeo e DVD's e 146 títulos de periódicos.

Retomamos aqui o relato da história da Instituição, antes do hiato.

A partir de 1956, a Faculdade passou por disputas acirradas entre direção e alguns membros do corpo docente, além de atrasos nos salários. Essas discussões não ficaram claras nas atas de reuniões consultadas, porém chegaram a extrapolar as paredes da Faculdade, pois alguns professores veicularam críticas à Instituição através da imprensa local.

Nessa ocasião, através do Decreto 41.366/57 de 23/04/1957, publicado no Diário Oficial da União em 27/04/1957, o então Presidente da República Juscelino Kubitschek reconhecia os cursos de Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia, História e Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Nessa época começava também um movimento pela estadualização do ensino superior no estado de São Paulo e na Faculdade de Filosofia a disputa continuava acirrada, pois havia embates entre defensores da privatização e defensores do ensino público dentro dela. A Instituição havia passado por uma sindicância interna presidida pelo Revmo. Mons. Antonio Pedro Misiara. Consta em Ata de CTA, de 25/06/1957, que os professores José Gomes Caetano e Julio Garcia Morejon tornaram públicos assuntos internos da Faculdade e foram considerados os estopins do movimento pela estadualização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, conforme aponta o texto no documento supra citado:

[...] quanto a demissão de ambos os professores, sendo que a atitude tomada pela autoridade Diocesana, tem por base a efetivação de um inquérito feito por S.Excia., entre alunos, professores e funcionários da Faculdade, tendo sua Excia. chegado a conclusão de que as principais pessoas que levaram assuntos internos da Faculdade a público, foram José Gomes Caetano e Júlio Garcia Morejon que contribuíram assim, para

exploração política, dando margem para a imprensa livre formular críticas levianas ao clero e até mesmo a pessoa de S. Excia. o Senhor Bispo Diocesano. (Ata de CTA nº 62)

Todo esse clima fez com que vários vereadores da Câmara Municipal de Sorocaba aderissem ao movimento e em 22 de agosto de 1957, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou em primeira discussão um projeto de lei de autoria do Deputado Estadual Osny Silveira, que visava à estadualização da Faculdade de Filosofia de Sorocaba. A fim de evitar esse ato, a direção conseguiu, por meio dos deputados Pe. Benedito Mário Calazans e Paes de Barros, um substitutivo, através do projeto de Lei nº 773/57, propondo que fosse firmado um convênio entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e a Secretaria Estadual da Educação, ao invés de estadualizá-la. Esse projeto foi rejeitado, tendo sido aprovado o substitutivo do Deputado Paes de Barros na forma da Lei nº 4.614/58. O convênio firmado (anexo 08) a partir dessa lei entre o Estado via Secretaria da Educação e a Faculdade no qual o Governo subvencionaria a Faculdade pelo período de 10 anos a partir de 1959 com o valor e Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) anuais foi considerado uma vitória pelos defensores do ensino privado, mais especificamente pela Igreja Católica.

Como desfecho desses episódios, foram demitidos coletivamente todos os membros do CTA por não considerarem conveniente deliberarem sobre assuntos pertinentes a seus pares. Novos membros foram nomeados para um período que variava entre 01 e 03 anos no máximo. Dessa forma solucionou-se o processo de não estadualização da Faculdade, assim como se resolveu o problema com os professores descontentes com a Instituição.

A descrição desses fatos se torna importante neste trabalho porque a história em três tempos que pretendemos analisar começa exatamente nesse período, uma

vez que a primeira professora da disciplina História da Educação –objeto de meu trabalho – no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba a ser pesquisada entra exatamente nesse momento tão conturbado, justamente em virtude da saída desses professores.

Continuando a contar a história da Instituição, vemos que em 1963 o CTA encerrou seus trabalhos de implantação e organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, sendo extinto no dia 08 de junho de 1963. No seu lugar foi criado, em 03 de agosto de 1963, o Conselho Departamental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, tendo como presidente o professor Côn. Aldo Vannucchi. Em 12 de outubro daquele mesmo ano foi criada uma Fundação como órgão mantenedor da Faculdade de Filosofia, recebendo o nome de Fundação Dom Aguirre, em homenagem ao primeiro Bispo Diocesano de Sorocaba e um dos principais idealizadores da Faculdade de Filosofia.

Em 1966, é criada a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba. Este período é de expansão física, com a finalidade de acelerar a implantação de novos cursos e melhorar os já existentes.

Em 1970, iniciam-se as atividades com o fim de implantar o curso de Pós-Graduação em nível de especialização, ministrando durante os anos letivos de 1973 a 1998, sessenta e sete cursos.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba juntamente com a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas em 1993 passaram a integrar as Faculdades Integradas Dom Aguirre, transformando-se, no ano seguinte, através da Portaria ministerial de nº 1364/94 de 13 de setembro de 1994, em Universidade de Sorocaba, tendo como mantenedora a Fundação Dom Aguirre.

A expansão da Pós-Graduação em Educação ocorre em 1996, com o projeto do programa *Stricto sensu* em nível de mestrado, naquele momento, sem reconhecimento. Após algumas tentativas de recomendação sem resultados, e após sofrer algumas modificações, o curso é recomendado pela CAPES do Ministério da Educação e Cultura, através da Portaria 1.584, de 20 de junho de 2003.

A Universidade de Sorocaba, denominação atual da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, forma professores, especialistas e mestres, estimula a investigação e publicação científica; promove cursos, seminários, simpósios, difundindo na comunidade educacional o comprometimento do fazer e ser Universidade. Sua finalidade é realizar o ensino especial correspondente às profissões que atuam nas áreas do conhecimento aplicado e realizar o ensino de pós-graduação associado à pesquisa nas especialidades que lhes respondam. As habilitações oferecidas pelo Curso de Pedagogia hoje são: Docência em Educação Infantil, docência para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Administração escolar na educação básica e Supervisão escolar. As titulações conferidas são as de Licenciado em Pedagogia — Docência para a Educação Infantil Licenciado em Pedagogia — Docência para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental e de Bacharel em Pedagogia – Administração e Supervisão escolar.

A sede da Universidade de Sorocaba é no campus Cidade Universitária e dispõe de mais dois campi denominados Trujillo e Seminário. A estrutura da Universidade compreende os órgãos deliberativo e executivo, sendo que o deliberativo é o conselho universitário e os colegiados de cursos; e o executivo são as Reitorias, Pró-reitorias e as coordenadorias de curso.

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA

As reflexões de Saviani (1976) a respeito da definição de pedagogia podem ser consideradas como um marco para a retomada dos estudos sobre a mesma. Nessa época, Saviani, a partir da recuperação dos múltiplos enfoques com os quais a pedagogia vinha sendo conceituada – ciência da educação, arte de educar, técnica de educar, filosofia da educação, história da educação, teologia da educação e teoria da educação –, concluiu por considerá-la como “teoria geral da educação, isto é, como sistematização *a posteriori da educação*” e, portanto, “construída a partir e em função das exigências da realidade educacional” (1976, p.19).

Libâneo (1998, p.89) definiu pedagogia como “teoria e prática da educação” e apontou a prática educativa como o “objeto peculiar de estudo da ciência pedagógica, que dá unidade aos aportes das demais ciências da educação” (p.61) e estuda “o fenômeno educativo na sua globalidade” (p.89).

2.1 Breve Histórico da Pedagogia

Para compreendermos a origem do curso de Pedagogia no Brasil e mais especificamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, hoje Universidade de Sorocaba, faz-se necessário adentrarmos nos períodos mais significativos da própria história da Pedagogia ao longo dos séculos até os dias atuais, passando a descrever o percurso do curso de Pedagogia no Brasil, traçando

um estudo do panorama histórico da educação no Brasil, desde antes da criação do curso, para finalmente descrever a forma como se deu o curso de Pedagogia nessa Instituição.

A história da pedagogia no sentido próprio nasceu, segundo Cambi (1999, p. 21)⁴, entre os séculos XVIII e XIX, desenvolvendo-se no decorrer deste último como pesquisa elaborada por aqueles ligados à escola, cujo propósito era a organização de uma instituição cada vez mais central na sociedade moderna, porém isso não significa que anteriormente não havia a preocupação com a discussão sobre a questão do ensinar/aprender, pois ao analisarmos a obra de Jan Amos Komensky⁵ (2002), vulgarmente conhecido por Comenius, forma que adotaremos daqui por diante ao tratarmos deste pensador, constatamos que já no século XVII, Comenius aborda a questão da formação integral do indivíduo começando na tenra idade. A Pedagogia no século XVII começa, portanto a ser influenciada pelas idéias advindas do racionalismo e do renascimento científico, com um objetivo prático definido, ou seja, criação de processos e técnicas de ensino eficientes, cuja principal tendência é a busca de métodos diferentes a fim de tornar a educação mais agradável e ao mesmo tempo mais eficaz na vida prática.

⁴ Franco CAMBI é professor de Pedagogia Geral da Universidade de Florença. Entre suas publicações encontram-se: Antifascismo e pedagogia. 1930-1945; Storia dell'infanzia nell'Italia liberale (em colaboração com S. Uliviere); L'educazione tra ragione e ideologia e La ricerca storico-educativa in Itália. Fonte: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.*

⁵ Jan Amos KOMENSKY, cujo sobrenome foi latinizado para Comenius, nasceu em Nivnice, Moravia, em 28 de março de 1592. Recebeu a formação de clérigo em Herborn e completou os estudos na Universidade de Heidelberg. Como membro da seita protestante dos irmãos morávios, em 1614 foi nomeado reitor das escolas de Prerov. Por causa da perseguição religiosa na guerra dos trinta anos, fugiu para a Boêmia e depois para Leszno, Polônia, onde se dedicou ao ensino e à redação de suas obras didáticas. A *Didática Magna (Didactica Magna)* é o primeiro tratado sistemático de pedagogia e didática, foi publicada pela primeira vez na *Opera Didactica Omnia* (Amsterdã, 1657). Trata-se da tradução latina, feita por Comenius nos anos 1632/33 -1638, da primitiva *Ceská Didaktika*. Terminou-a em Leszno, de 1628 a 1632, concebendo-a como um conjunto mais vasto de obras, que intitulou *Ráj Český (Paraíso boêmio)*, originalmente concebido como *Ráj Cirkve*, ou seja, *Paradisus Ecclesiae renascentis*. *Ráj Český* deveria compreender uma Didática geral e uma Didática especial: da primeira, só terminou *Ceská Didaktika*; da segunda, apenas *Informatorium skoly materské*. Fonte: COMENIUS, Jan Amós – Didática Magna. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Comenius foi pioneiro no conceito de que o estudante merece cuidados especiais para efetivação de uma aprendizagem mais produtiva e deleitosa, tendo com isso resultados expressivos no seu desenvolvimento pessoal.

A obra de Comenius nos leva à compreensão de que ele atribuía grande importância aos sentidos e à experiência pessoal de cada um na sua relação com o aprendizado, apoiado nessa idéia empregou desenhos com fins didáticos. Na *Didactica magna*, sua principal obra, Comenius propõe um sistema educativo a ser aplicado da infância aos estudos pós-universitários partindo do pressuposto de que a aprendizagem se estende por todo o percurso da vida do indivíduo, inclusive na fase extramuros escolares, pois como ele bem diz:

No homem é inerente o desejo de saber e também de enfrentar (e não apenas de suportar) os esforços que isso implica. Tal já ocorre na primeira infância e nos acompanha por toda a vida. (2002, p. 60)

Portanto ao aplicar tal conceito a outros setores da vida do indivíduo, a doutrina filosófica de Comenius, à qual deu o nome de *pansofia* (*Pansophiae Prodomus*, 1630), propõe a universalização do saber e a supressão dos conflitos religiosos e políticos, uma vez que a educação não estaria atada a momentos históricos ou conjunturas ideológicas, mas fundamentalmente ao saber que deve construir o indivíduo, o que não quer dizer que não se possa aplicar as teorias de Comenius ao aprendizado religioso ou político. Ao contrário, o domínio do saber e as técnicas empregadas para tal fim podem ser aplicados a qualquer aspecto do desenvolvimento humano.

Comenius foi chamado a vários países europeus para pôr em prática suas teorias pedagógicas e filosóficas, influenciando em grande medida as reformas educativas e as teorias de pedagogos de séculos posteriores.

Estabeleceu-se finalmente em Amsterdam, onde morreu em 15 de novembro

de 1670.

Desde então, a Educação transformou-se paulatinamente, sob a égide do iluminismo⁶ que varreu o mundo ocidental e teve grande impulso, destacando o francês Jean Jacques Rousseau⁷ no século XVIII.

Rousseau mereceu tal destaque por representar não só na história do pensamento pedagógico, mas também na da teoria e pensamento político e filosófico, aquilo que o século XVIII tem de novo e de constitutivo da visão de mundo da classe ascendente, a burguesia, seus seguidores, e muitos educadores, mais próximos de nós, reforçados pela mudança da pedagogia que passou a definir-se numa perspectiva “aplicada”, com base nos critérios “científicos” da Psicologia experimental e da sociologia positivista.

Nesse contexto pudemos apreender que o iluminismo foi um período muito rico em reflexões pedagógicas. Um de seus aspectos marcantes está na pedagogia política, centrada no esforço para tornar a escola leiga e função do Estado. Apesar dos projetos de estender a educação a todos os cidadãos, prevalece a diferença de ensino, ou seja, uma escola para o povo e outra para a burguesia. Essa dualidade era aceita com grande tranqüilidade, sem o temor de ferir o preceito de igualdade, tão caro aos ideais revolucionários. Afinal, para a doutrina liberal, o talento e a capacidade não são iguais, e, portanto os homens não são iguais em riqueza.

⁶ Iluminismo – o poder da razão humana de interpretar e reorganizar o mundo.

⁷ ROUSSEAU Jean-Jacques nasceu em Genebra, Suíça, em 28 de julho de 1712. Publicou em 1750 sua obra Discurso sobre as ciências e as artes, em 1754 o Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens e em 1762 a obra Émile: ou da Educação, uma utopia pedagógica, essas e outras obras constam do acervo de Rousseau. Para Rousseau o ensino deve visar mais a capacidade de discernir do que o acúmulo de conhecimentos e deve fundar-se na experiência em decorrência de um processo espontâneo e em contato com a natureza, e não na racionalização. Fonte: História de La Filosofia, Émile Brehier, vol. III (los siglos XVIII y XIX, siglo XX hasta nuestros días). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1962, pags. 137-149.

De acordo com Cambi (1999, p. 376-378), o pensamento iluminista surgiu no século XVIII, que se fortaleceu com a Revolução Francesa, na época em que se buscava a liberdade individual, contra a escuridão da igreja e a prepotência dos governantes. Na época do auge do Iluminismo, Jean Jacques Rousseau, inaugurou uma nova fase na educação.

Pela primeira vez, a educação se tornou obrigatória, assim se fazendo escola pública, filha da revolução burguesa, gratuita e para todos, mas ainda elitista, pois poucos podiam cursar uma universidade. A educação da época não deveria apenas instruir, mas também permitir que a natureza desabrochasse na criança de forma livre, sem repressões, restringindo-se a experiências. O iluminismo educacional representou o fundamento da pedagogia burguesa. A classe trabalhadora tinha o mínimo de educação, pois a burguesia ascendia sobre os ideais de liberdade. A liberdade para os burgueses consistia em estar livre para a acumulação de riquezas, os intelectuais da época, cultivavam a noção de liberdade na essência do homem. A liberdade e a igualdade eram nocivas para os burgueses, pois provocaria padronização das classes. A educação popular deveria fazer com que o povo aceitasse sua pobreza. As estruturas que se difundiram entre a Revolução e a Restauração serão as estruturas profundas que virão marcar a época contemporânea e caracterizá-la de modo unitário até os dias de hoje. A contemporânea é a época das revoluções: desde 1789 até 1848, depois até 1917 e até o pós-1945, a história dos últimos dois séculos é marcada justamente pelas tensões revolucionárias, pelas rupturas que elas implicam e pelas exigências que manifestam.

A contemporaneidade, sempre do ponto de vista social e em relação às características de estrutura que a atravessam, foi também uma fase marcada pelo

crescimento, ou melhor, pela afirmação, pelo desenvolvimento, pela centralidade cada vez maior de novos sujeitos da educação que, gradativamente, invadiram o campo da teoria, onde introduziram radicais mudanças. Estes novos sujeitos foram, sobretudo três: a criança, a mulher e o deficiente, seguidos depois, mas em épocas mais próximas de nós pelas etnias e pelas minorias culturais. A contemporaneidade é também a época da educação e de uma educação social que dá substância ao político, mas que também se reelabora segundo um novo modelo teórico, que integra ciência e filosofia, experimentação e reflexão crítica, num jogo complexo e sutil.

Ainda segundo Cambi (1999, p. 381), na pedagogia contemporânea, de Pestalozzi a Dewey, colocou-se como central a função política da pedagogia e a sua posição dentro do “nicho” da sociedade, em relação à qual ela age como síntese orgânica de perspectivas de valores, ou ainda como centro de rearticulação na própria sociedade, submetendo-a inclusive às revisões que tal processo de transmissão cultural sempre comporta, onde a função ideológica é crítico-reprodutiva.

No início do século 20, os Estados Unidos emergem como potência mundial, assumindo a liderança do sistema capitalista, liberal e democrático. A industrialização, o avanço das ciências e da tecnologia e o aumento brutal da população, causado pela imigração em massa, exigiam propostas educacionais condizentes com a efervescência da conjuntura americana. O chamado movimento das Escolas Novas, de origem européia, encontrou terreno fértil na América, pois seus princípios de liberdade, individualidade e atividade coincidiam com o caráter nacional da nação líder. Pluralista, o movimento abrigava diversas vertentes, quase um amálgama doutrinário. As Escolas Novas afirmavam-se em oposição à Escola

Tradicional, considerada autoritária, formal e voltada principalmente à erudição. Mas muitos dos pressupostos das Escolas Novas continuam sendo aplicados desde o início do século XX até os dias de hoje, em função do seu potencial transformador.

No Brasil essas transformações produziram fecundas reformas pedagógicas, antes mesmo que o ideário da escola nova fosse bem conhecido, reformas essas calcadas nas propostas daqueles que seriam os expoentes do movimento escolanovista na década de 20.

Na visão dos mestres pioneiros, a disciplina ao modificar-se, começa a surgir com um novo paradigma, no dizer de Teixeira (1997 p. 13):

Só muito lentamente é que a escola comum se emancipou dos modelos intelectualistas para dar lugar à escola moderna, prática e eficiente, com um programa de atividades e não de 'matérias', iniciadora nas artes do trabalho e do pensamento reflexivo, ensinando o aluno a viver inteligentemente e a participar responsabilmente da sua sociedade.

E, completam essa visão Caetano de Campos e Carvalho respectivamente, em que colocam:

Dantes, enchia-se a cabeça do aluno com uma série interminável de definições por meio duma instrução imbuída na memória à força de repetições, tantas vezes reproduzidas quantas eram necessárias para que o fato aí permanecesse. (...) Modernamente o pedagogo atua de outro modo. Coleciona previamente os fatos que devem ser explicados, coordena-os tacitamente em seu gabinete, numa sucessão lógica que é muitas vezes o segredo de todo o sucesso do ensino; apresenta-os depois à apreciação do aluno, atendendo sempre à sua capacidade atual, à sua idade, à sua agudeza de espírito e outras condições psicológicas que ele, professor, estuda em cada aluno. (CAMPOS *apud* CARVALHO, 1989, p. 28-29)

Formar o pedagogo moderno consistia em fazê-lo ver os novos métodos em funcionamento, pois seria "inútil pensar em adquirir sem ter visto praticar". Mas como fazê-lo sem mestres que já tivessem visto fazer e feito por si? A solução era mandar vir do estrangeiro mestres hábeis nessa especialidade e, com eles, profuso material didático adequado às exigências da "moderna pedagogia".

A importação de mestres foi resolvida pela contratação de professoras já radicadas no Brasil, mas formadas nos Estados Unidos. A importação de material didático foi possibilitada pelo Governo e suplementada por alguns empréstimos feitos à Escola Americana. (CARVALHO, 1989, p. 29)

Dessa maneira, começamos a observar um novo movimento em que os métodos de ensino sucedem-se uns aos outros muito lentamente no decorrer do tempo, e a Pedagogia, com seus objetivos e currículo pertinentes ao novo paradigma estabelecido progredia, sempre direcionada à eficiência e eficácia do conceito de ensino/aprendizagem, tomando por fim forma de curso autônomo, emancipando-se primeiramente na Europa e nos Estados Unidos.

Mas, é importante nos voltarmos ao curso de pedagogia no Brasil, analisando sua constituição, trajetória, e principalmente sua significação para um determinado público num determinado local e principalmente em um determinado momento da história.

2.2 Breve Histórico do curso de Pedagogia no Brasil

Para falar sobre o curso de pedagogia no Brasil, faz-se necessário proceder a um estudo do panorama histórico da educação no Brasil, fazendo um relato do que ocorreu nos anos que antecederam a criação do curso propriamente dito.

No final do período imediato que antecede a República houve grande expansão das escolas elementares. Essa expansão exigia que o ensino fosse de qualidade, sendo que para alcançar o nível pretendido pela nascente sociedade liberal e progressiva da época, fazia-se necessário que a formação de professores para tal fim se desse em cursos de ensino secundário nas, assim chamadas, Escolas Normais.

Nesse período conforme podemos observar na obra de Romanelli (2001, p. 163), havia um grande fluxo de escolas normais, que eram abertas e

fechadas, com períodos muito curtos de existência, isso prejudicava a formação de professores para o fim desejado, visto que as escolas destinadas a esse segmento de formação ou eram particulares ou estavam agregadas aos Liceus e, por isso, sujeitas aos interesses de seus donos ou administradores em mantê-las. Ainda hoje testemunhamos fenômeno semelhante na educação brasileira, o que vem acarretando debates acalorados acerca da conveniência do ensino público em detrimento do privado.

Por quase meio século a Escola Normal foi elemento obrigatório para a formação de professores que atuavam nas escolas fundamentais, complementares e na própria Escola Normal. O conceito de Escola Modelo era aplicado à escolas anexas onde o ensino era desenvolvido em três graus, cada um com três anos, tanto para os alunos de 11 a 14 anos como para as crianças menores, no jardim-de-infância que se situava nos fundos da edificação.

As escolas normais existem no Brasil desde o século XIX. Segundo Romanelli (2001 p. 163):

A primeira delas foi criada em 1830, em Niterói, sendo pioneira na América Latina e, de caráter público, a primeira de todo o continente, já que nos Estados Unidos as que então existiam eram escolas particulares. Pelo menos uma dezena dessas escolas foi criada até 1881.

Após dezesseis anos da criação da primeira escola normal em Niterói, nasce no ano de 1846, com o nome de Escola Normal de São Paulo, a primeira escola em São Paulo, destinada à formação de professores, a partir das determinações do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que conferia às províncias a atribuição de legislar sobre a instrução pública, inclusive criando estabelecimentos próprios para tal fim. Com essa responsabilidade, foram fundadas nas diversas províncias - Rio,

Minas, Bahia e São Paulo as primeiras Escolas Normais. Seu primeiro prédio foi junto à Catedral do Largo da Sé. Ao longo de sua história, a escola chegou a ser extinta duas vezes e mudou diversas outras de prédio; em 1875 instalou-se junto à Escola de Direito do Largo São Francisco, em um edifício que mais tarde sediaria a Câmara Municipal. Depois foi transferida para um sobrado na Rua do Carmo, para a Praça da República, para o antigo prédio do Colégio Porto Seguro, na Praça Roosevelt, e, finalmente, para a Rua Pires da Mota, no bairro da Aclimação, onde está até hoje.

Era plano do Império construir uma catedral no chamado Largo Sete de Abril (antigo largo dos curros e atual Praça da República). Se desde a colônia a educação esteve sob responsabilidade da Igreja ou de instituições religiosas, a construção da Escola Normal em terreno do antigo Largo dos Curros (atual Praça da República) marcou a orientação laica dos valores da Primeira República. Foi o governador da província de São Paulo (Francisco Rangel Pestana) que em 1890 autorizou a transferência de 200 contos que seriam dedicados à construção da catedral para a construção da Escola Normal, como nos demonstra um trecho da obra de João Lourenço Filho (1930 p. 190):

Faltava o prédio adequado para a Escola Normal que se projectava. Como construí-lo com as escassas rendas provinciaes? Pelas columnas desta folha, Rangel Pestana propoz fossem a isso consagrados os 200 contos destinados á construcção de uma cathedral: a Igreja estava separada do Estado e este não devia auxiliar qualquer culto.

Em 1894, cinco anos após a proclamação da República, a Escola Normal de São Paulo foi instalada em edifício especialmente construído para esse fim na Praça da República. A escola depois foi chamada de Escola Normal da Praça da República; em seguida, de Instituto de Educação Caetano de Campos; posteriormente, de EEPSC Caetano de Campos. Hoje funciona no local a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Ao pensarmos na relevância significativa da Escola Normal para os ideais republicanos, o espaço físico deveria ser um marco que representasse todo um período e para tanto havia um departamento de engenharia e arquitetura, onde eram desenvolvidos projetos-padrão para a construção de prédios escolares e assim com essa característica surge a nova sede da Escola Normal. Isso está claramente posto na obra de Monarcha:

Meu Deus! Distraí-me, quase perco a hora e os compromissos. Rápido, aceno para o *bond* que diminui a velocidade. Apalpo os bolsos e pago a passagem, e de soslaio vejo, em perspectiva, o edifício da Escola Normal. Confirmando a hipótese: a escolha do local foi estratégica; erguida na Praça da República, funcionou, imagino, para desarmar os espíritos e testemunhar a superioridade da república burguesa sobre qualquer outra pretensão. É um símbolo, signo de uma época. (AZEVEDO, apud MONARCHA, 1990, p. 139)

Marta Maria Chagas de Carvalho em sua obra *A escola e a República*, analisa o papel desempenhado pela escola no estado de São Paulo no pós República como sendo o símbolo de uma nova era, a diferença entre um passado de trevas e um futuro luminoso, onde saber e cidadania se constituiriam como elementos que trariam o progresso, No dizer de Carvalho (1989, p. 23), “Como signo da instauração da nova ordem, a escola devia fazer ver. Daí a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. O rito inaugural repunha o gesto instaurador”.

E completa: “A fala de Cesário Mota na inauguração do edifício da Escola Normal Gaetano de Campos, em 1894, é paradigmática:”

[...] o historiador, fitando o passado inteiro de nossa pátria, querendo sopesar o grandioso progresso de nosso Estado, precisando de avaliar a sua extensão, conhecer-lhe a base, os lados, os vértices, há de forçosamente tomar como ponto culminante, ponto de prova, ponto de triangulação, ponto que denote a reunião de todos os lados do polígono social, no início da República em São Paulo, a Escola Normal que ora se inaugura.” (MOTA apud CARVALHO, 1989, P. 23).

Segundo Romanelli (2001, p. 163), o prédio da Escola Normal tornou-se um símbolo da República e fixou-se como referência e pólo difusor de teorias científicas

e pedagógicas, porém somente no início do século XX é que se instalam nas escolas normais os cursos pós-normais, que eram os cursos de aperfeiçoamento que formavam especialistas em nível pós-normal, ou seja, destinava-se ao preparo técnico de inspetores, delegados de ensino, diretores e professores da Escola Normal – tidos como a gênese dos cursos superiores de Pedagogia - impulsionados pela expansão das Escolas Normais ocorridas em todo o Brasil em virtude da República, período em que as Escolas Normais experimentaram um desenvolvimento acelerado, chegando em 1949 a um total de 540, espalhadas por todo o território nacional.

Segundo as fontes consultadas, Teixeira (1997), Monarcha (1990), Rodrigues (1930) e Carvalho (1989), em 1903 a Ordem dos Beneditinos de São Paulo criou um colégio de ensino secundário e em 1908 é criada a Faculdade de Filosofia de São Bento, criada por iniciativa de Dom Kruse, O.S.B., então abade do Mosteiro de São Bento de São Paulo, hoje integrada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a primeira faculdade de filosofia do Brasil que tinha como anexo um Instituto de Educação, que, por seis anos funcionou tendo suas aulas ministradas por professores estrangeiros.

Entre as iniciativas parlamentares que se tornaram objeto de proposição e debates e que não chegaram a se efetivar, destaca-se a criação de uma Escola Normal Superior, em especial durante a Revisão Constitucional de 1925-26 o que pode ser visto no discurso de Afrânio Peixoto:

Será a fundação na Capital do Brasil, de uma escola normal superior, seminário de educação nacional, viveiro do professorado de todos os liceus e ginásios estaduais, de todas as escolas normais primárias e secundárias, espalhadas pelos 20 estados da União. Nessa escola o alcance patriótico será conseguido pela unidade pedagógica (apud CURY, 2001, p. 88)

Apesar dessa tentativa durante a Revisão Constitucional, a primeira iniciativa

de uma instituição pública para o estudo superior em educação, que realmente se efetivou, foi em São Paulo. Após várias reformulações, a Escola Normal da capital foi transformada em Instituto Pedagógico de São Paulo no qual era oferecido o curso pós-normal, contudo esse instituto mantinha um caráter híbrido de normal e pós-normal. Esse caráter híbrido permaneceu mesmo quando o instituto foi anexado à USP em 1933. Somente em 1938 quando ele é reduzido e transformado em uma seção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras é que essa situação muda. Tratava-se de um projeto defendido pelos intelectuais brasileiros, que pretendia modificar a sociedade através da educação. Para atingir esse propósito os intelectuais propunham a democratização da escola através da sua disseminação, a reação ao ensino tradicional academicista e a renovação do ensino a partir das técnicas.

Embora as propostas de democratização da escola, através da promoção de um ensino que fosse contra as idéias pedagógicas tradicionais, com a inserção de novas técnicas fossem destinadas ao sistema educacional brasileiro, os divulgadores do escolanovismo, dentre os quais destacamos Anísio Teixeira, se apoiaram em produções e experiências estrangeiras. Com isso, a educação do país estava sendo concebida sem o reconhecimento de suas necessidades e condições, ou seja, isolada de seu contexto.

Em 1931, é editado o decreto nº. 19851/31 que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras dispendo sobre a organização do ensino superior no Brasil, a partir dele é criada em 1932 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Sedes Sapientiae, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, em 1934, e a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil,

em 1937, reformuladas em 1939, quando então a pedagogia passa a ser um curso superior.

2.2.1 A formação docente no Brasil

Este texto pretende oferecer os elementos necessários a fim de se compreender um pouco da história da formação de docentes no Brasil.

A formação de docentes para atuar em escolas, desde que a educação deixou de ser monopólio das famílias e depois da Igreja e foi se tornando uma função do Estado, passou a ser um assunto de políticas sociais. Esta realidade histórica adquiriu grande visibilidade quando a educação dos anos iniciais da escolarização foi se universalizando como um direito do cidadão. No dizer de Caetano de Campos em carta à redação de jornal para esclarecimentos acerca da reforma da Escola Normal:

Não há pensador ou estadista que não tenha dado à instrução pública a preeminência que ella deve ter nas preocupações que os assoberbam, quando meditam sobre os destinos dos povos. Sem o preparo intellectual nenhum povo está apto para as conquistas do progresso, como nenhum homem está armado para as lutas do trabalho – isto é sedição e vulgar; isto seria comezinho e inútil de repetir, se não se accrescentasse que não tem sido essa a verdade para o Brasil. Ssessenta e oito annos de império deixam-nos em quase completo obscurantismo e na incapacidade quase absoluta, peores que a peste e a guerra, peores que as seccas e a miséria. (CAMPOS, apud RODRIGUES, 1930, p. 195).

A preparação de docentes, implicados na formação das novas gerações, nunca fez parte das expectativas dos governos havidos no Brasil desde o Império. Isto não quer dizer que tais expectativas não representassem prioridades, pelo menos no pensar desses dirigentes, sem que os mesmos esboçassem qualquer atitude para por em prática tais pensamentos conforme nos elucida Rodrigues. Sabe-se já, com o avanço das investigações na área, que o ensino superior, este sim, foi objeto de cuidado tanto dos poderes gerais (no Império) quanto dos poderes

federais (na República). Os poderes geral e federal se responsabilizavam também por todo o ensino nos limites da Capital.

Num arremedo de ensino primário e algumas academias, donde saíram doutores, eis tudo o que nos deu o império. E ainda, por irrisão, era isso motivo de zombaria, pois que das classes dirigentes de então é que sahia o grito de alarma contra o paiz dos bacharéis, como se de alguém mais fosse a culpa que não do próprio governo, de só fazer bacharéis. (CAMPOS, apud RODRIGUES, 1930, p. 195)

Na visão dos autores consultados Kuleska (2000) e Tannuri (2000), nesta perspectiva, pode-se aventar a hipótese de uma homologia entre a importância atribuída à educação superior como distintivo das classes dirigentes e a pouca prioridade atribuída à educação fundamental como destino final das classes populares.

Em 15 de outubro de 1827, o Brasil conheceu sua primeira lei de educação a fim de fazer jus ao mandamento constitucional da gratuidade do ensino primário para os considerados cidadãos. Ela possuía um caráter nacional e pressupunha a formação de docentes como incumbência dos poderes gerais.

Contudo, na prática, a formação de docentes passou a ser efetivada pelas Províncias como consequência do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.

Desde então, por força da descentralização promovida por esta emenda constitucional, a formação de docentes para atuarem no "ensino primário" se dava no âmbito das escolas normais sob a responsabilidade das Províncias.

Assim sendo, desde o início do século 19 até os anos 30 do século 20, a formação docente era restrita à escola normal a qual preparava docentes das "primeiras letras".

Como diz Tannuri (2000, p. 64):

:

Na verdade, em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, para só lograrem êxito a partir de 1870 quando se consolidam as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade de ensino da instrução primária, bem como de liberdade de ensino.

Segundo Kullo (1999) e Villela (2000), esta estrutura não será alterada com a República que aprofunda a descentralização justificada agora pelo pacto federativo e pela autonomia dos Estados. Cada unidade federada pôde criar estabelecimentos voltados para a formação docente: as escolas normais estaduais.

Não havia uma normatização nacional sobre o assunto. Portanto, inexistia um órgão central nacional para articular ou integrar as escolas normais de todo o país.

Na visão de Nagle (1974), durante a chamada Velha República foram bastante eloqüentes os debates em torno do papel da União em vários aspectos da vida social. Entre os muitos, o da escolaridade provocou aceso debate. Para uma cronologia de criação destas escolas nas Províncias e uma caracterização das mesmas, conforme Tannuri (2000), o âmbito do ensino primário era um deles e, conseqüentemente o da formação de docentes que nele atuavam.

No dizer de Venâncio Filho (2001), entre as iniciativas parlamentares que se tornaram objeto de proposição e debates e que não chegaram a se efetivar, destaca-se a criação de uma Escola Normal Superior, em especial durante a Reforma Constitucional de 1925-26. Essa proposição seria discutida também na Reforma educacional de 1927-30 proposta por Fernando de Azevedo, ainda que a formação do professor fosse entendida como uma condição indispensável à realização dos princípios da reforma, esta não se concretizou enquanto um ambiente de formação superior, pois a escola da reforma deveria dedicar-se à “*educação das massas populares*”, nas palavras do mestre reformador.

Segundo Piletti (1982, p. 207), “Uma das primeiras e principais preocupações dos reformadores foi a da extensão do ensino primário a todas as crianças em idade de freqüentá-lo”. Essa preocupação, no dizer desse pesquisador, não era inédita, “pois já os fundadores da República acalentavam entre os seus objetivos mais caros, a democratização social e a expansão do ensino, com a conseqüente extinção do analfabetismo” (ibidem), porém nem mesmo esse objetivo foi cumprido a contento, pois as medidas propostas e efetivadas, a julgar pelos dados de 1932, nos mostra que a extensão do ensino não se consumou, a não ser timidamente.

A importância da formação para o magistério do ensino primário em nível superior volta a ser debatida novamente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no início dos anos 30, onde se lê:

Todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades. (BELLO, 2004)

Os docentes formados por estas escolas teriam uma *base de uma educação geral comum...*, Porém ainda não se concretiza nesse momento esse ideal proposto pelos pioneiros.

Segundo Horta (2001), a Constituição Federal de 1934 vai permitir mudanças neste quadro sem alterar substancialmente a tradição de os Estados se responsabilizarem pelas Escolas Normais de nível secundário, dada a introdução da gratuidade, obrigatoriedade do ensino primário e dos recursos constitucionalmente vinculados. Mas a demanda posta no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova não teve seqüência.

Esta destinação do curso normal secundário aos Estados, enquanto momento da estrutura organizacional da educação escolar brasileira, não se alterou nem

mesmo com a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, nem com o Parecer nº. 252/69 do Conselho Federal de Educação, nem com a Lei nº. 5.692/71, nem o Parecer nº. 349/72, nem com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e respectiva normatização.

2.2.2 A criação do curso de Pedagogia no Brasil

É nesse contexto que o curso de Pedagogia passa a fazer parte da educação no Brasil, surge como uma seção da Faculdade Nacional de Filosofia, com o propósito claro de preparação intelectual e ao magistério do ensino secundário e normal.

O ponto de partida do curso de Pedagogia é a sua criação nos anos finais da década de 30. Tenho como preocupação analisar a organização curricular e o perfil desse profissional presente nas três determinações legais (Decreto - Lei 1190/39 e os Pareceres CFE 251/62 e CFE 252/69). As análises dessas três regulamentações do curso de Pedagogia, ainda que superficialmente são importantes, pois se encontram carregadas de conteúdos que, contraditoriamente, provocam seu contínuo questionamento.

A primeira regulamentação se deu através do Decreto-lei n.º 1.190/39, de 04 de abril de 1939, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e que instituiu o chamado "padrão federal" ao qual tiveram que se adaptar os currículos básicos dos respectivos cursos oferecidos por outras instituições de ensino superior do Brasil. O currículo (no caso pleno, não mínimo) baixado para o

Curso de Pedagogia por este Decreto-lei esteve em vigência durante vinte e três anos, conforme já relatado anteriormente, só vindo a ser reformulado com o advento da Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Os anos 20 produziram um fecundo debate em torno das questões educacionais. Segundo o professor Nagle (1974), é característica dos anos 20 o “*entusiasmo pela educação*” e o “*otimismo pedagógico*”, posto que surgem intelectuais e educadores “profissionais”, isto é, especialmente voltados para a educação e que empreendem planos de reforma para a educação brasileira.

A partir das fontes consultadas Rocha (2001) e Venâncio Filho (1989), vemos que nos anos 30, em clima de efervescência, provocado pelos escolanovistas ao defender a laicidade e combater a escola elitista e acadêmica tradicional, que se encontra sob o monopólio da Igreja, é publicado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que defendia a educação gratuita, obrigatória, pública e leiga como um dever do Estado. Surgem, introduzidos pela Revolução de 1930, projetos antagônicos a respeito da construção da nacionalidade, a educação era valorizada como sendo um campo de produção de conhecimento indispensável para a modernização do país. Tanto os considerados modernizantes, quanto os católicos, que até então detinham o monopólio da educação, tinham nesta a realização da função ideológica, conforme os seus princípios para a sociedade brasileira.

A despeito de uma visão restrita formulada por Anísio Teixeira no que diz respeito às reformas educacionais de Francisco Campos em 1931 e de um certo maniqueísmo na interpretação da política educacional do Estado Novo, não há dúvidas de que ele acerta na percepção dos entraves restritivos que perduram na ordem social. (ROCHA, 2001, p. 120)

Na visão dos autores consultados Nagle (1974), Lopes (2004) e Horta (2001), a educação neste período é concebida pelo conjunto dos educadores preocupados

com a questão educacional como a mola mestra para reformar o país, em outras palavras, a reforma da sociedade dependeria da reforma da educação. O espírito redentor acerca da mesma coadunava com as condições oferecidas por Getúlio Vargas no seu primeiro governo. A modernização do país almejada pelo governo como complemento da organização da nova nacionalidade, perpassava indubitavelmente pela adaptação do ensino a este projeto, isto é, a preparação de uma maior oferta de mão-de-obra para as funções criadas pelo mercado, neste processo de modernização que exigiu uma maior qualificação dos trabalhadores.

Ao encontro das políticas educacionais voltadas à modernização do país, a formação dos professores para o ensino das primeiras séries de escolarização tornou-se objeto de discussão mais densa e, materializou-se nos anos finais desta década.

Segundo Lopes (2004), a criação do curso de Pedagogia no Brasil foi consequência dessa preocupação com a formação de docentes para o curso normal. Surgiu em pleno Estado Novo, sendo determinado no art. 59, daquele decreto-lei que:

Art. 59. Os estabelecimentos que mantiverem quaisquer dos cursos definidos nesta lei, com autorização ou reconhecimento do Governo Federal, deverão adaptar-se ao regime ora estabelecido a partir do ano escolar de 1940.

No dizer dos autores Pinheiro (2001) e Cury (1996), esse decreto-lei em seu art. 19 definiu o currículo pleno que deveria ser seguido "à risca" pelas instituições de ensino superior do país inteiro, a fim de que tivessem seus cursos reconhecidos pelo Governo Federal, pois o Estado autorizava a existência de escolas particulares, desde que fossem organizadas segundo padrões de qualidade e que estivessem subordinadas às normas da educação nacional. Tal currículo era composto pela seguinte grade curricular:

Quadro 1

<u>1º ano</u>	<u>2º ano</u>	<u>3º ano</u>
Sociologia	Estatística Educacional	Administração Escolar
Psicologia educacional	Psicologia Educacional	Psicologia Educacional
Complementos de Matemática	Fundamentos sociológicos da Educação	Filosofia da Educação
Fundamentos Biológicos da Educação	História da Educação	Educação Comparada
História da Filosofia	Administração Escolar	História da Educação

Fonte: Decreto-Lei nº 1.190/39 de 04 de abril de 1939.

E no quarto ano, seriam cursadas as disciplinas didáticas. O curso de Didática seria composto pelas seguintes disciplinas:

Quadro 2

Didática Geral	Didática Especial	Psicologia Educacional	Administração Escolar	Fundamentos Biológicos da Educação	Fundamentos Sociológicos da Educação
----------------	-------------------	------------------------	-----------------------	------------------------------------	--------------------------------------

Fonte: Decreto-Lei nº 1.190/39 de 04 de abril de 1939.

Aos que concluíssem o bacharelado, seria conferido o diploma de bacharel em Pedagogia, ou Técnico em Educação, e quando concluído o curso de Didática, o de licenciado, para atuar como professor da Escola Normal caracterizando esta forma de organização como o esquema “3+1”, seguindo o padrão federal universitário. Esta organização curricular baseava-se na separação bacharelado-licenciatura, causando a dicotomia entre dois elementos componentes do processo

pedagógico: o conteúdo e o método, a teoria e a prática. Formato esse superado com o parecer 292/62 do CFE, de autoria do conselheiro Valnir Chagas, que regulamentou os cursos de licenciatura numa tentativa de superar a dicotomia expressa no esquema 3 + 1, instituindo-se o princípio da concomitância do ensino do conteúdo e do método. Com o bacharelado, o pedagogo poderia ocupar cargos de técnico de educação no Ministério de Educação, campo profissional muito abrangente e um tanto quanto indefinido quanto às suas funções, pois as atividades a serem desempenhadas pelos pedagogos nesses cargos não estavam claramente definidas, além das funções de administração nas escolas. Com a licenciatura, o curso normal se constituía como seu principal local de trabalho, embora não exclusivo deste profissional, pois o diploma de ensino superior em qualquer área bastava para lecionar no curso normal, critério estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Normal viabilizada pelo Decreto-Lei de nº 8.530 de 1946.

Essa regulamentação vigorou por vinte e três anos, até que com o advento da Lei nº 4024/61, o Conselho Federal de Educação decidiu baixar os currículos mínimos para vários cursos, entre eles o de pedagogia, assim, no início dos anos 60, a educação brasileira teve a sua padronização com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essa Lei foi promulgada como resultado de um lento processo de discussão, e no ano seguinte ocorreu a primeira regulamentação específica do curso de Pedagogia, o Parecer CFE de nº. 251/62.

Na visão dos autores Cury (1996), Lopes (2004) e Silva (1999), neste período, o próprio Chagas, chegou a questionar a manutenção do curso de Pedagogia no Brasil. A discussão se encaminhava na direção de oferta e das condições de trabalho aos profissionais da educação, formados pelo curso. Na medida em que a formação do professor primário deveria se dar em curso secundário e a de técnicos

em educação em estudos posteriores ao da graduação, o curso de Pedagogia naquela estrutura curricular, cuja ênfase era dada ao bacharelado, tornava-se obsoleto.

Descartando a idéia de extinção do curso, o conselheiro elaborou o Parecer CFE nº. 251/62, indicando o técnico em Educação como o profissional a ser formado através do bacharelado, como um profissional capacitado à realização das tarefas não-docentes da atividade educacional sem fazer menção quais seriam estas, esse instrumento normativo, embora ainda impreciso, deu início a um campo de trabalho a ser delineado a partir de meados dos anos 50. Outro campo de atuação foi mais bem limitado, a docência na formação do professor das disciplinas pedagógicas do curso normal.

As mudanças ocorridas na educação durante os governos do regime militar, sofreram forte influência das agências internacionais e relatórios registrados pelo governo norte-americano e pelo Ministério da Educação nacional dão conta de que as aspirações dos empresários e dos intelectuais aliados do regime vincularam a educação para a formação do capital humano, estreitando a relação da educação com o mercado de trabalho, subordinando-a aos planos de desenvolvimento e segurança do país e visão econômica de desenvolvimento.(...) Ao encontro destes elementos, o planejamento educacional neste período foi concebido por economistas.

Como, desde os anos 40, o curso de Pedagogia no Brasil vinha sendo alvo de discussões no tocante à forma e conteúdo, o conselheiro Valnir Chagas interpretando a controvérsia como uma idéia que provinha da acusação de que faltava, ao curso, conteúdo próprio, visto que, a formação do professor primário se dava em estudos em nível secundário e a de técnicos em educação, em estudos

superiores ao da graduação, ele inicia em 1962 os deslocamentos previstos, para a redefinição do curso, indicando o técnico em educação como o profissional a ser formado através do bacharelado. Pelo parecer nº 251/62, que passou a vigorar no ano seguinte, são introduzidas essas alterações curriculares no curso de Pedagogia sendo aprovado e homologado pelo então ministro da Educação Darcy Ribeiro. Neste Parecer o relator além de apontar a necessidade do professor primário ser formado no ensino superior, fixa um currículo mínimo do curso de Pedagogia bem como sua duração. O curso passa a ter obrigatoriamente quatro anos de duração tanto para o bacharelado quanto para a licenciatura.

O currículo mínimo do curso é formado por cinco disciplinas obrigatórias, são elas:

Quadro 3

<u>Currículo Mínimo Obrigatório</u>
Sociologia Geral e da Educação
Administração
História da Educação
Filosofia da Educação
Psicologia

Fonte: Parecer CFE/ CP nº 251/62, de 1962.

E mais duas, também de caráter obrigatório, porém com a possibilidade de escolha por parte da Instituição de ensino, dentro de um leque de opções, tais como:

Quadro 4

Biologia	História da Filosofia	Estatística
Métodos e Técnicas em Pesquisa Pedagógica	Teoria e Prática da Escola Primária	Teoria e Prática da Escola Secundária

Cultura Brasileira	Educação Comparada	Currículos e Programas
Técnicas Audiovisuais em Educação	Introdução à Orientação	Higiene Escolar

Fonte: Parecer CFE/ CP nº 251/62, de 1962.

Para os alunos cuja habilitação era de licenciatura era obrigatório cursar as disciplinas de Didática e Práticas de Ensino.

No dizer de Silva (1999) e Cury (1996), o currículo do curso de Pedagogia ainda continuava sendo insatisfatório para os estudantes da época que creditavam à sua imprecisão a indefinição do mercado de trabalho, uma vez que ele oferecia poucas possibilidades de instrumentalização do aluno para o exercício das funções de técnico em educação.

Em 1968, com a reformulação dos cursos superiores, o curso de pedagogia sofreu nova estruturação. O parecer 252/69, de 11 de abril de 1969, decorrente da Lei 5.540/68, da Reforma Universitária, também de autoria de Valnir Chagas, pareceu resolver a questão da identidade do pedagogo, na medida em que não deixava dúvidas quanto ao profissional a que se referia. Um só diploma (licenciado) passava a visar à formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as diversas atividades no âmbito das escolas e dos sistemas escolares.

Com esse pensamento é estipulada a oferta de cinco habilitações, podendo ser cursadas apenas duas concomitantes, não havendo empecilhos legais para que o formando mantivesse os vínculos com sua faculdade. Dessas cinco habilitações, três (orientação, supervisão e administração) só poderiam ser exercidas por quem tivesse experiência no magistério, sendo que o Conselho, em 1969, deixou a questão aberta no que tange à sua duração e à sua época - se anterior ao ingresso no Curso ou se anterior simplesmente à obtenção do diploma. Além disso, havia

duas modalidades de curso. Uma, de duração curta, que habilitava orientador, administrador e inspetor para escolas de 1º grau. A outra, de duração plena, habilitava orientador, administrador, supervisor e inspetor para escolas tanto de 1º quanto de 2º graus, além é claro do magistério das disciplinas do curso normal. Por esse parecer ficava facultado ao portador do diploma de Magistério lecionar em escolas primárias, desde que tivesse cursado as disciplinas de Metodologia do Ensino de 1º grau e Prática de Ensino do 1º grau. Além de todas essas inovações, esse parecer trazia a obrigatoriedade do Estágio supervisionado de 100 horas e a flexibilidade do curso ser computado por horas-aula e não mais por anos, contudo o curso de curta duração deveria ter 1100 h/a enquanto o de duração plena 2200 h/a. O currículo, composto predominantemente por matérias consideradas como de Fundamentos da Educação, foi estruturado de forma a conter um currículo comum e habilitações, que passou a funcionar da seguinte forma:

Currículo Comum: Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, **História da Educação**, Filosofia da Educação, Didática.

Habilitações

Quadro 5

Magistério	Orientação Educacional	Administração Educacional	Supervisão Educacional	Inspeção educacional
Estrutura e Funcionamento das Escolas de 1º grau	Estrutura e Funcionamento das Escolas de 1º grau	Estrutura e Funcionamento das Escolas de 1º grau	Estrutura e Funcionamento das Escolas de 1º grau	Estrutura e Funcionamento das Escolas de 1º grau
Prática de Ensino de 1º grau	Estrutura e Funcionamento das Escolas de 2º grau	Estrutura e Funcionamento das Escolas de 2º grau	Estrutura e Funcionamento das Escolas de 2º grau	Estrutura e Funcionamento das Escolas de 2º grau
Metodologia do	Princípios e	Princípios e	Princípios e	Princípios e

ensino de 1º grau	Métodos da Orientação Educacional	Métodos da Administração Escolar	Métodos da Supervisão Escolar	Métodos da Inspeção Escolar
	Medidas Educacionais	Estatística Aplicada à Educação	Currículos e Programas	Legislação de Ensino

Fonte: Parecer CFE/CP nº 252/69 de 11 de abril de 1969.

Na visão de Silva (1999), esse parecer não deixa dúvida quanto ao profissional, ou melhor, aos profissionais a que se refere, ao ser apresentado como instrumento legal que fixa os mínimos de currículo e duração para o curso de graduação em Pedagogia, visando à formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares. Mas ao mesmo tempo, cria habilitações para a formação de profissionais específicos, fragmentando a formação do pedagogo.

O curso de Pedagogia passa a ser composto por duas partes: uma comum, constituída por matérias básicas à formação de qualquer profissional na área e uma diversificada, em função de habilitações específicas.

Segundo as fontes consultadas Cury (1996) e Silva (1999), o Parecer 252/69 de 1969, além da desconfiguração do curso de Pedagogia e da desqualificação das próprias especializações, provocou uma diluição na formação do estudante, posto que passou a formar uma gama de profissionais oriundos do mesmo curso, ou seja, do mesmo curso sairia tanto o professor para o ensino normal quanto o especialista para as diversas atividades na escola e nos sistemas escolares.

Gerou ainda outro impasse à vida do estudante de Pedagogia. A questão da comprovação da experiência de magistério vinculada às habilitações. A legislação

permitia que sua comprovação pudesse ocorrer tanto anteriormente ao ingresso no curso como posteriormente à obtenção do diploma. Dessa maneira, illogicamente mesmo com o mercado definido, o pedagogo continuou a encontrar problemas quanto à sua colocação profissional. Ao mesmo tempo em que o Parecer influenciou na definição do mercado de trabalho, prejudicou sua ocupação.

A questão básica quanto à identidade do pedagogo também não fica resolvida pelo Parecer de 1969.

Com a LDB 5692/71 de 1971, o curso de pedagogia precisou ser reformulado novamente por não atender às exigências do mercado. O novo currículo mínimo passou a ser:

Quadro 6

PARTE COMUM	PARTE COMPLEMENTAR	PARTE DIVERSIFICADA
Sociologia Geral	Psicologia do desenvolvimento	Avaliação e controle da Aprendizagem
Sociologia da Educação	Psicologia da Aprendizagem	Psicologia da Administração Escolar
História da Educação	Ensino de 1º e 2º graus	Planejamento Curricular Personalidade
Filosofia da Educação	Metodologia de 1º e 2º graus	Teoria dos Sistemas Escolares
Estatística Aplicada a Educação		Avaliação do Ensino e Orientação
		Psicologia social
		Gestão de Escolas e Didático
		Planejamento Educacional
		Coordenação do Processo
		Introdução à Didática
		Educacional de Escolas e Sistemas
		Coordenação e

		Aconselhamento
--	--	----------------

Fonte: Silva (1999).

Observação:

- A parte complementar era destinada aos alunos que não cursaram o normal ou que tiveram uma formação deficiente nesse curso.
- A parte diversificada era destinada às habilitações de Administração, Supervisão e Orientação.

Com essa nova legislação, os cursos passaram a ter entre 1,5 e 4 anos de duração, com a obrigatoriedade das 100 horas de Estágio em órgãos do sistema de ensino, em escolas ou outras instituições que desenvolvessem trabalhos nas respectivas áreas.

Ainda segundo os autores Cury (1996) e Silva (1999), essa última reformulação foi uma das mais importantes para o curso, pois a primeira intenção de Valnir Chagas era a de acabar com o curso de pedagogia, por considerar que ele não correspondia às expectativas do mercado de trabalho. Sua intenção era desdobrar as antigas tarefas anteriormente concentradas no curso e nas habilitações que passariam a compor parte do que passou a chamar de licenciaturas das áreas pedagógicas. Contudo, o primeiro obstáculo que a proposta de Chagas enfrentou foi do então ministro da Educação Ney Braga que considerou tal afirmação contraditória ao que Chagas defendia poucos anos antes. Porém não foi só o Ministro que se opôs, professores universitários e donos de faculdades particulares também entraram nessa "briga".

A figura do pedagogo não foi extinta, mas o professor Chagas fez aflorar o impasse até então subjacente ao desenvolvimento do curso de Pedagogia no Brasil, que era o da identidade do pedagogo e do próprio curso de Pedagogia.

Para essa definição, comitês foram criados e passaram a ser um dos principais atores no cenário das disputas travadas em função do controle do processo de reformulação dos cursos de formação dos educadores. Apesar da riqueza de iniciativas, eventos, episódios e dados a respeito desse processo, cumpre registrar, apenas, os elementos que possam se constituir em evidências a respeito da questão da identidade do pedagogo e do curso de pedagogia.

2.2.3 Processo de constituição e instituição do curso de Pedagogia no Brasil

A exemplo de outros cursos, o curso de pedagogia no Brasil, no percurso de sua existência, talvez pela própria amplitude da área que o denomina, foi se amoldando aos interesses hegemônicos dos projetos educativos vigentes. A opção histórica que faz sentido configurar neste momento é aquela que resulta de um trabalho de mediação que não apenas contemple uma discussão conceitual, mas também a complexidade histórica do curso, e o seu papel no encaminhamento das questões educacionais.

É o que tem acontecido, no Brasil, com o curso de pedagogia e mesmo com a formação pedagógica de professores nas licenciaturas em geral. No caso do curso de pedagogia, os reflexos dos impasses quanto ao estatuto teórico da pedagogia têm - se feito sentir em sua história de mais de sessenta anos. As sempre presentes

discussões a respeito de suas funções e os contínuos conflitos no que se refere à sua organização curricular resultaram no que se convencionou denominar como a sua questão de identidade.

Segundo as fontes consultadas Cury (1996), Silva (1999) e Tannuri (2000), uma posição propositiva, neste momento, deve ser também reativa: é importante colocar o papel da universidade na formação dos professores. Entender o curso de pedagogia desvinculado da formação de professores, num entendimento que vem sendo assumido por acadêmicos e por representantes do Conselho Nacional de Educação é deixar de contemplar a complexidade da história do curso e da formação de professores no país. A trajetória peculiar que assumiu o curso de pedagogia no Brasil, como espaço também de formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, não apenas tem o papel de vincular essa formação ao ensino universitário, mas principalmente e ainda o de superar a dicotomia que desvincula teoria e prática, pensar e fazer, conteúdo e forma na área do conhecimento e da prática educacional.

Para tanto, faz-se necessário compreender a estrutura formativa do curso, uma vez que mesmo contendo modalidades diversas de habilitação, o curso de Pedagogia supõe um só diploma. E o título único passa a ser o de "licenciado" ao magistério de curso normal, emenda ao parecer 252/69, por maioria de votos, apresentada pelo então conselheiro D. Luciano Duarte. O parecer reconhecia a dificuldade técnica relativa a um pedagogo poder ser professor de ensino primário, sem uma adequada complementação metodológica e prática de ensino, portanto para a prerrogativa ao magistério primário, pelos diplomados em Pedagogia foram fixados alguns estudos complementares para a aquisição dessa possibilidade, os quais seriam: estudos em Metodologia do Ensino de 1º grau e Prática de Ensino na

Escola de 1º grau, com estágio supervisionado. Sendo essa uma das exigências do Parecer, por entender que o portador de um título profissional de Educação não poderia deixar de possuir alguma vivência da especialidade escolhida.

A experiência de magistério é outra exigência do parecer para a habilitação em Orientação Educacional, exigência essa, estendida à Administração Escolar e à Supervisão Escolar.

Quanto à titulação, o Parecer quis evitar uma polivalência dispersiva em setores que requeriam autenticidade, entretanto pôde o diplomado voltar à escola para, mediante aproveitamento de estudos anteriores, obter novas habilitações; estas passaram a ser consignadas em apostilas no título inicial. Baseando-se no princípio mais amplo: o da educação permanente, os licenciados em geral têm o direito às habilitações pedagógicas, mediante a complementação de estudos. Cabe aqui salientar que esse Parecer regeu o curso de Pedagogia por quase 30 anos.

Após décadas de intensas discussões pelos interessados e de várias tentativas de resolução do assunto por parte dos órgãos governamentais (MEC e CFE), os cursos de formação de educadores não foram redefinidos.

Uma questão que se coloca nas marchas e contra marchas dos movimentos, é que as inúmeras alternativas em conflito, levaram ao esgotamento das possibilidades de se encontrar a verdadeira especificidade do pedagogo. O final dos anos 70 e a década de 80, embora sem chegar a uma proposta concreta sobre o conceito do fazer pedagógico, ensejou muitas discussões, muitos encontros e congressos. A crítica se voltou tanto para o dualismo existente entre o docente e o especialista quanto para o papel atribuído a este último como figura de controle tecnicista e de concepção distante da execução. Quanto ao docente critica-se a

ausência de conteúdos na formação universitária desse profissional desejoso de atuar nos primeiros anos da escolarização.

A esse respeito, os relatórios elaborados como conclusão das discussões dos vários comitês criados apontam que alguma posição começou a ser esboçada, mas não chegou a ser enfrentada diante do impasse então encontrado: o da identidade da própria Pedagogia enquanto campo de conhecimento.

Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, ao introduzir alguns indicadores visando à formação de profissionais para a Educação Básica, trouxe novamente o curso de Pedagogia à pauta das discussões e com ele, a questão da sua especificidade, como determinam o art. 62 e o art. 63, respectivamente:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

A LDB em seu artigo 62 introduziu os institutos superiores de educação, além das universidades, de se constituírem num dos locais de formação de docentes para atuar na Educação Básica, e em seu artigo 63, a manutenção do curso normal

superior destinado à formação de docentes para a Educação Infantil e para as primeiras séries do Ensino Fundamental.

Na visão dos autores Cury (1996) e Silva (1999), surgiram várias indagações por parte dos educadores, passando a ser grande a expectativa a respeito do futuro do curso de Pedagogia. As instituições de ensino superior passaram a aguardar o encaminhamento do Conselho Nacional de Educação (antigo CFE). Em 1998, o MEC sinalizou pela manutenção do curso, desde que as instituições de ensino encaminhassem propostas visando a sua reformulação para o estabelecimento de novas diretrizes curriculares que pudessem atender à nova demanda da realidade.

O Grupo de Trabalho “Pedagogia”, ao discutir o tema formação de Educadores durante o V Congresso Estadual Paulista, ocorrido em Águas de São Pedro em 1998, definiu como função da Pedagogia *“caracterizar-se pela centralização na teoria acerca da prática relativa ao processo educativo, onde quer que esse processo ocorra [...]”*, e quanto às suas funções, considera como *“o próprio da Pedagogia formar professores de educação infantil, de 1ª a 4ª séries e escola normal (quando esta existir) e/ou educadores sociais, pedagogos para empresas, órgãos de comunicação, áreas tecnológicas ou outras”*.

O Grupo também congregou as atuais funções do curso, abrindo também a possibilidade de atuação do pedagogo em áreas emergentes do campo educacional.

Assim definiu o perfil comum do pedagogo:

Profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissionais (*Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia, p. 1*).

Acrescenta ainda, a preparação do pedagogo para lidar com a demanda de portadores de necessidades educacionais especiais.

Tais funções deveriam ser desenvolvidas através da flexibilização curricular, cuidando-se para que o pedagogo seja, em primeiro lugar, um professor.

2.2.4 A identidade do pedagogo e sua formação

Diante deste quadro, vimos que o Curso de Pedagogia passou por momentos de crise, chegando à discussão sobre as possibilidades de continuidade ou extinção do mesmo. Segundo Silva (1999, p. 12), a justificativa estava pautada na indefinição da identidade do Curso, pois como já vimos anteriormente, se a formação dos profissionais para o ensino primário estava acontecendo no ensino secundário e dos especialistas e técnicos em cursos de pós-graduação, não havia clareza de qual seria então o papel do Curso de Pedagogia neste contexto e conseqüentemente o papel a ser desempenhado pelo profissional da área, o Pedagogo.

Os autores Berger e Luckmann (1978) demonstram as relações dialéticas entre indivíduo e sociedade de forma que percebamos como um aspecto produz o outro, da seguinte forma:

A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas. (p. 228)

Durante a existência, indivíduos, grupos e sociedades buscam suas identidades próprias, no início até copiando ou imitando outros, porém, com o

aprendizado e a autonomia, acabam se diferenciando e se definindo, procurando se libertar da imposição estrutural do outro, se afirmando na diferença, de forma antagônica ou amigável, e/ou na semelhança, não como um dominado, mas como um similar.

A partir da compreensão do processo de formação da identidade do Pedagogo, veremos a seguir de que forma se constituiu essa formação seja no aspecto legal, seja no social.

No Brasil, durante o período da ditadura militar, em face da necessidade de controlar política e ideologicamente a educação, foram implementados um conjunto de leis, decretos-leis e pareceres.

Dentre as leis, cabe aqui ressaltar a Lei nº. 5.540/68- fixando as normas de organização e funcionamento do ensino superior e a Lei nº. 5.692/71, fixando as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

A Lei n. 5.540/68 define os especialistas que atuariam nos sistemas de ensino nas funções de Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação.

Já o surgimento da Lei 5.692/71 deu ensejo a um novo posicionamento: o da passagem da preparação docente do ensino de 2º grau para o ensino superior. Esta passagem progressiva seria propiciada, inclusive, pelo aproveitamento de estudos e pelo contato com outros profissionais e especialistas.

Baseado na visão de autores como Cury (1996), face às expectativas da organização da educação em direção às necessidades específicas do mercado, outro dispositivo é direcionado ao curso de Pedagogia. O parecer CFE nº. 252/69 de autoria de Valnir Chagas parecia dirimir a imprecisão da identidade do pedagogo, na medida em que direcionava a sua atuação e lhe conferia o diploma único de Licenciado, formando professores para o ensino normal e os especialistas nas áreas

de orientação, de administração, de supervisão e inspeção para o exercício das funções em escolas e em sistemas escolares.

Segundo Silva (1999, p. 70), o perfil mais preciso desenhado por este parecer, causou a reorganização curricular, tendo uma base comum de disciplinas à todos os profissionais da educação e uma parte específica composta por disciplinas de acordo com cada habilitação. Como conseqüência do contexto histórico - político e econômico da sociedade brasileira, influenciada pela norte-americana, essa parte específica caracterizava-se por uma concepção tecnicista de educação. Apesar disto, o currículo permaneceu fragmentado. Essas tendências, a primeira quase que exclusivamente na parte comum, considera que ela se caracteriza grosso modo, pela desconsideração da educação concreta como objeto principal e pela centralização inadequada nos fundamentos em si, isto é, na psicologia e não na educação, na filosofia e não na educação, e assim por diante. A segunda, por sua vez, é identificada com as habilitações, consideradas como especializações fragmentadas, obscurecendo seu significado de simples divisão de tarefas do todo que é a ação educativa escolar.

No Parecer proposto pelo Conselheiro Valnir Chagas, apenas o Pedagogo é considerado educador pelos legisladores, note-se que Pedagogo aqui significa somente o especialista.

Essa conclusão se fundamenta ao se estabelecer que a formação, em nível superior, dos professores de 1º e 2º graus é feita através de licenciatura conforme consta no Parecer nº 672/69.

Segundo Cury (1996), a formação pedagógica é prevista para os cursos de Licenciatura, mas suas bases são desprezadas. A idéia apresentada por educadores e educandos (1981-SP) quando analisaram a situação das atuais licenciaturas,

consideraram que “a realidade em que atuará o professor é mais complexa que aquela que a atual listagem de disciplinas das Licenciaturas sugere”. Isso significa que quem realiza a essência do processo educativo não é considerado educador, e, portanto, sua formação não é prevista como tal; já os que orientam, administram, supervisionam e inspecionam as condições para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra são considerados educadores.

Também se coloca a questão da limitação na absorção desses profissionais pelo mercado de trabalho. O Parecer ao reconhecer as tarefas referentes à administração, supervisão, orientação educacional e inspeção no conjunto das atividades escolares prevê a formação de profissionais em habilitações distintas, regulamentando-as.

Uma das questões que se coloca diz respeito a inviabilidade dessa proposta, pois desconsidera a precariedade financeira da maior parte das regiões brasileiras. Desta forma, as escolas, sem condições de manter em seus quadros profissionais da educação com diferentes habilitações, acaba por manter um único especialista que assume ao mesmo tempo as tarefas pedagógicas e de orientação educacional.

De acordo com Silva (1999), outra questão é a organização curricular, visando a formação de diferentes profissionais, pelo curso de Pedagogia. Ora “não se pode formar o educador com partes desconexas de conteúdos, quando essas partes representam tendências opostas em educação: uma generalista e outra tecnicista” (p.70),

Isso significa que, para a formação do pedagogo, com toda essa fragmentação de conteúdos não se garantiu a possibilidade de que ele compreenda a educação brasileira em toda a sua amplitude, tendo uma base comum de disciplinas à todos os profissionais da educação e uma parte específica composta

por disciplinas de acordo com cada habilitação, onde verifica-se que a parte específica baseava-se numa concepção tecnicista de educação e dos aspectos circunscritos a ela.

Esses elementos até aqui apresentados, acredito, são suficientes para apontar o que se entende como a inadequação da estrutura proposta para o curso de Pedagogia.

Com a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, Lei nº. 5692/71, os cursos superiores de formação (Licenciaturas) sofreram modificações, objetivando ajustá-los às necessidades criadas pela mencionada reforma. Alguns instrumentos foram elaborados, a fim de direcionar os cursos.

Desde a sua criação, o curso de Pedagogia no Brasil tem passado por significativas modificações acompanhando as mudanças sociais e políticas sofridas por nossa sociedade. Pareceres, decretos, leis e instituições formadoras tomaram conteúdo e forma sob as inúmeras diretrizes governamentais. Nas últimas décadas, a formação do pedagogo tem merecido especial atenção tanto no discurso oficial do governo, como nos discursos dos educadores.

É importante verificarmos como essas modificações se processaram no currículo do curso de Pedagogia ao longo desses 50 anos de existência do curso na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, hoje Universidade de Sorocaba.

2.3 O curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba

Como já vimos anteriormente, o curso de Pedagogia no Brasil, tem sua origem vinculada à Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída

através da Lei nº 452/37 de 05/07/1937, que posteriormente através do Decreto-lei de nº 1.190 de 1939, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Filosofia, cuja finalidade explicitada no texto daquela lei em seu artigo primeiro era a preparação de trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica, bem como preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino. Em uma análise mais apurada pôde-se verificar que a criação se deu para servir como um modelo de instituição de ensino superior a ser seguido pelas faculdades livres a fim de que as mesmas se adaptassem e obtivessem o reconhecimento oficial de seus cursos.

Essa lei estabeleceu, entre outras uma estrutura curricular para o curso de pedagogia, onde a disciplina História da Educação era oferecida, em consonância com a disciplina de Filosofia, como veremos adiante.

Na Universidade de Sorocaba, nome atual da Instituição pesquisada, o curso passou a funcionar em 1954, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, embora sem autorização conforme já relatado anteriormente, tendo como finalidade formar professores, especialistas e pesquisadores nas áreas de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia.

Sorocaba crescia e se desenvolvia, não só economicamente quanto socialmente, havendo a necessidade de formação docente para atender a todo esse crescimento. Isso está implicitamente colocado, pois no livro de constituição e instituição da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, constante às folhas nº 104, encontramos uma descrição do panorama Educacional de Sorocaba tanto em relação ao Ensino Primário, quanto ao Secundário.

No Ensino Primário a situação era a seguinte, existiam:

20 Grupos Escolares;
 28 Escolas Isoladas Estaduais;
 44 Escolas Isoladas Municipais;
 05 Escolas Particulares;
 01 Grupo Escolar de Ensino Supletivo;
 20 Cursos de Alfabetização de adultos;

No Ensino Secundário, havia as unidades, conforme descrição:

Unidades mantidas pela Prefeitura Municipal

<u>Designação</u>	<u>ano de inaug.</u>	<u>ensino</u>
Ginásio Municipal Noturno	1950	Ginasial
Ginásio Municipal Diurno	1950	Ginasial
Escola Normal Municipal Dr. Getúlio Vargas	1929	Normal

Unidades mantidas pelo Governo Estadual

<u>Designação</u>	<u>ano de inaug.</u>	<u>ensino</u>
Colégio e Escola Normal Dr. Júlio Prestes de albuquerque	1928	Ginasial
Escola Técnica Cel. Fernando Prestes	1929	Colegial e Normal Cursos técnicos Profissionais
Escola Profissional Ferroviária Dr. Gaspar Ricardo	1950	Profissionalizante

Unidades administradas por Instituições Particulares

<u>Designação</u>	<u>ano de inaug.</u>	<u>ensino</u>
Instituto Educacional Santa Escolástica	1906	Ginasial e Normal
Ginásio Educacional de Sorocaba, da Org. Sorocabana de Ensino	1950	Ginasial
Escola Técnica de Comércio de Sorocaba da Organização Sorocabana de Ensino	1924	Básico e Técnico de Contabilidade
Colégio e Escola Normal Ciências e Letras	1943	Ginasial, colegial e Normal
Ginásio Acadêmico Anchieta	1947	Ginasial
Seminário Menor São Carlos Borromeu – mantido pela Cúria;		

A população escolar de ensino primário era da ordem de 13.650 crianças e o secundário atingia 5.000 estudantes, havia também 04 Instituições de ensino que ministravam o curso Normal, o que significava uma perspectiva de mercado de trabalho bastante promissora.

Diante dessa realidade a instalação de uma Faculdade de formação de docentes e especialistas viria a consagrar esse modelo de educação já em desenvolvimento na próspera cidade.

Nesse momento, proponho que voltemos um pouco no tempo, mais precisamente ao ano de 1952, onde começam os fatos a serem narrados, a fim de que o leitor possa compreender os condicionantes e os contornos dados pela legislação vigente.

Na história da Instituição, constante no primeiro capítulo deste trabalho, eu relato o comunicado feito pelo Mons. Antonio Pedro Misiara, a Diretoria do Ensino Superior, onde entre outras questões, ele comunicava que se processariam “alterações profundas e substanciais” nos cursos em andamento, a saber: Letras Neolatinas e Pedagogia.

A partir de agora, gostaria de reportar-me somente ao curso de Pedagogia embora os documentos façam menção aos dois cursos.

Por ocasião da solicitação para autorização de funcionamento dos cursos de Letras Neolatinas e Pedagogia solicitada pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba à Comissão do Ensino Superior, relevantes denúncias foram feitas pelo Conselheiro Almeida Júnior, conforme já relatado, dentre as quais o fato de um grande número de professores não residir na cidade do estabelecimento, outros não terem a formação superior nas disciplinas pretendidas e também o acúmulo de cátedras por outros, configurando na opinião deste como um

impedimento a um ensino regular e eficiente, cabe ressaltar que o referido conselheiro foi voto vencido no parecer favorável para autorização do curso, porém diante dessas denúncias, o processo retornou à Comissão e através da Diretoria do Ensino superior, foram apresentados novos nomes de professores. Para o curso de Pedagogia, a nova lista foi composta da seguinte forma:

- 1) Sociologia – Pe. João Garbolim
- 2) Psicologia Educacional – Prof^a Odette Lourenção
- 3) Complementos de Matemática – Dr. Ewaldo Couto Campelo
- 4) Estatística Educacional – Prof^a Nadyr Resende Nascimento
- 5) Administração Escolar e Educação Comparada – Prof^a Enid Castelo Martins
- 6) Filosofia da Educação – Dom Norberto Antunes Vieira
- 7) História da Educação – Prof. José Camarinha Nascimento

Cumpridas as exigências da Comissão, a autorização foi concedida através do Parecer 207/52, de 19 de setembro de 1952, seis meses após a expedição do parecer nº 49/52, onde haviam sido feitas as denúncias do Conselheiro Almeida Júnior.

Com a autorização concedida pela Comissão, restava somente o decreto presidencial para que o curso pudesse iniciar. Tal autorização veio através do Decreto nº 32.038/52 (anexo 02) datado de 30 de dezembro de 1952, no qual o Sr. Getúlio Vargas, então Presidente da República, autorizava através de um artigo único o funcionamento de três cursos: Filosofia, Geografia e História e Letras Neolatinas, porém foi omitido o de Pedagogia, sendo legalizada a situação do curso através de outro decreto federal, o de nº 35.785/55, datado de 18 de janeiro de 1955, assinado por João Café Filho, Presidente da República.

Bom, voltemos às alterações noticiadas à Diretoria do Ensino Superior pelo Monsenhor Antonio Pedro Misiara que seriam feitas nos dois cursos em andamento. As alterações ocorridas no curso de Pedagogia que poderiam se caracterizar como um problema ao funcionamento do curso dizia respeito mais uma vez ao corpo docente, pois três candidatos propostos acumulavam cadeiras e três, dos seis candidatos indicados, não residiam em Sorocaba, o que no dizer do Conselheiro Almeida Júnior, relator do Parecer da Comissão do Ensino Superior nº 221/54 aprovado em 23 de julho de 1954, poderia ser um impedimento para o funcionamento do curso.

A lista dos professores indicados naquela ocasião:

Psicologia Educacional – D. Beda Kruse

Sociologia – José Gomes Caetano

História e Filosofia da Educação – José Gomes Caetano

História da Filosofia – Pe. Francisco Lyrio de Almeida

Cultura Filosófica – Antonio Pedro Misiara

Complementos de Matemática – Walter Rouband Dias

Estatística Educacional – Walter Rouband Dias

Fundamentos Biológicos da Educação – Antonio Gaspar Ruas

Administração Escolar e Educação Comparada – Antonio Gaspar Ruas

A fim de se resolver essa questão, a Comissão concluiu que o Conselho só se pronunciaria depois de ouvir o Diretor da Instituição, através do Diretor do Ensino Superior, assim se deu e a Faculdade apresentou nova lista de nomes de professores, porém o desfecho final só se deu em 01 de março de 1957, com a

homologação do parecer 551/57 da Comissão do Ensino superior que reconhecia os cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba.

O Curso ordinário de Pedagogia assim como o de Letras Neolatinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, no que se refere ao conteúdo, foi estruturado de acordo com os ditames do Decreto-lei nº 1.190 de 04/04/1939, legislação já relatada anteriormente, vigente à época, ambos com a duração de três anos, cujo título expedido ao término dos estudos seria o de bacharel. O curso de Pedagogia tinha a seguinte estrutura curricular:

Quadro 7

<u>1º ano</u>	<u>2º ano</u>	<u>3º ano</u>
Português	Estatística Educacional	Administração Escolar
Cultura Religiosa	Psicologia Educacional	Cultura Filosófica
Complementos de Matemática	Fundamentos sociológicos da Educação	Cultura Religiosa
Fundamentos Biológicos da Educação	História da Educação	Educação Comparada
História da Filosofia	Cultura filosófica	Filosofia da Educação
Sociologia da Educação	Administração Escolar	História da Educação
Sociologia	Cultura Religiosa	Psicologia Educacional
Psicologia Educacional		

Fonte: Pasta de programas de disciplinas do curso de Pedagogia arquivada na Instituição.

Esses cursos formavam os bacharéis, que, com mais um ano, ao cursar Didática, cuja estrutura curricular era organizada a partir de conteúdos gerais e conteúdos específicos para cada carreira, conforme o disposto no art. 20 da lei

1.190/39 de 04/04/1939, saíam também licenciados, no caso da pedagogia, autorizados, portanto a lecionar nas séries iniciais do ensino fundamental, bem como na formação dos futuros professores da Escola Normal, em nível de segundo grau.

O curso de Didática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, ficou constituído pelas seguintes disciplinas:

Quadro 8

CURSO DE DIDÁTICA
1. Didática Geral
2. Didática especial
3. Psicologia Educacional
4. Administração Escolar
5. Fundamentos Biológicos da Educação
6. Fundamentos sociológicos da Educação
§ Único – São disciplinas complementares obrigatórias
IV. Para os bacharéis em Pedagogia
1. Orientação Educacional e Profissional
2. Questões de Psicologia Educacional

Fonte: pasta de programas arquivados na Instituição.

Restava ao bacharel em Pedagogia, para obtenção do título de licenciado, cursar as duas primeiras, ou seja, didática geral e didática especial, uma vez que as demais constavam do programa de disciplinas daquele curso e, portanto os egressos estariam desobrigados da frequência conforme as disposições gerais e transitórias constantes no art. 58 da citada lei.

Somente aos bacharéis em Pedagogia era dada a possibilidade de cursar

disciplinas para uma atuação em nível técnico e não somente docente. Essas disciplinas integravam o Regimento Interno da Instituição como disciplinas complementares obrigatórias.

O Decreto-Lei nº 1190/39 em seu art. 51, alínea c: refere-se à determinação de que a partir de 1º de janeiro de 1943, houvesse exigência dessa diplomação para preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação.

Nota-se aí, a partir da análise da proposta curricular para o curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, quando de sua criação, em comparação ao disposto no decreto-lei nº 1.190/39 que há um acréscimo nos conteúdos em relação ao determinado por aquela Lei, sendo a carga de disciplinas mais completa em função da proposta formativa daquela Instituição.

Para um melhor entendimento acerca das formações propostas no curso de Pedagogia, em especial ao criado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, cabe aqui evidenciar as características e principais diferenças existentes tanto no bacharelado quanto na licenciatura.

Segundo Brzezinsky (1996, p. 42), era proposta da Faculdade Nacional, no atendimento de suas finalidades, conforme explicita o artigo 1º, alíneas “a” a “c” da lei acima referida, transformar-se, por um lado, num instituto universitário para o desenvolvimento de pesquisa puramente científica, baseado no modelo da Universidade de Berlim; por outro, num centro de formação de profissionais da educação, com influência da universidade americana. Essa proposta não se concretizou em seu objetivo, cabendo apenas a formação de profissionais secundários e normalistas.

Entre as dificuldades, Brzezinsky (1996, p. 42) aponta a baixa qualidade teórica oferecida pelos cursos, de uma forma geral, que se preocupavam apenas

com a formação técnica, sem o envolvimento da pesquisa preconizada pelo padrão federal. Dessa forma, o processo de formação se pautava pelo pragmatismo prático utilitário, em que o domínio dos métodos e técnicas é concebido dissociadamente da elaboração da teoria e da pesquisa. Nesse sentido, conclui Brzezinsky:

(...) fortaleceu - se a tendência de converter as Faculdades de Filosofia em centros de transmissão de conhecimentos, divorciados da pesquisa e da busca constante de produção de novos saberes. (p.42)

A dicotomia deflagrada na proposta da Faculdade de Filosofia está presente também na estrutura curricular do Curso de Pedagogia baseada, como já vimos anteriormente, num currículo conhecido por “3+1”. Esse esquema previa que, os três primeiros anos eram voltados ao bacharelado e um para a licenciatura complementado com as didáticas. Essa estrutura foi amplamente discutida, pois apresentava várias contradições. Desde a proposta pedagógica para a formação do bacharel ou do licenciado, até a definição do perfil do profissional formado, eram questões debatidas pelos pesquisadores de então.

A grade curricular do bacharelado no Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba distribuía, a exemplo do modelo vigente, nos primeiros três anos, as disciplinas de: Complementos de Matemática, História da Filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da Educação, Psicologia Educacional, História da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação, Administração Escolar, Educação Comparada e Filosofia da Educação.

Para a licenciatura, ficavam estabelecidos os aspectos teóricos da formação do bacharel, com a complementação dos aspectos didático-pedagógicos. Compunham esta etapa as disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Sociológicos e Biológicos da

Educação. Ao bacharel formado, bastaria cursar as disciplinas de Didática Geral e a Especial, que não constavam em sua grade curricular.

O que podemos enfatizar nessa estrutura é a intenção do padrão federal de formar o profissional da educação que, primeiro, detivesse a base de conhecimentos específicos para então formalizar sua função prática. Essa estrutura tem domínio ainda em alguns Cursos de Pedagogia atuais, legitimando a falta de compromisso com uma formação que possibilite ao profissional da educação a análise sobre a realidade educacional cotidiana. Ao tratar da prática de ensino na Pedagogia, Fazenda (1991, p.58) nos alerta para esta problemática. Segundo a autora, há necessidade de desenvolvermos no Curso a “(...) *investigação e análise da prática educativa (...)*”, na direção de um currículo integrado que não esteja voltado exclusivamente ao aspecto profissionalizante, mas para a investigação-ação.

Partindo dessa reflexão, ao analisarmos o perfil do profissional a ser formado vimos que, ao bacharel caberia a área administrativa técnica do sistema educacional. A licenciatura habilitava os profissionais que atuariam na Escola Normal, embora não constasse em seu currículo, conhecimentos da área do ensino primário.

Segundo Neves (1998, p. 17), na Faculdade de Sorocaba, esse processo não se deu de forma diferente, pois a criação da Faculdade de Sorocaba:

[...] viria, então, resolver o problema de formação de professores para os ginásios e colégios da cidade e do interior, até então, nas mãos de muitos profissionais leigos, autodidatas, o que acarretava um evidente prejuízo para a formação intelectual dos nossos jovens.

Nota-se através da fala do Professor Neves que talvez o maior problema a ser resolvido naquele momento por ocasião da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba dizia respeito à formação docente, pois à exemplo do modelo da Escola Normal em que havia muitos profissionais de outras áreas de

conhecimento, o mesmo se dava em relação aos ginásios e colégios, onde não havia a exigência de uma formação específica na área para o ofício do magistério o que não raras vezes acontecia de ter profissionais leigos e autodidatas constituindo o corpo docente nesses estabelecimentos, o que estaria implicitamente ligado a uma questão de mercado.

Na instalação dessa Faculdade, com relação ao corpo docente, antes mesmo das mudanças propostas por ocasião da aprovação do Parecer de 1954, os primeiros professores contratados para as cadeiras do curso de pedagogia foram:

Psicologia Educacional – Beda Kruse - O.S.B.

Sociologia - José Gomes Caetano, cuja formação era licenciado em Pedagogia;

História e Filosofia da Educação – D. Norberto Antunes Vieira

História da Filosofia e Cultura Religiosa – Francisco Lyrio de Almeida

Cultura Religiosa e Filosófica – Antonio Pedro Misiara, cuja formação era licenciatura em Filosofia;

Cultura Filosófica⁸ - Antonio Pedro Misiara;

Complementos de matemática – Walter Rouband Dias, cuja formação era Engenharia;

Fundamentos Biológicos da Educação/Psicologia Experimental – Antonio Gaspar Ruas, cuja formação era licenciatura em Pedagogia.

Cabe aqui ressaltar que na análise dos documentos pesquisados, com respeito a contratação de docentes, tais como a Ata de reunião do CTA, constante nos arquivos da Instituição, havia informações acerca da formação acadêmica deles,

⁸ Cadeira nova, proposta no currículo

bem como ao final da descrição da titulação, a observação se residiam ou não em Sorocaba, o que facilitou a análise daqueles fatos.

Em relação a primeira turma do curso de Pedagogia, Conforme Neves (1998, p. 82), com 12 alunos (anexo 08), juntamente com a primeira turma de Letras Neolatinas, embora tivessem ambas iniciado em 1954, colaram grau em 22 de março de 1960, no Salão de Festas do Sorocaba Clube, tendo como paraninfo o Mons. Antonio Pedro Misiara, ex-Diretor da Faculdade.

Nota-se a partir da análise dos eventos de conclusão da primeira turma de licenciados da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba que os cursos de Pedagogia e de Letras Neolatinas, representaram um marco significativo para a comunidade sorocabana, tanto assim que além das autoridades acadêmicas da própria instituição e outras instituições de ensino superior do município, estiveram presentes à mesa de colação de grau das primeiras turmas, personalidades da mais alta representação social, na esfera municipal, o Prefeito, o Clero se fez presente através do Cardeal e de outros membros da Igreja, além do Monsenhor Antonio Pedro Misiara, ex-diretor da faculdade e paraninfo das turmas e, do Estado, com a presença do Promotor de Justiça e do próprio Governador Roberto de Abreu Sodré. Essa composição da mesa de solenidades de colação de grau nos dá pistas de que para além da importância do curso, a própria Faculdade representou um grande marco social para a cidade de Sorocaba e seu entorno.

Os alunos da primeira turma

Onde estarão?

A melhor forma de localizar pessoas é fazer o trajeto contrário. Pensei comigo de que forma eu vou localizar essas pessoas, se há quase 50 anos elas se

formaram? Em primeiro lugar conversando com outras pessoas. Pessoas que as conheceram ou conhecem e buscando lugares. Que lugares? Os lugares possíveis.

Dirigi-me para a Diretoria de Ensino de Sorocaba, que se situa no prédio da EEPG Antonio Padilha, conversei com o Sr. Paulo A. Penha, Supervisor de Ensino de Sorocaba, como imaginei, havia o registro de todos que lecionaram ou trabalharam nas escolas.

Descreverei pela ordem em que se encontram relacionados:

A Sra. Adélia Hortência Moura Barros (hoje, Adélia Hortência Barros Steffen), foi Supervisora da 2ª D.E. de Sorocaba, encontra-se aposentada.

O Sr. Aluísio Vieira, (falecido), foi professor do Colégio Dr. Júlio Prestes de Albuquerque (Estadão);

A Sra. Maria Aparecida Castronovo, foi professora do Colégio Dr. Júlio Prestes de Albuquerque. Não há informações sobre aposentadoria.

A Sra. Maria Helena de Lara Crelier – não existe informações sobre ela na Diretoria de Ensino.

A Sra. Maria Zilda de Camargo Barros, foi professora do Colégio Getúlio Vargas na Escola Normal e da rede municipal de Ensino.

Quanto a Sra. Neyde Carriel, hoje Neyde Carriel Minelli, através do relato concedido por ela, pudemos traçar o caminho profissional dessa egressa do curso, lecionou a disciplina de Psicologia da Educação na Escola Normal do colégio Getúlio Vargas de 55 a 83, antes mesmo de concluir o curso, trabalhou àquela época na escola primária em Piedade e George Oeterer e depois na escola Quinzinho e finalmente em 1964 transferiu-se para a EEPG Antonio Padilha, onde ela também havia estudado o Grupo escolar.

Sobre as Sras. Nilma de Almeida (hoje) Casarotto e Nilza Teixeira Bolina, não existem registros, somente o registro que a Sra. Nilma foi da DRESO, porém não há outras informações de atividades docentes.

O Sr. Pedro Aidar, também não deixou registros, já é falecido.

A Senhora Zenita Amaral, foi diretora e também atuou na DRESO, não havia a informação de aposentadoria. Ela também já faleceu.

Quanto a Senhora Zoraida Nardy, ela trabalhou no Colégio Dr. Júlio Prestes de Albuquerque (Estadão), até aposentar-se.

Dos doze alunos que se formaram no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, existem registros de que oito atuaram na área da educação na cidade de Sorocaba, seja como professores ou ainda em funções de especialistas, como supervisores, o que demonstra a importância deste curso para a cidade e região.

Assim criado, o curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, ao longo de sua existência preparou técnicos em educação e professores para o Ensino Normal nos primeiros momentos de sua existência e por força das mudanças introduzidas pelas diversas legislações ao longo desses anos, forma hoje professores da educação infantil e ensino fundamental, além do bacharel.

CAPÍTULO 3

A HISTÓRIA EM TRÊS TEMPOS DE UMA DISCIPLINA

3.1 A disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Universidade de Sorocaba

A finalidade deste capítulo é compreender a forma pela qual o campo teórico da história da educação se constituiu como disciplina acadêmica em uma dada instituição de ensino universitário. Trata-se do surgimento, estabelecimento e organização dos conteúdos da referida disciplina na grade curricular do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba.

Ao considerarmos que a constituição e a trajetória de uma determinada disciplina não são determinadas apenas por aspectos legais que a conformaram, mas igualmente pelos aspectos históricos de seu desenvolvimento, faz-se oportuno fornecer alguns dados e se proceder a uma análise da trajetória histórica da disciplina História da Educação no Brasil em relação ao seu contexto histórico, político e econômico.

A partir da análise da obra de Lopes (2004), verificamos que a estrutura curricular da disciplina História da Educação, dos cursos de Pedagogia no Brasil foi fortemente influenciada pelas formas estruturais já delineadas pelas escolas européias e americanas, onde a disciplina, enquanto uma disciplina acadêmica, surge no final do XIX no conjunto de várias especializações da História e começa a ser ministrada em cursos em Universidades e Escolas Normais em diversos lugares

da Europa.

A partir de 1880 começam a ser publicadas obras que versam sobre a matéria, e cursos em Universidades e Escolas Normais, em diversos lugares da Europa, começam a ser ministrados. Em 1884, na Universidade de Berlim foi ministrado um curso sobre a História da Educação da Europa, com duração de três meses.

Em 1891 inicia-se o ensino sistemático de pedagogia na Universidade de Harvard, com a nomeação de um professor de History and Art of Teaching.

Na França, em 1905, era proposta a “leitura das melhores páginas da pedagogia moderna; idéia das doutrinas e dos meios de ação dos principais pedagogos” nos programas oficiais das Escolas Normais Primárias.

Segundo as fontes consultadas Lopes (2004) e Silva (1999) os cursos não apresentavam, naquela época, conteúdos sistematizados e fixos, de forma que a disciplina era ministrada sob a ótica da “ciência História”, sem estar incluída num curso específico sobre educação, o que só viria a acontecer mais tarde.

No Brasil, a trajetória da História da Educação não se dissocia da história da Escola Normal desde a época do império, porém somente em 1927, na reorganização proposta por Francisco Campos, no qual era previsto um esquema de três cursos em sete anos é que vemos o surgimento de uma disciplina mais próxima do que seria a História da Educação como a conhecemos hoje em dia, pois a formação profissional se dava nos cursos de aplicação, cujo currículo era composto pelas disciplinas: Psicologia Educacional, Biologia e Higiene, Metodologia e Prática Profissional, História da Civilização e particularmente história dos métodos e processos de educação, cujo objetivo dessa disciplina era segundo Lopes (2004, p. 17) [...] “levar o aluno a compreender a importância da educação como processo

social e seu significado na evolução da humanidade”. Surge, no currículo das Escolas Normais em 1946, na Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei 8.530/46, a disciplina História e Filosofia da Educação, sendo ministrada apenas na terceira série. Em virtude da não implantação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada por Francisco Campos, o curso de Pedagogia é inserido como uma seção da Faculdade Nacional de Filosofia, a História da Educação, enquanto disciplina curricular do curso denominava-se História e Filosofia da Educação, e era ministrada na segunda e terceira séries e cujo programa deveria ser elaborado pelo professor catedrático com aprovação do Conselho técnico-administrativo. Trata-se, portanto, agora de percorrer os caminhos traçados pela disciplina a fim de que a compreensão da organização de seus conteúdos não se dê no abstrato, mas como história de sua instituição.

Portanto, a inserção da disciplina História da Educação no curso em 1928 como parte do conjunto de ações propostas por Fernando de Azevedo, em 1927, que resultaram na reorganização do curso de formação de docentes para o ensino primário, na instrução pública do Distrito Federal, fez com que se incrementasse ainda mais uma tendência dos anos 20, os princípios da escola ativa. Uma escola nova, que trazia princípios para a formação mais ampla e com maior profundidade para o professor do ensino primário.

Segundo as fontes consultadas Piletti (1982), Vidal e Faria Filho (2003), a escola normal então era inserida no contexto que, naqueles dias se mostrava de vanguarda, pois valorizava o professor e por via de consequência dava maior importância também à formação discente.

Já a criação do curso de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939, e lei orgânica para o ensino normal, de 1946, unificando as matérias do

segundo ciclo do curso para todo o Brasil, incluindo história e filosofia da educação como uma única disciplina ministrada na terceira série, vieram a consagrar esse modelo de valorização de professores. A partir dessa integração, reforçou-se o entendimento da escrita da história da educação fundando-se em interpretações, afastando-a da *prática* dos arquivos, estimulando assim análises que pretendiam conferir-lhe uma importância moral.

Constituída como disciplina escolar, em geral em proximidade com a filosofia da educação, impregnada de uma postura onde pretende além da compreensão da realidade, a transformação da mesma, e tribuna de defesa de um ideal de educação popular, foi-lhe delegado o lugar de ciência auxiliar da Pedagogia, o que a transformava, menos em uma ciência matricial, como a sociologia, a psicologia ou a biologia, e mais em uma disciplina formadora.

Cumpre-nos explicitar que a história da educação como um campo autônomo, apartado da filosofia da educação, é fenômeno recente e não se encontra ainda de todo consolidado no seio da Pedagogia, mas como disciplina, no dizer de Lopes (2004, p. 18) [...] “ela surge no bojo de um movimento de reação contra a metafísica, sob a influência do positivismo, que buscava um possível estatuto científico para as ciências sociais”.

Durkheim em sua obra *Educação e sociologia* coloca de forma sistematizada o caráter histórico da educação, o que não significa que não houvesse trabalhos de Educação de caráter histórico antes disso.

Ainda segundo Lopes (2004), a educação, na concepção positivista durkheimiana é considerada, portanto uma coisa social, como já predizia o seu método sociológico, qual seja, a de considerar como coisas os fatos sociais. De acordo com Durkheim (1978, p. 74):

O nosso método não tem, portanto, nada de revolucionário. É até, num certo sentido, essencialmente conservador, uma vez que considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais elástica e maleável que seja, não é, no entanto, modificável à nossa vontade.

A questão do currículo está hoje no cerne das discussões pedagógicas e políticas, não só no Brasil, como em diversos outros países estão se implantando reformas curriculares, que procuram atender, pelo menos é o que se proclama, as exigências sociais de nosso tempo. Questiona-se o academicismo dos currículos tradicionais. Quais conteúdos devem ser ensinados para "o exercício da cidadania?" Naturalmente, não se trata só de conteúdos, mas a própria forma de aprendizagem deve propiciar a aquisição de determinados valores.

Retomando a questão referente às disciplinas do currículo de Pedagogia no Brasil, nenhuma análise aos programas das disciplinas poderá ser feita desvinculando-a daquelas análises feitas em relação ao próprio curso.

Ao considerarmos que as disciplinas escolares e acadêmicas são resultantes de práticas históricas, portanto concretas, de sujeitos igualmente históricos, portanto concretos, com interesses materiais e imateriais distintos, a pesquisa histórica objetiva descobrir – discutir - compreender os diferentes sentidos atribuídos por esses sujeitos a essas práticas.

De acordo com Silva (1999), a fim de uma compreensão maior acerca da importância do papel desempenhado pela disciplina História da Educação no curso de Pedagogia, devemos partir da premissa de que diferentes currículos produzem diferentes sujeitos e subjetividades; tais diferenças não são exclusivamente individuais, mas também socioculturais. Nessa perspectiva, o currículo não deve ser visto como simples expressão, representação ou reflexo de interesses sociais determinados, e sim como produto de identidades e subjetividades sociais específicas.

André Chervel (1990) nos apresenta, ao estudar a evolução histórica das disciplinas escolares na França, uma série de fatores que mediam a evolução dos conhecimentos pedagógicos e a prática docente. Selecionando apenas um dos elementos que contribuem para uma certa lentidão da escola frente às transformações que a sociedade muitas vezes nela projeta, lemos em Chervel:

Um [...] fenômeno introduz um elemento de inércia decisivo na mutação das disciplinas: trata-se da eternização em seu posto, ou em suas funções, dos docentes, antes mesmo da época em que sua atividade seja elevada ao status de função pública. Naturalmente, se a lei de otimização do rendimento se aplica no domínio pedagógico, poderíamos ver em ação aqui outras leis do mercado, e particularmente a eliminação dos menos competentes. Mas isso significaria fazer pouco caso, de um lado das proteções asseguradas aos indivíduos pelas corporações do Antigo Regime, e, sobretudo da parte considerável de “prática” que adquire, com os anos, um regente ou um mestre de escola. Nos licenciamentos ou nas demissões de docentes, a embriaguez, o desregramento ou a política são muito mais freqüentemente invocados do que a rotina ou a inadaptidão aos métodos mais modernos ou mais eficazes. Trinta anos, quarenta anos, cinquenta anos de atividade, ou até mesmo mais (...): aqui se tem o bastante para avaliar a rapidez possível na generalização das inovações pedagógicas. (p.197).

É importante notar que o estudo do que se convencionou chamar de “transposição didática” é uma área relativamente recente da pedagogia. Seria interessante, por exemplo, seguir a história da inserção de um tema ou de qualquer outro tópico fundamental e relativamente recente no desenvolvimento de uma área de conhecimento, nos currículos escolares do ensino médio ou universitário. Para se entender essas mudanças, algumas questões precisariam ser formuladas, tais como: Quais os agentes envolvidos nos processos que determinam as mudanças nos currículos? Como se deu a discussão para determinar precisamente o que da teoria deve ser, por exemplo, inserido num livro didático ou dominado pelo professor? Como adequar a mudança curricular com a formação dos professores? Essas e outras perguntas formam um todo complexo.

Na visão de Juliá (2002), a resposta a esses questionamentos, poderia ser um estudo a respeito dos currículos, e para que esse estudo pudesse oferecer informações mais ricas, deveria considerar o momento de aplicação prática do conhecimento. Segundo ele, é conveniente fazer o estudo dos conteúdos ensinados sempre em relação estreita com os métodos e as práticas, quando se quer compreender o que se passa realmente em sala de aula.

Para Chervel (1990, p.197), tanto a instauração, quanto as reformas das disciplinas se constituem em uma operação de longa duração, onde o sucesso ou o fracasso de determinado procedimento didático não se manifesta antes do término da escolaridade do aluno.

De acordo com Moreira & Silva (1999, p. 7), há muito tempo o currículo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas e métodos, para se constituir em uma dimensão crítica, guiada por proposições sociológicas, políticas e epistemológicas. E nesta perspectiva, ainda segundo os autores:

O currículo é considerado um artefato social e cultural. [...] transmite visões sociais particulares e interessadas, [...] produz identidades individuais e sociais particulares. [...] não é um elemento transcendente e atemporal – tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (p. 7-8)

Veiga-Neto (1995, p. 5), concorda com essa visão, ao entender o currículo como a porção da cultura – em termos de conteúdos e práticas – que por ser considerada relevante num dado momento histórico, é trazida para a escola, isto é, escolarizada.

Goodson (1997, p. 18) complementa essa definição ao ver o currículo como uma construção social. Segundo ele, ao analisar o conflito curricular, podemos distinguir, de uma forma internalizada, muitos dos conflitos sociais e políticos

travados em torno da escola, dessa maneira, ele caracteriza o currículo simultaneamente como veículo e como portador de prioridades sociais.

Ainda segundo Goodson (1997, p. 79), como instituição, a escola tem uma dupla finalidade: socializar os discentes no marco de uma cultura que se considera de interesse e, ao mesmo tempo, preparar o estudante para sua inserção no mundo do trabalho. Isso se realiza através de processos de ensino-aprendizagem veiculadores de conteúdos curriculares que são produto de uma seleção historicamente determinada, sua transmissão se faz mediante as disciplinas escolares. Tem-se defendido a particularidade do conhecimento escolar com respeito àquele que o realiza a partir da análise histórica da construção das matérias escolares.

Ora, ao analisarmos a função do currículo de um dado curso, vemos que o mesmo tem ou pelo menos deveria ter a clara função de valorizar os conhecimentos trazidos pelo aluno e assim construir o seu conhecimento científico, por isso não deve ser fragmentado, deve haver uma idéia mais ampla, para que a ele seja dada a devida importância como agente formador para a vida e transformador dos indivíduos, a fim de que lhes seja possibilitado um salto qualitativo dos saberes comuns para o científico, sem que se abstraia do sujeito global, biopsicossocial, que é o ser humano.

Na visão de Terigi (1999, p. 4) o currículo tem sido colocado como novidade e como solução: trata-se na opinião da autora, de elaborar currículos onde não existem, de modernizar os existentes e de incorporar a todos – velhos e novos aos elementos que orientem o serviço educativo com sentido de inovação. É interessante notar que apesar de culturas diferentes e ainda que estejam todos voltados ao processo de descentralização administrativa, as políticas curriculares

convergem em um modelo centralizado de currículo. Este adquire assim um caráter nacional, no sentido de uma prescrição obrigatória e comum para o conjunto do sistema.

Desde a criação do curso, a disciplina História da Educação aparece de forma autônoma, apartada da Filosofia, embora a legislação de criação da Faculdade Nacional de Filosofia, Decreto-Lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939, que organizou o curso de Pedagogia e determinou o local que deveria ser ocupado por ela, pressupunha uma só disciplina para os dois campos, como predizia o art. 22 da lei:

*Art. 22 – As disciplinas ensinadas nos cursos ordinários da Faculdade Nacional de Filosofia constituirão matéria das seguintes cadeiras:
(...) XLIV – História e Filosofia da Educação.*

A partir de pesquisa feita aos documentos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, verificamos que a Instituição adotou essa configuração em seu currículo para a disciplina de Filosofia, onde ela aparece como “História da Filosofia” no primeiro ano e como Filosofia da Educação no terceiro ano.

No currículo do curso de pedagogia, a disciplina História da Educação aparece no primeiro momento do curso no conjunto das disciplinas no segundo e terceiro ano, com uma carga horária anual de 48 horas/aula no segundo ano e 75 horas/aula no terceiro ano do curso.

A distribuição das disciplinas na organização curricular apresenta-se, pois, da seguinte maneira:

Quadro 9

<u>1º ano</u>	<u>2º ano</u>	<u>3º ano</u>
Complementos de Matemática	Estatística Educacional	História da Educação
História da Filosofia	Administração Escolar	Psicologia Educacional

Sociologia	História da Educação	
Fundamentos Biológicos da Educação	Fundamentos Sociológicos da Educação	Administração Escolar
Psicologia Educacional	Psicologia Educacional	Educação Comparada
Língua Portuguesa	Cultura Filosófica	Filosofia da Educação
Cultura Filosófica	Cultura Religiosa	Cultura Religiosa
Cultura Religiosa		Cultura Filosófica

Fonte: Pasta de disciplinas do curso de Pedagogia arquivada na Instituição.

A partir da análise dessa organização curricular, verificamos que embora as disciplinas História e Filosofia da Educação estejam colocadas em um único bloco no art. 22 da Lei de 1939, na prática a disciplina Filosofia era oferecida com uma carga horária sempre superior à de História da Educação ao longo do curso, onde observamos que ela aparece como História da Filosofia, cultura Filosófica e Filosofia da Educação, denotando uma forte predominância, desta última em relação à primeira.

Um outro aspecto diz respeito ao caráter formativo do curso em relação aos conteúdos de psicologia, pois verificamos que essa disciplina ocupava um lugar de destaque, com uma carga horária também muito superior àquela proposta pela História da Educação.

Em 1959, o curso de Pedagogia apresentava-se dessa forma:

Quadro 10

FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE SOROCABA CURSO DE PEDAGOGIA - DISCIPLINAS			
ANO	SÉRIE	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1959	1ª	Complementos de Matemática	73
1959	1ª	História da Filosofia	80
1959	1ª	Sociologia	73

1959	1ª	Fundamentos Biológicos da Educação	74
1959	1ª	Psicologia Educacional	126
1959	1ª	Iniciação Filosófica	27
1960	2ª	Estatística Educacional	85
1960	2ª	Administração Escolar	50
1960	2ª	Fundamentos sociológicos da Educação	79
1960	2ª	História da Educação	48
1960	2ª	Psicologia Educacional	81
1960	2ª	Iniciação Teológica	29
1960	2ª	Iniciação Filosófica	25
1961	3ª	Estatística educacional	54
1961	3ª	História da Educação	75
1961	3ª	Psicologia Educacional	108
1961	3ª	Administração Escolar	54
1961	3ª	Educação comparada	54
1961	3ª	Filosofia da Educação	53
1961	3ª	Iniciação Filosófica	28
1961	3ª	Iniciação Teológica	25

Fonte: Histórico escolar de alunos do curso de Pedagogia – UNISO.

A disciplina História da Educação é oferecida no 2º ano do curso com uma carga horária de 48 horas e no 3º ano com uma carga horária de 75 horas.

Vale ressaltar que essa estrutura continuou assim até o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, implementada a partir de 1964 como veremos adiante.

Após essa breve introdução, onde relatamos os aspectos mais gerais concernentes à disciplina História da Educação e tendo sempre como foco a localização da disciplina no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Sorocaba, trataremos especificamente da disciplina neste capítulo, procurando revelar o seu interior, ou seja, analisando-a pelos programas dos professores que a ministraram e pela formação dos próprios professores. Procurarei evidenciar qual a importância dada pela Instituição dentro do currículo do curso de Pedagogia, explicitado pelas práticas desses professores.

Cabe esclarecer ainda que a partir de agora abordaremos a disciplina em três tempos, de 1958 a 1967; de 1968 a 1985; e de 1986 até os dias atuais, pois embora o curso tenha iniciado em 1954 e a disciplina tenha sido oferecida a partir do 2º ano do curso em 1955, conforme já descrito anteriormente, nos deteremos à análise da disciplina a partir da visão de três professores que a ministraram por longos períodos e que despertaram a minha atenção por ter características especiais, que passarei a relatar:

No primeiro momento, a disciplina foi ministrada durante 10 anos pela profª Maria do Carmo Endsfeldz, egressa do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, substituta do professor José Gomes Caetano, também egresso do curso de Pedagogia da PUC.

No segundo momento, a disciplina foi desenvolvida durante 20 anos pelo professor José Mota Navarro, ex-aluno da Profª Maria do Carmo no curso de Pedagogia, sendo que nos últimos dois anos dele no curso, ele dividiu a disciplina com a profª Vânia Regina Boschetti. Este período se justifica na medida em que pretendemos investigar se o professor Navarro assimilou a visão de educação da profª Maria do Carmo e a perpetuou em sua prática, ou reorganizou os conteúdos a

partir de suas próprias concepções de educação, (havia feito anteriormente o curso de filosofia), e das exigências das diretrizes apontadas pela Reforma Universitária, construindo uma nova visão de educação.

E, finalmente no terceiro momento, a disciplina passa a ser ministrada nesses últimos 19 anos pela prof^a Vânia Regina Boschetti, ex-aluna do professor Mota Navarro. A análise desse período justifica-se na medida em que tentaremos compreender com que concepção de história essa prof^a trabalhava, se perpetuou o modelo já existente ou a partir de uma leitura diferenciada da História da Educação, modificou a concepção da disciplina, não dando continuidade ao modelo anterior. Cabe aqui ressaltar que a prof^a Vânia além de se tratar de uma aluna egressa do curso, também era egressa do curso de filosofia da Faculdade de Filosofia de Sorocaba.

3.1.1 Primeiro momento: de 1958 a 1967

Conforme já relatado no capítulo 02 deste trabalho, o curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, tem início em 1954 e a disciplina História da Educação fora oferecida inicialmente em 1955, no 2º ano do curso e teve como seu primeiro docente, o professor José Gomes Caetano, cuja formação era licenciado em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, embora o referido professor tenha sido nomeado por ato do Exmo.sr. Bispo Diocesano de Sorocaba em 17 de dezembro de 1953, para as cadeiras de Orientação Educacional e Profissional e Questões de Psicologia Educacional, conforme curriculum arquivado às folhas de nº 59 do livro de constituição e fiscalização do curso de Pedagogia que se encontra arquivado naquela Instituição.

Como os programas, conteúdos, linhas de pensamento e objetivos são sempre historicamente construídos, a percepção que tive ao analisar os programas da disciplina me levou a crer que os conteúdos programáticos trabalhados pelos professores José Gomes Caetano e Maria do Carmo Endsfieldz, nesses primeiros momentos do curso de Pedagogia estivessem impregnados de uma visão tradicionalista da educação, talvez pela formação de ambos, pois eles possuíam referências teóricas idênticas, uma vez que ambos são formados em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Analisarei, portanto, os conteúdos dos programas da disciplina História da Educação dos dois professores.

O conteúdo programático desenvolvido pelo professor Caetano para os anos de 1955 a 1957 são os seguintes respectivamente: (anexo 10)

PROGRAMA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
Curso de Pedagogia – 2º ano – 1955

1. Importância da História da Educação no âmbito dos estudos pedagógicos;
2. A educação em relação com a civilização, a cultura e a moral. Povos sem cultura.
3. A educação oriental antiga:
 - a) os chineses
 - b) os hindus
 - c) Persas e Caldeus
 - d) os egípcios
 - e) os israelitas
4. Posição dos gregos na história da educação;
 - a) a educação homérica
 - b) Esparta e a educação estatal
 - c) Primórdios da educação ateniense
 - d) os sofistas. Reação socrática.

- e) A tradição clássica: Platão, Aristóteles, Sócrates
- f) O ideal da Paidéia
- g) Instituições escolares
- h) Educação Física e educação artística
- i) Instrução primária
- j) Estudos literários e científicos
- k) A retórica. A filosofia
- l) Conclusão

5. A educação romana:

- a) 1º período: educação romana antiga
- b) 2º período: influência grega. Apogeu do helenismo latino. Cícero
- c) Quintiliano e o ideal do orador
- d) Escola romana. Obra educadora de Roma
- e) o Estado e a educação

6. A educação cristã:

- a) o cristianismo e os povos da antiguidade clássica
- b) Conteúdo de educação cristã primitiva
- c) Posição dos padres da igreja diante dos problemas da educação:
São Basílio, São Gregório Nazianzeno, Santo Agostinho.
- d) A escola cristã primitiva

PROGRAMA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Curso de Pedagogia – 3º ano – 1956

A

1. O Cristianismo e os tempos apostólicos. Objetivos. O catecunemato.

2. A educação do período patrístico. O Cristianismo frente à cultura greco-romana. Escolas catequéticas. S. Clemente de Alexandria, São Basílio, S. João Crisóstomo, St. Agostinho.

3. A educação do período monástico. As ordens monásticas e as escolas próprias desse período. O renascimento dos estudos sob Carlos Magno. Alcuíno. S. Gregório Magno. Alfredo, o grande. Boécio. Cassiodoro e outros.

4. A educação do período escolástico. Características doutrinárias da escolástica. As universidades: origem, desenvolvimento, organização, privilégios e influência. Sto Anselmo. Abelardo. Sto. Alberto Magno. S. Tomaz: o De Magistro.

5. A educação feudal. A cavalaria e a educação do cavaleiro. A civilização árabe e as cruzadas.

B

1. O renascimento e seus característicos. Origem. O renascimento e a educação.

2. Renascimento na Itália. Precursores. Pedagogos: Vitorino de Feltre. O pontificado de Leão X.

3. Renascimento na França – causas de seu retardamento – idéias pedagógicas de Rabelais e de Montaigne.

4. Renascimento na Alemanha – seus característicos. Os irmãos de vida comum. O ensino secundário e a organização escolar. Os humanistas alemães. As fontes remotas de protestantismo: Reuchlin e Erasmo. Idéias pedagógicas de Erasmo.

5. Renascimento na Inglaterra. Vives e suas idéias pedagógicas.

6. Conseqüências do renascimento.

C

1. A reforma – causas. Lutero e a educação: princípios e influência. Os pedagogos protestantes: Zwinglio, Calvino, Melanchton.

2. A contra-reforma. Sto. Inácio de Loiola. Objetivos e organização da Companhia de Jesus. A Ratio Studiorum. Crítica à educação jesuítica.

3. As congregações religiosas de ensino – o Concílio de Trento. Irmãos das Escolas Cristãs e S. João Batista de La Salle. Os Oratorianos.

D

1. O naturalismo pedagógico – origem. Bacon. Comênio. Locke. O racionalismo céptico de Voltaire. O sentimentalismo de Rousseau. O positivismo de Comte. O filósofo e pedagogo do naturalismo: Spencer. As várias tendências do naturalismo: o psicologismo, o racionalismo de Kant. Pestalozzi, Herbart, Froebel. A educação revolucionária na França.

2. A educação no século XX. Neo-naturalismo individualista, socialista, nacionalista, pragmatista, tecnicista. – Tolstoi, Hellen Kay, Natorp, Kerchensteiner, Durkheim, Nitzche, James, Dewey, Kilpatrick.

E

1. O anti-naturalismo pedagógico. A educação espiritualista. Bérqson. Boutroux, Ducken.

2. A educação cristã. Pio XI e a encíclica Sivini Illium Magistri. D. Bosco. Willmann. Newman. Spalding.

F

A educação no Brasil. Reflexo da Revolução de 1930 no âmbito pedagógico. Fernando de Azevedo e os signatários do Manifesto ao povo. A escola nova no Brasil. Conseqüências. Reação.

Embora a atuação desse professor tenha se dado na disciplina até o ano de 57, não achei necessário reproduzir o programa da disciplina desse ano, uma vez

que não houve alteração nos conteúdos.

Consta às folhas 166, do livro de constituição do curso, a relação dos pontos organizados pelo professor para a 1ª Prova Parcial da cadeira da disciplina História da Educação no 2º ano do curso de Pedagogia em 1955.

Foram organizados 10 pontos referentes ao conteúdo trabalhado na disciplina, a saber:

1. Os tempos homéricos e seu significado para a educação grega em geral;
2. Os povos de escrita cuneiforme;
3. O formalismo da educação chinesa;
4. a importância da história da educação para a formação humana;
5. A educação dos Vedas e seu significado;
6. Relações da educação com a civilização, a cultura e a moralidade;
7. Caráter da educação no antigo Egito;
8. O sentido teocrático da educação israelita;
9. Importância dos gregos para o desenvolvimento histórico da educação ocidental;
10. A estabilidade das normas válidas e os fundamentos da educação.

Foi registrado no mesmo livro o ponto de nº 3 – O formalismo da educação chinesa, como tendo sido o ponto sorteado. As questões elaboradas para a prova foram:

1. Haverá razão para se confundir civilização e cultura? Por que?
2. Houve alguma contribuição dos egípcios para a educação humana? Qual?

Por que?

3. Caracterize os elementos principais da Arete grega, mostrando em que difere da virtus latina.

4. Que quer dizer “formar” e qual a importância desse conceito para a educação?

5. De que decorre a crise da nossa educação? Fundamente a resposta.

Ao final, o documento é assinado pelo professor. Algumas questões nos chamam a atenção. Essa prova foi elaborada para o 2º ano do curso de Pedagogia e para esse ano não havia a indicação no conteúdo programático de que os alunos tivessem História da Educação Brasileira, então por que a questão de nº 05 desta prova versa sobre conteúdo de História da Educação Brasileira? E por que na questão de nº 03 foi solicitado que os alunos caracterizassem os elementos principais da Arete grega, mostrando em que difere da virtus latina, se o ponto sorteado focalizava especificamente “O formalismo da educação chinesa?”

Consta no mesmo livro, às folhas de nº 188, a mesma organização de pontos para uma prova substitutiva para o 2º ano, na qual o ponto sorteado foi o de nº 02, e cujas questões formuladas foram as seguintes:

1. que espécie de influência sofreu a concepção de vida do povo egípcio?

Ressalte os característicos básicos do elemento mais decisivo.

2. Em que consistiu a nova concepção de educação introduzida na antiguidade pelos gregos? E por que?

3. Como se explica Brahma, do ponto de vista do saber inferior?

4. Onde estaria a estruturação cultural de um povo, segundo Dilthey?

5. Qual é, segundo Willman, a mais atrativa e mais promissora missão da História da Educação?

O documento ao final é datado de 10 de agosto de 1955 e assinado pelo professor José Gomes Caetano.

Ao analisarmos a forma de exposição do conteúdo programático proposto quanto às questões formuladas pelo professor Caetano, pode-se aferir que esses conteúdos encontram-se impregnados por uma visão tradicional de ensino. Em virtude do curto espaço de tempo não foi possível conseguir contato com egressos do curso dessa época, à exceção do relato concedido pela D. Neide Carriel egressa da 1ª turma do curso de Pedagogia à Regina Meira também mestranda do programa que a cedeu, restando prejudicado um aprofundamento maior na análise. Mas, a partir de agora, vejamos de que forma a disciplina passa a ser trabalhada com o ingresso da profª Maria do Carmo Endsfieldz.

Resgatando um pouco da história.

Conforme já relatado no capítulo 1 deste trabalho, a Faculdade de Filosofia de Sorocaba em virtude dos conflitos gerados no movimento pela sua estadualização havia passado por uma sindicância interna presidida pelo Revmo. Mons. Antonio Pedro Misiara, então diretor da Instituição. Conforme consta em Ata do CTA de nº 62, de 25/06/1957, os professores José Gomes Caetano e Julio Garcia Morejon tornaram públicos assuntos internos da Faculdade e foram considerados os estopins daquele movimento, sendo demitidos de seus cargos de professor pelo Bispo Diocesano.

Essas informações a respeito do professor de História da Educação que antecedeu a profª. Maria do Carmo Endsfieldz no curso de Pedagogia se fazem necessárias, a fim de que tenhamos claro qual era o panorama vigente à época da contratação da professora que compõe o nosso primeiro momento de análise.

Segundo o parecer 454 da Comissão de Ensino superior, constante no livro de Constituição e Fiscalização da Faculdade de Filosofia de Sorocaba, referente ao processo de nº 96.641/59, que submetia a indicação de professores contratados

pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba àquela Comissão, indicava os professores Padre Dante Pasquarelli, como professor assistente para a disciplina de Ética e Filosofia Geral, Elza Accorsi para a disciplina de literatura hispano-americana e língua espanhola e Maria do Carmo Endsfieldz, para a disciplina de Filosofia e História da Educação no curso de Pedagogia. Para que não haja rejeição por parte daquela Comissão são apresentados os documentos necessários à comprovação da titulação necessária e experiência na área que pleiteia, no caso da prof^a. Maria do Carmo, objeto de nossa pesquisa, são apresentados os seguintes comprovantes: diploma de licenciado em Pedagogia, atestado de conclusão de curso de especialização na Faculdade de Filosofia de São Bento e diversos atestados do exercício do magistério.

Após a análise da Comissão, sendo aceitos os documentos, é declarado no item 5 do referido parecer “que tratando-se de professores contratados, a Comissão de ensino é de Parecer que as indicações podem ser aceitas”. O documento é assinado em 08 de setembro de 1959, na sala de Sessões, pelo Sr. Célio Kelly, relator e pelos demais membros, srs. João Carlos Machado, Cesário de Andrade e Samuel Libâneo. Dessa maneira, é oficializada a contratação da professora, que desde o ano anterior já lecionava na Instituição.

Quadro 11

FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE SOROCABA					
Nº DE MATRÍCULAS POR CURSO EM 1958					
CURSO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	TOTAL
FILOSOFIA	-	07	05	03	15
GEOGRAFIA	04	04	06	-	14
HISTÓRIA	05	06	02	-	13

PEDAGOGIA	10	14	10	07	41
LETRAS NEOLATINAS	05	09	14	04	32
HIST./GEOGR.	-	-	-	10	10
TOTAL	24	40	37	24	125

Fonte: Livro de Ata de constituição da FAFI, pág. 230, arquivado na UNISO.

Em 1958, o curso de Pedagogia era o que apresentava o maior número de alunos matriculados com 41 alunos distribuídos em quatro anos conforme tabela acima.

Consta às folhas 107 do livro de constituição do curso de Pedagogia, arquivados na Universidade de Sorocaba os programas da disciplina História da Educação elaborados pela prof^a. Maria do Carmo Endsfieldz para o 2º ano do curso de Pedagogia no ano letivo de 1958. (anexo 11) Esse seu primeiro programa difere muito pouco do elaborado pelo seu antecessor.

O conteúdo da disciplina História da Educação desenvolvido para o 2º ano do curso de Pedagogia propunha desde a educação entre os povos primitivos, passando pelas culturas orientais e clássicas, Idade Média: primeiro e segundo períodos, até as Universidades. Conforme reproduzido abaixo:

PROGRAMA PARA O ANO LETIVO DE 1958
CADEIRA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2º ANO.
CURSO: PEDAGOGIA

I. Conceito de história da educação e sua importância no âmbito dos estudos pedagógicos.

II. A educação entre os povos primitivos.

III. A educação nas culturas orientais – China.

IV. A educação na cultura clássica.

a) A educação helênica (século VIII a.C. até a conquista de Roma).

1) A educação espartana

- 2) A educação ateniense
- b) A educação romana

V. A educação cristã primitiva

- a) O ensino comum – catecunemato;
- b) O ensino para a elite;

VI. A educação na época medieval

- a) Primeiro período – séc. VIII ao XII
 - 1) Escolas palatinas
 - 2) Escolas monacais
 - 3) Escolas catedrais
 - 4) Escolas episcopais
 - 5) Escolas presbiteriais
- b) Segundo período – séc. XII ao XV
 - 1) A cavalaria como novo fator educativo
 - 2) As Universidades

PROGRAMA PARA O ANO LETIVO DE 1958

CADEIRA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CURSO: PEDAGOGIA – 3º ANO

I. A renascença do ponto de vista educativo

- a) O movimento humanista
- b) A reforma do ponto de vista pedagógico
- c) A pedagogia da contra-reforma

II. O realismo pedagógico

- a) O ideal do galant-homme
Fontes teóricas do ideal do galant-homme: Montaigne, Rabelais,
Locke.
- b) O ideal realista do intelectual
Fontes teóricas: Rathe, Comenius, Leibniz
- c) Instituições do realismo pedagógico

III. O iluminismo pedagógico

IV. O naturalismo pedagógico

- a) Rousseau – O Emílio
- b) A tendência naturalista romântica

Basedow, Pestalozzi, Froebel e os jardins da Infância.

c) A tendência naturalista individualista

Tolstoi, Ellen Kay

V. Herbart e o advento da ciência pedagógica

VI. Pedagogia social e pragmatista

Kirschensteiner, Paul Hatorp, Lancaster e Bel.

VII. A tendência eclética contemporânea

Plano Dalton

O sistema Montessori

O sistema Decroly

O trabalho de Dewey

VIII. A educação espiritualista: Willmann, Paulsen, Kidd, Newman Spalding

IX. A educação no Brasil

Para o ano letivo de 1959, algumas alterações foram feitas somente no programa do 3º ano, permanecendo inalterado o programa para o 2º ano. As alterações propostas foram:

Inclusão dos dois módulos trabalhados por ela no 2º ano em 1958, referentes a:

a) A educação cristã primitiva

b) A educação na Idade Média

Note-se que, os temas embora incluídos no 3º ano, permanecem também no 2º ano, até 1964, quando acaba o sistema 3+1, então o curso passa de 3 para 4 anos por força da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que entre outras mudanças produzidas, modificou a estrutura da disciplina e ela passa a ser ministrada nos quatros anos de duração do curso, sendo introduzida no quarto ano como História da Educação Brasileira. Nova alteração só será produzida em 1968 com a Reforma Universitária.

A outra alteração verificada no programa da disciplina, talvez a que mais causou espécie, diz respeito a retirada do programa em 1959, do tema constante nos programas até 1958, a saber:

III. O iluminismo pedagógico.

Tal tema só retornaria ao programa dessa disciplina em 1964, sendo oferecida no 3º ano do curso de Pedagogia. Por quê?

A partir de 1963, o tema A educação espiritualista: Paulsen, Fosarter, Newman e Spalding, desenvolvido no 3º ano do curso também é excluído do currículo, porém até 1965, data dos últimos planogramas disponíveis para análise, esse tema não retorna ao programa da disciplina.

Uma outra mudança observada nos planogramas é que a partir do ano letivo de 1964, há o registro ao final do conteúdo programático a ser trabalhado das atividades que serão desenvolvidas no 1º e 2º semestre a título de avaliação.

Comparando o programa elaborado pela profª Maria do Carmo Endsfieldz com o programa que o professor José Gomes Caetano havia oferecido nos anos anteriores, os conteúdos se assemelham, não há evidências de que tenha havido visões diferenciadas nos estudos, tanto que, embora haja uma modificação na estrutura dos programas, a essência dos conteúdos permanece a mesma. Podemos constatar essa afirmação ao compararmos a forma como estão dispostos os pontos organizados pela profª Maria do Carmo para a 2ª prova parcial do ano de 59, constante às folhas 239 do livro de Constituição da Faculdade, com os pontos organizados pelo professor Caetano.

Foram organizados 10 pontos referentes ao conteúdo trabalhado na disciplina, a saber:

1. A educação espartana

2. A educação ateniense – período antigo;
3. A educação ateniense – período novo;
4. Influência dos sofistas e filósofos da educação;
5. A educação grega na época do Helenismo;
6. A educação elementar e secundária na época do Helenismo;
7. A educação superior na época do Helenismo;
8. A educação romana – Período antigo e de transição;
9. A educação romana – Período Greco-romano;
10. Atitudes dos romanos com relação a Paidéia – grega – As escolas romanas.

As questões propostas para a prova, são:

Parte A – A educação superior na época do Helenismo

Parte B – 1) Quais as modificações introduzidas pelos sofistas na educação Ateniense?

2) Qual a atitude dos romanos em relação a Paidéia grega?

Cabe ressaltar que esse momento inicial tem como influência central nos conteúdos da disciplina a visão de história da educação construída por essa professora a partir de sua formação, como veremos, a seguir.

Como já tratado anteriormente, a prof^a Maria do Carmo Endsfieldz, licenciada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, ingressou na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba em 1958, para ministrar a disciplina História e Filosofia da Educação em substituição ao professor José Gomes Caetano, também egresso do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, concluído em 1946.

Qual a concepção de história que essa professora trazia em sua bagagem?
Que referências teóricas orientavam sua prática?

Que visão de educação ela tinha?

A forma de organização dos conteúdos observada nos planogramas e organização dos pontos para as provas nos dão pistas de que essa professora trabalhava orientada por uma visão da Filosofia clássica, onde os elementos da educação tradicional estão presentes nos conteúdos e na forma de trabalhá-los.

Encontramos uma clara demonstração disso, na fala da Sra. Fernanda Dias, uma ex-aluna da prof^a Maria do Carmo, que cursou Pedagogia na Faculdade de Filosofia de Sorocaba no período compreendido entre 1959 a 1961, quando perguntada sobre as aulas, o conteúdo oferecido, bibliografia e temas abordados (anexo 13):

Do que me recordo eram apenas expositivas; o conteúdo versava sobre os inícios da educação na Grécia, depois sobre a educação medieval, lembro também de estudar Rousseau e alguma coisa sobre o positivismo. Pestalozzi, Dewey e Maria Montessori também surgem como lembranças, mas não recordo o contexto em que esses educadores foram trabalhados. Sobre a Escola Nova as lembranças são mais vagas ainda. Não lembro de nenhuma bibliografia específica e de referências mais diretas à educação no Brasil.

Retomando a análise de seu programa, verifica-se que não há metodologia de trabalho até o ano letivo de 63, objetivos da disciplina e nenhuma referência quanto à indicação de bibliografia, mesmo porque nesse período não havia a obrigatoriedade de se relacionar a bibliografia nos programas. Confirma essa afirmação, a própria professora ao ser questionada a esse respeito: “Não havia a exigência desse registro”.

Quadro 12

FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE SOROCABA MAPA ESTATÍSTICO Nº DE MATRÍCULAS POR CURSO EM 1962					
CURSO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	TOTAL
FILOSOFIA	01	-	05	02	08
GEOGRAFIA	13	13	10	09	42
HISTÓRIA	08	08	05	03	24
PEDAGOGIA	09	12	15	16	52

LETRAS NEOLATINAS	12	11	12	15	50
TOTAL	43	44	47	45	176

Fonte: Livro de Ata de constituição da Fafi, pág. 330, arquivado na UNISO.

O curso de Pedagogia em 1962 ainda se apresentava como o curso mais procurado da Faculdade naquela ocasião. Na tabela acima podemos verificar que em comparação ao nº de matriculados em 1958 houve um aumento significativo de alunos, o que demonstrava a importância da Instituição para a sociedade local e seu entorno e mais especificamente o curso de Pedagogia, pois o mesmo demonstra através desses mapas estatísticos que foi conquistando seu espaço ao longo de sua trajetória. Desses 52 alunos matriculados no curso de Pedagogia, 43 eram mulheres, e 09 homens. Infelizmente não conseguimos mais dados referentes às matrículas dos outros anos, embora isso poderia acarretar um prejuízo na interpretação dos dados, acreditamos que os fatos até aqui expostos foram suficientes para demonstrar de que forma a disciplina História da Educação se constituiu como uma disciplina acadêmica e a identidade dada a ela pelos protagonistas desse primeiro período na história do curso de Pedagogia.

Passaremos agora a descrever o segundo momento dessa nossa história em três tempos.

3.1.2 Segundo momento: de 1968 a 1985

Em 1967, a prof^a Maria do Carmo Endsfieldz, titular da cadeira de História da Educação no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, deixa a Instituição de Ensino, pois havia passado em concurso público

para o cargo de Supervisora Escolar na 13ª Delegacia de Ensino situada no bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo.

Assume a sua vaga como docente para ministrar a disciplina História da Educação no curso de Pedagogia, o professor José Mota Navarro, seu ex-aluno, egresso desse curso.

Primeiramente como professor assistente, e ainda nesse mesmo ano passa a professor substituto, assumindo definitivamente como professor titular em 1968, conforme documentos existentes no livro de programas da disciplina. (anexo 15).

O professor Navarro já tinha uma formação em filosofia, cursou os componentes pedagógicos da licenciatura em 1961 quando foi cursar pedagogia. Segundo coloca a profª. Vânia Regina Boschetti em entrevista:

Quando eu estava no 4º ano de filosofia pura, os padres e pastores puderam fazer uma adequação pedagógica aos cursos que fizeram nos seminários para poder ter direito a uma licenciatura em filosofia. Porque tanto os seminários formadores de padres como formadores dos pastores trabalham muito a questão filosófica, mas sempre foram muito restritos à formação religiosa. Daí houve uma legislação, alguma coisa na época, que permitiu a eles terem acesso, terem direito a uma certificação, uma credencial universitária desde que fizessem os componentes pedagógicos da licenciatura. Então, o meu 4º ano de filosofia foi muito ecumênico porque tinha padres, pastores, ex-padres, seminaristas, todos eles, então cursando os componentes pedagógicos para poder ter direito a licenciatura.

Consta no livro de planogramas arquivado na Instituição, um plano da disciplina elaborado em 67 para o 3º ano do curso em que o professor Mota Navarro aparece como “assistente” da profª Maria do Carmo Endsfieldz, cujo plano apresenta a seguinte estrutura:

Introdução: Consciência Histórica

Bases para uma reflexão sobre a História

1. Os jeronianos e as escolas cristãs da Reforma
2. Lutero e Calvino
3. Santo Inácio, a Companhia de Jesus: “O Ratio Studiorum”;

4. Realismo educacional;
5. Realismo Humanista; social e sensorial;
6. Comenius “Profeta da Escola Nova”
7. O Realismo Pedagógico e as Escolas dos nobres da Alemanha;
8. Os Oratorianos – S. João de La Salle
9. Educação Jansenista – Port Royal
10. A educação feminina – Fenèlon – Saint Cyr;
11. Madame de Maintenon e Racine: O problema da educação feminina;
12. O Emílio de Rousseau;
13. A Escola Nova

Bases históricas do movimento:

- Circunstâncias que influíram em seu aparecimento;
- Precusores – Rousseau – Pestalozzi – Froebel.

Teoria: Dewey – Ferrière

Realizações: Montessori – Decroly;

Seminário: O Realismo Pedagógico e sua influência;

Pesquisa: As escolas cristãs da Reforma

Em seu primeiro planograma da disciplina História da Educação para o 2º ano do curso em que assina sozinho, porém ainda como substituto em 1968, ele estabelece uma organização de assuntos, conforme descrição a seguir:

Os temas começam com a Educação em Roma e vão neste período estudado desde a organização das escolas, ciclos de estudos em Roma, até o governo e a educação, onde aborda a situação dos professores. Passa pelo renascimento; o significado histórico da cavalaria e as cruzadas; a educação das mulheres na Idade

Média; Séc. XIII e o apogeu da Escolástica; Escolas humanistas; A reforma religiosa; Lutero, o crítico educacional, concluindo o plano com Calvino e a Educação Protestante nos países baixos.

Neste plano de disciplinas ele estabelece como leitura obrigatória “As confissões de S. Agostinho – Um documento da educação no séc. IV”. Propõe ainda os textos:

- a) Alguns trechos de Plutarco e Cícero
- b) As cartas de S. Jerônimo e,
- c) O programa educacional de Paula e Pacátula

Para o segundo semestre, solicita a pesquisa:

O Renascimento em seus múltiplos aspectos: histórico, artístico, cultural, político e religioso, além de um estudo e crítica do artigo de Durkheim, intitulado:

Causas profundas do Renascimento.

Em comparação aos planogramas elaborados e trabalhados pela prof^a Maria do Carmo até 1967, vemos que o professor Navarro já imprime uma característica diferenciada do modelo de conteúdo proposto nos planogramas daquela professora.

O caráter analítico está impresso em sua prática pedagógica, isso fica claro já na estrutura desenvolvida nesse primeiro planograma, talvez isso seja explicado pela vertente filosófica da qual o professor é oriundo. Essa hipótese é reforçada pela bibliografia que consta do programa da disciplina História da Educação para o 2º ano do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba em 1972. Esse programa da disciplina, então sob a responsabilidade do professor Mota Navarro, registra a seguinte bibliografia (anexo 15):

- Le Goff, J. – Les intellectuels au moyen âge;
- Kristeller - Ocho filosofos del renacimiento italiano;

Brinton, C. – Las ideas y los hombres;

Russel B. - História da Filosofia III;

Copleston F. –Histoire de la Philosophie III - la renaissance castran;

Dilthey, W - Historia de la Filosofia;

Mondolfo, R – Figuras e ideas de la filosofia del renacimiento;

Toffanin e outros – Humanismo y Mondo Moderno.

O planograma elaborado para a disciplina a ser trabalhada no 1º ano do curso em 1969 apresenta os seguintes conteúdos divididos em 04 grandes blocos:

1. Introdução ao estudo da História da Educação e da Pedagogia

Consta desse bloco além de: Objeto, fim, valor e método, mais dois tópicos, a saber:

1.1. A educação tradicionalista;

1.2 Alguns aspectos da educação dos povos tradicionalistas;

2. A educação no Oriente;

3. A educação em Roma;

4. Cristianismo e educação;

Esse bloco finaliza com: Santo Agostinho e a educação do IV século.

Nas análises de seus planogramas verificamos que a partir de 1973, esse professor na metodologia apresentada começa a imprimir uma nova dinâmica para as aulas, onde introduz a leitura e discussão de textos dos autores, além da apresentação de seminários pelos alunos em todos os bimestres letivos, o que evidencia uma preocupação com a discussão e entendimento daquilo que está sendo ministrado.

A prática pedagógica desse professor, no decorrer de sua vida acadêmica, acaba por desvendar a sua preferência quanto ao lugar que deve ser destinado ao estudo sobre educação, embora a construção dos fatos se dá em uma seqüência historicamente lógica dos fatos, as análises contêm o viés filosófico.

O professor Navarro atuou na Instituição até 1987, quando então foi substituído pela prof^a Vânia Regina Boschetti, que já trabalhava com ele desde abril de 1986, tendo sido sua ex-aluna no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba.

3.1.3 Terceiro momento: de 1986 até os dias atuais

A prof^a Vânia Regina Boschetti inicia suas atividades ministrando a disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Faculdade de filosofia Ciências e Letras de Sorocaba em 1986. Conforme já relatado anteriormente.

Neste período muitas mudanças aconteceram na Instituição, primeiramente houve um processo de transformação das Faculdades isoladas mantidas pela Fundação Dom Aguirre em Faculdades Integradas em 1993 conforme já descrito no primeiro capítulo deste estudo, depois em 1994 transformou-se em Universidade de Sorocaba - UNISO.

O curso também sofre modificações ao longo do período por força das várias legislações que passaram a imprimir uma nova característica, tanto em relação à carga horária quanto a habilitação.

A história da formação da professora em tela começa com uma licenciatura em Filosofia, depois fez pós-graduação em história contemporânea, em relações

internacionais, bacharelado em Pedagogia, mestrado em educação e doutorado em Ciências Sociais.

Na visão dessa professora, a metodologia de estudo em história da educação era uma questão que a incomodava muito, pois os alunos estudavam história da educação da mesma forma que estudava história geral, a partir de uma data e fatos, quase que desconectadas.

Essa proposta fica clara ao analisarmos o planograma elaborado por ela para a 3ª série do curso de Pedagogia, que contava com 108 horas/aulas (anexo 16).

A mudança de entendimento começa nos objetivos propostos elaborados pela professora para a disciplina, onde coloca:

1. Fundamentar teoricamente o Curso de Pedagogia
2. Compreender a conexão entre elementos que resultam no fenômeno “Educação”.
3. Entender a educação como um processo da totalidade histórica em que vive o homem.
4. Identificar fatores de decisão e influências múltiplas atuando na educação brasileira.

Na metodologia a ser adotada por ela, dentre outras, propõe seminários, pesquisa, análises de texto e projeção de filmes.

Uma outra questão que se coloca diz respeito ao conteúdo programático, pois é composto de 02 blocos, a saber:

1. Educação contemporânea
 - 1.1 Educação do século XIX
 - tendências; desenvolvimento pedagógico; principais representantes.
 - 1.2 Educação no séc. XX

- Realização da escola nova; Métodos ativos; Escola do trabalho; A tecnocracia da organização escolar; educação nos países socialistas; educação no 3º mundo.

2. História da Educação Brasileira

Na bibliografia consta somente autores brasileiros, são exemplos o professor Nagle, Otaíza Romanelli, Maria Luisa S. Ribeiro, entre outros.

A orientação de trabalho proposta pela professora é de que deve-se trabalhar o assunto de uma maneira mais reflexiva, através de projetos, onde a organização temática levasse o aluno a entender a educação enquanto um fenômeno histórico, social, político e econômico, com uma visão ligada à filosofia e a contextualização, como ela própria explicita em sua fala: “ procurando quebrar aquela idéia da escola como instituição social, política, desconectada da realidade”.

Embora não tenhamos conseguido os materiais suficientes para uma análise mais detalhada, fica visível a contribuição desta professora para o curso de Pedagogia, principalmente na mudança de enfoque, e metodologia de trabalho implementada por ocasião de sua atividade como coordenadora do curso e ainda quando era somente docente na construção de um novo paradigma para a disciplina História da Educação de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto, cabe à guisa de conclusão trazer alguns dados a fim de analisarmos as mudanças operadas no currículo do curso de pedagogia ao longo desses 50 anos de existência, porém nos atentando especificamente à organização de um determinado conteúdo disciplinar. Aqui no caso, a disciplina História da Educação.

Sabemos que a organização de um dado conteúdo disciplinar passa por diversos fatores que contribuem para sua configuração. Um desses fatores diz respeito à formação do professor que conduz a disciplina.

Em nosso primeiro grande momento de análise, observamos que a condução da disciplina entre os anos de 58 a 67 esteve a cargo de uma professora com formação em Pedagogia, com uma influência marcadamente significativa na filosofia, conforme os contornos apontados pela pesquisa.

Para Silva (1999), a formação do pedagogo é um aspecto fundamental para se pensar a educação por tratar-se de um espaço determinado pelas políticas públicas e, portanto, também determinante da realidade da sala de aula, da organização escolar e da atuação dos profissionais da educação e, portanto, ainda, espaço de resistência e revolução de tais princípios e concepções que desumanizam o homem à medida que se impõe com competência à lógica do capital. Espaço de resistência e reprodução, espaço de lutas e disputas para além das legislações e normalizações. Espaços que se redefinem momento a momento da relação professor-aluno.

Vale ressaltar que o olhar sobre o papel que a escola tem cumprido como braço da lógica capitalista não desconsidera toda a ação e produção de

conhecimento libertários e comprometidos com os excluídos. A realidade concreta é o resultado da ação dos homens que a constroem num movimento de contradições e tensões. Há, porém determinações legais que longe de serem formalidades determinam a reestruturação de práticas e ações que materialmente constituem o que chamamos de escola com decorrências na ação de ensinar.

A pesquisa demonstrou também que essas determinações legais se constituíram como os norteadores da ação do professor, dos alunos e da própria Instituição.

A pesquisa revelou também que os contornos da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba no primeiro momento do período pesquisado foram marcados pela proximidade com a Filosofia na forma tradicional, o que implicava no desenvolvimento intelectual do aluno sem um comprometimento com o reflexo do todo social nessa formação, para em outros momentos alcançar novos contornos, onde o pensamento reflexivo em busca de respostas levou esses professores a um direcionamento dos conteúdos programáticos da disciplina para as questões educacionais mais atuais, trazendo o pensamento filosófico para uma esfera de discussão de problemas educacionais mais urgentes.

Outro aspecto muito relevante diz respeito à prática docente desses professores no primeiro período analisado, pois ela revelou-se ser baseada na mesma formação recebida originalmente, onde a visão tradicionalista da educação se traduzia no seu cotidiano escolar.

Portanto, acredito que essa pesquisa contribui para a compreensão da constituição enquanto matéria escolar e introdução da disciplina História da

Educação nos currículos dos cursos de Pedagogia no Brasil, e mais especificamente na Universidade de Sorocaba, objeto deste estudo.

Este estudo não teve a pretensão de se constituir em um manual nem em um registro de todos os fatores que influenciaram a formação do currículo de um determinado curso em dada Instituição, nem de apresentar somente informações inéditas, mas apenas trazer uma contribuição aos estudos já efetuados por pesquisadores da área para aqueles que tem um compromisso com a qualidade do ensino, e, como tal, não saciam a busca por informações que possam contribuir para o entendimento da constituição histórica de determinado campo de estudo, no caso, aqui, a disciplina história da educação do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, hoje Universidade de Sorocaba - UNISO.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando A. A Transmissão da Cultura. In: **A Cultura Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Ed. Unb, Cap. III, parte terceira.

BELTRÃO, Mirian Matsuo A. **Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa: as duas metades de uma maçã**. http://www.nead.ufpr/uni/módulo5/concepção_de_pesquisa_myriam.htm. >Acesso em 15 set. 2002.

BERGER, P.L. E LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, 1978.

BRASIL /MEC/ SEF. **Referenciais para a Formação de Professores**. Brasília, 1999.

BRASIL /MEC/ CNE. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL /MEC/ CFE. Parecer CFE/CP n.º 251/1962. Brasília, 1962.

BRASIL /MEC/ CFE. Parecer CFE/CP n.º 252/1969. Brasília, 1969.

BRASIL /MEC/ CFE. Parecer CFE/CP n.º 672/1969. Brasília, 1969.

BRASIL /MEC/ SEIF. Sistema Nacional de Formação Continuada e Formação de Professores. Brasília, 2003.

BRASIL/MEC/SEF. Decreto nº 19.851/31 de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL/MEC/SEF. Decreto-Lei nº 1.190/39 de 04 de abril de 1939. Rio de Janeiro, 1939.

BRASIL/MEC/SEF. Lei nº 5.540/68 de 28 de novembro de 1968. Brasília, 1968.

BRASIL/MEC/SEF. Decreto-Lei nº 8.530/46 de 02 de janeiro de 1946. Rio de Janeiro, 1946.

BREHIER, Émile. **História de La Filosofia**. tomo III (los siglos XVIII y XIX, siglo XX hasta nuestros días). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1962.

BRZEZINSKI, Iria. **A formação do professor para o início da escolarização**. Goiânia: UCG, 1987.

_____. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores**. Campinas: Papirus, 1996.

BURKE, Peter. **O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992.

CAMBI, FRANCO. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARVALHO, Marta M. C. de. **A Escola e a República**. 1ª ed. Coleção Tudo é história. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre: Pannonica, nº 2, p. 177-229, 1990.

COMENIUS, Jan Amós **Didática Magna**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CURY, Carlos R. J. A Educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.) **A Educação nas constituintes brasileira 1823-1988**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001, p.69-80

_____. A Educação na Revisão Constitucional de 1926. In: FÁVERO, Osmar (org.) **A Educação nas constituintes brasileira 1823-1988**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 81-107.

_____. Estado e Educação na revisão Constitucional de 1926. **EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**. Campinas: CEDES, n. 55, ago/1996.

_____. **A Formação Docente e a Educação Nacional**. Belo Horizonte: PUC/MG, s/d.

_____. Formação de profissionais da Educação, políticas e tendências. **EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**. Campinas: CEDES, nº 68, 1999.

_____. **Formação do educador: a busca da identidade do curso de Pedagogia**. Brasília: INEP, 1987.

DIAS, Cláudia. **Estudo de caso: Idéias importantes e referências**, 2000. http://www.geocities.com/claudiaad/case_study.pdf Acesso em 12 set. 2003.

DUBY, George. **A história continua**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Ed. UFRJ, 1993.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina A. O papel do estágio nos Cursos de formação de professores. In: PICONAZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 5ª.ed. Campinas: Papyrus, 1991. p. 53-62.

FURET, François. **A Oficina da história**. Lisboa: Gradiva, s/d.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Porto: Porto Editora, 2001.

HORTA, José S. B. A Constituinte de 1934: Comentários. In FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileira 1823-1988**. 2ª ed. Campinas: Autores associados, 2001, p. 119-138.

_____. A Educação no Congresso Constituinte de 1966-67. In FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileira 1823-1988**. 2ª ed. Campinas: Autores associados, 2001, p. 201-239.

JAEGER, Werner. **Paidéia - A formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JULIÁ, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth F. (Org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870–1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 79 n. 193, set /dez/98. Brasília: INEP, 2000.

KULLOCK, Maísa Gomes Brandão. **Formação de professor: do nível médio ao nível superior**. Maceió: Catavento, 1999.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1990.

_____. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEAN, T.J. **A formação da identidade: o paradoxo como gerador do único**. Tese de mestrado. Rio de Janeiro, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2004.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MANACORDA, Mário A. **História da Educação – da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na antiguidade**. Trad. Mário Leônidas Casanova. São Paulo: E.P.U., 1975.

MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

MOREIRA, A.F.B. & SILVA, T.T. (Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 7-37.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979.

_____. História da Educação: problemas atuais. In: **Em aberto**. Brasília: MEC, nº 3, v. 23, set. /out. 1984.

NEVES, José Carlos de A. **Fundação Dom Aguirre: 35 anos de História**. Sorocaba: FDA, 1998.

NUNES, Rui A. da Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: EDUSP, 1979.

PILETTI, Nelson. **A Reforma Fernando de Azevedo: Distrito Federal, 1927-1930**. São Paulo: FEUSP, 1982 (Série Estudos e Documentos, vol. 20)

_____. A Reforma da educação pública no Distrito Federal, 1927-1930: algumas considerações críticas. **Revista da Faculdade de Educação-Artigos**. s/d. pp. 107-131.

REIS, Adriana Teixeira. **A História da disciplina História da Educação do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1946-1976)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Educação: História e Filosofia da Educação, PUC/SP, 1998.

Revista Paidéia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, vol. I, n. 1, pág. 92.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira – A Organização Escolar**. Col. Educação Universitária, 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1982.

ROCHA, Marlos B.M. da. Tradição e Modernidade na Educação: O processo constituinte de 1933-34. In FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileira 1823-1988**. 2ª ed. Campinas: Autores associados, 2001. Pp. 119-138.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil**. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROSA, Maria da Glória de **A História da educação através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Contribuição a uma definição do curso de pedagogia. **Didata: a revista do educador**. (O que é Pedagogia?) São Paulo, n.5, 1976.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: história e Identidade**. Coleção polêmicas do nosso tempo; 66 – Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Edna Lúcia da & MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: UESC/PPGEP/LED, 2001.

TANURI, Leonor Maria. O ensino normal no Estado de São Paulo (1890 - 1930). Vol. 16. São Paulo: **Faculdade de Educação**, USP, 1979.

_____. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, nº. 14 – maio/agosto-2000, pp. 61-88.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

TERIGI, Flavia. Aportes ara el debate curricular. El curriculum en la era de las políticas curriculares. In: **Novedades Educativas**, año 9, nº 78, junio de 1997.

_____. **Curriculum. Itinerarios para apreender un territorio.** Buenos Aires: Santillana, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. Tem a história uma teoria?. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Pp. 22-34.

_____. Os filósofos e a história. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Pp. 34-47.

_____. Intervalo: a lógica histórica. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Pp. 47-62.

_____. Estrutura e processo. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. pp. 82-97.

_____. A história como processo. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. pp. 97-117.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **O manifesto dos pioneiros da escola nova, 1932.** Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1989, 51 pág. (discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 19 de julho de 1989).

_____. A Educação na Constituinte de 1890-1891 e na Revisão Constitucional de 1925-1926: Comentários. In: FÁVERO, Osmar (org.) **A Educação nas constituintes brasileira 1823-1988.** 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001. Pp. 109-117.

_____. A história republicana: a contribuição de Afonso Arinos. **Revista Estudos Históricos** nº 6 – Cultura e Povo, 1990. Pp. 151 -160.

VEIGA-NETO A. **Cultura e Currículos**. Disponível em <<http://orion.ufrgs.br/faced/alfredo/sertao.htm>>. Acesso em 12/02/2005.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças: História e sociologia**. Tradução: Sonia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIDAL, Diana G. & FARIA FILHO, Luciano M. de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 37-70, 2003.

VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, Jacques & NORA Pierre (org). **História: novos problemas**. Tradução Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. pp. 146-178.

VILLELA, Heloisa de O. S. O Mestre-Escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; Khoury, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

WARDE, Miriam Jorge. - Anotações para uma historiografia da educação brasileira. In: **Em aberto**. Brasília: MEC, nº 3, v. 23, set. /out. 1984.

RANGEL S.G. **O desenvolvimento psicológico da criança**. 2001. <http://www.educacaoglobal.hpg.com.br>. Acesso em 05mar2005.

ANEXOS